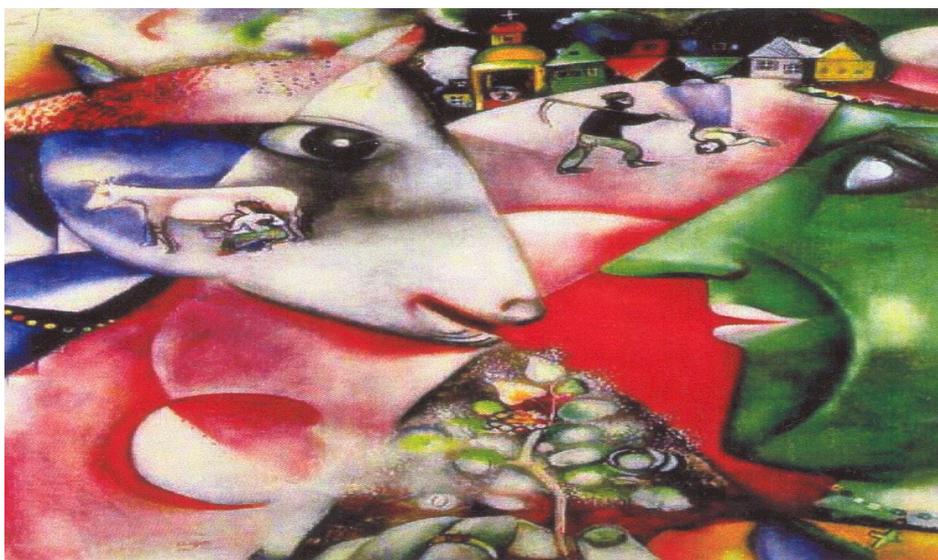


**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E  
EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**Objeto do desejo: a manifestação metafórica e  
metonímica no retardo de linguagem**



*EU E MINHA ALDEIA-MARC CHAGALL (1911)*

**BEATRIZ HELENA V. MARANGHETTI FERRIOLLI**

***Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. LEDA VERDIANI TFOUNI***

**Tese apresentada à Faculdade de  
Filosofia, Ciências e Letras de  
Ribeirão Preto da USP, como parte  
das exigências para a obtenção do  
título de Doutor em Ciências, Área:  
Psicologia.**

**RIBEIRÃO PRETO – SP  
2003**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Ferriolli, Beatriz Helena Vieira Maranghetti Ferriolli

Objeto do desejo: a manifestação metafórica e metonímica no retardo de linguagem. Ribeirão Preto, 2003.

232 p. : il.; 30 cm

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto / USP – Dep. De Psicologia e Educação.

Orientadora: Tfouni, Leda Verdiani

1. Retardo de Linguagem.
2. Discurso dos pais.
3. Sujeito e Clínica Fonoaudiológica

# ***RESUMO***

A intenção deste estudo foi analisar o discurso dos pais em relação ao seu filho com queixa de retardo de linguagem, destacando as marcas indiciárias da constituição dessa criança enquanto objeto do desejo dos pais. Realizamos entrevistas com dois casais e uma mãe, as quais foram gravadas e posteriormente transcritas. Utilizamos os fundamentos teóricos da Psicanálise Lacaniana e da Análise de Discurso de filiação francesa, para estudo das metáforas e metonímias no discurso dos pais. Os resultados mostraram que os pais ao falarem a respeito de seus filhos produzem uma metáfora de si próprios que se manifesta como um sintoma na criança e uma metonímia de seu desejo, que ao ser expresso, constitui a “falta” *na e da* criança, sendo denominada na clínica fonoaudiológica por retardo de linguagem.

**Palavras chave:** Retardo de linguagem; Discurso dos pais; Sujeito e clínica fonoaudiológica.

# ***ABSTRACT***

## **OBJECT OF DESIRE: THE METAPHORIC AND METONYMIC MANIFESTATION IN LANGUAGE IMPAIRMENT**

This study aimed at analyzing parents' discourse in relation to their children with language impairment by emphasizing the indicative marks of these children's constitution as their parents' object of desire. Interviews were conducted with two couples and one mother, which were tape-recorded and later transcribed. The theoretical framework based on Lacanian Psychoanalysis and French Discourse Analysis were used in the study of metaphors and metonymies in the parents' discourse. The results showed that, when speaking of their children, parents produce a metaphor of themselves that is manifested as a symptom in the child, and a metonymy of their desire, which, when expressed, constitutes the "fault" in and of the child that is referred to, in the speech therapy clinic, as language impairment.

**Keywords:** Language Impairment; Parents' discourse; French discourse analysis.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	01
<b>CAPÍTULO 1 – A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO</b>	
1.1. ALÍNGUA	07
1.2. O SUJEITO	13
1.3. A IDEOLOGIA	22
<b>CAPÍTULO 2 – A LETRA, A METÁFORA E A METONÍMIA COMO MANIFESTAÇÃO DO DESEJO</b>	
2.1. A METÁFORA DE SI E A METONÍMIA DO DESEJO	34
2.2. A LETRA COMO EXPRESSÃO DO DESEJO	49
<b>CAPÍTULO 3 – O SUJEITO APRISIONADO À LÍNGUA: O RETARDO DE LINGUAGEM COMO EFEITO DE INTERLOCUÇÃO</b>	
	56
<b>CAPÍTULO 4- POR UMA ANÁLISE DO DISCURSO</b>	
4.1. A ANÁLISE DE DISCURSO DE FILIAÇÃO FRANCESA	72
4.2. SOBRE O PROCEDIMENTO	77
<b>CAPÍTULO 5 – ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO</b>	
	79
5.1. ANÁLISE DA PRIMEIRA ENTREVISTA	80

<b>5.2. ANÁLISE DA SEGUNDA ENTREVISTA</b>	99
<b>5.3. ANÁLISE DA TERCEIRA ENTREVISTA</b>	106
<b>CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES</b>	113
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	119
<b>ANEXOS</b>	
<b>ANEXO A</b>	127
<b>ANEXO B</b>	129
<b>B.1. TRANSCRIÇÃO DA PRIMEIRA ENTREVISTA</b>	129
<b>B.2. TRANSCRIÇÃO DA SEGUNDA ENTREVISTA</b>	156
<b>B.3. TRANSCRIÇÃO DA TERCEIRA ENTREVISTA</b>	183

# ***INTRODUÇÃO***

No percurso do mestrado refletimos sobre aspectos que, até então, não haviam despertado nossos interesses. O trabalho clínico com crianças, que têm pais queixosos de um “retardo de linguagem” (Ferriolli, 2000) ocorrido no desenvolvimento delas, nos mostrou outros caminhos que acabaram por deslocar nossa atenção e escuta também para o discurso desses pais e não só para o da criança, como se faz hegemonicamente na clínica fonoaudiológica.

Dentro da perspectiva médico-pedagógica que costumávamos adotar na prática clínica, a avaliação da criança era o mais importante, sendo que a entrevista com os pais tinha uma dimensão menor, na medida em que objetivávamos apenas a nos interar de aspectos relativos às etapas de desenvolvimento de seus filhos e da queixa que relatavam, a qual, em geral, remetia a uma determinada patologia.

No entanto, o paradigma adotado durante o mestrado possibilitou um contato com a Análise de Discurso de filiação francesa, instigando-nos a adotar uma escuta em relação ao discurso<sup>(1)</sup> dos pais. Isso significa que indícios e marcas discursivas se fizessem destacar desses discursos, os quais começaram a delinear um novo caminho de dimensões bem diferentes daquele

---

(1) A noção de discurso está aqui compreendida, não somente como transmissão de informação onde a língua funciona como um código em um esquema emissor – mensagem – receptor; mas, ao contrário, quando se fala em discurso, entende-se que existe um movimento contínuo entre interlocutores (mesmo que sejam virtuais). Segundo Orlandi (1999: 21), “... no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação”.

traçado, até então, na nossa prática clínica.

O trabalho realizado no mestrado (Ferriolli, 2000) trata sobre a representação que os pais de crianças com retardo de linguagem fazem de seus filhos. Discute ainda, o termo retardo, que por si só discrimina, rotula e imprime uma falta na criança, falta esta que vai além da dimensão lingüística.

Ficou constatado, após esse percurso, que existem marcas lingüístico-discursivas de um retardo de linguagem na criança, indiciadas nos discursos dos pais e, também, comportamentos relacionados a ações antecipatórias que os pais têm com seus filhos. A relação dialógica que eles mantêm com as crianças, muitas vezes, mostra-se patologizante, no sentido de que os pais falam com a criança como se ela fosse incapaz de se comunicar e por diversas vezes infantilizam a forma com que se expressam; isso está manifesto por meio de curvas entonativas e/ou expressões que apontam uma incapacidade na criança. A falta aparece materializada na imposição de uma ajuda que a criança não mais precisa, a representação de incapacidade que os pais mantêm com a criança, ou a falta de tempo para o diálogo, foram algumas das manifestações encontradas.

Um outro aspecto interessante de ser notado ao escutar os pais é que ao falarem de seus filhos, falam também de si próprios, de sua própria história, trazendo uma demanda, que cabe a nós terapeutas, identificarmos qual é. Vemos que, desejos inconscientes desses pais são manifestados por meio de seus discursos ao falarem das “*dificuldades de linguagem*” de seus filhos. Assim, pelo discurso, o sujeito do enunciado mostra-se sem controle, por meio do ato falho, do vacilo, do duplo sentido, da denegação, dentre outros. Cabe-nos buscar a relação existente entre a demanda desses pais e o sintoma evidenciado pelo filho, pois o sujeito está afetado pela língua e também pelos sentidos gerados por essa língua e pela história, enquanto processo de constituição do sujeito.

Consideramos a dialogia como fundante. O diálogo iniciado pelos pais ao falarem *com* e *de* seus filhos instaura na criança uma possibilidade de representação de si própria. Sem o outro que representa a criança, falando *com*, *para* e *dela*, não há possibilidade de haver um mergulho nos significantes da língua.

A maneira como a criança é falada, e, portanto, representada pelos pais, é fator constitutivo para o sujeito. Se a criança é falada como patológica, ela assim se constitui. A representação que os pais fazem de seus filhos manifesta-se no discurso também pelas metáforas e metonímias, além da elipse, da denegação, da antecipação. Os pais não percebem que ao falarem *sobre* e *com* seus filhos produzem uma metáfora de si próprios e uma metonímia de seu desejo.

A intenção deste estudo, além de ampliar a compreensão em relação à aquisição da linguagem e seus distúrbios e, em especial, do chamado retardo de linguagem, é analisar o discurso dos pais em relação ao seu filho, destacando as marcas indiciárias da constituição dessa criança enquanto objeto do desejo dos pais.

Na prática clínica, constatamos que os tratamentos mais difíceis são aqueles em que a mãe e a criança continuam “coladas” por vínculos de dependência emocional, os quais fragilizam tanto as atitudes da criança como a sua linguagem, pois mães e pais, muitas vezes, fazem e falam por seus filhos, compactuando de um silêncio que se instala pelo *não-fazer* e *não-dizer*. Sendo a linguagem estruturante do sujeito, essa criança mostra-se fragmentada por não poder expressar-se em relação ao seu desejo.

Falar da implicação dos pais em relação à linguagem de seus filhos é questionar a posição taxionômica que ainda vigora na fonoaudiologia. Mudar a relação dos pais com o processo de aquisição de linguagem dos filhos significa também uma modificação em nossa posição terapêutica; o discurso dos pais passa de dados informativos sobre as etapas de desenvolvimento do filho, para

indícios lingüístico-discursivos que direcionam a compreensão do sintoma referido.

Singularidades à parte, compreendemos que tanto os estudos conduzidos pelo Interacionismo (De Lemos, 1992; 2002), como pela Análise de Discurso (Pêcheux, 1997; Orlandi, 1996, 1997, 1999) e a Psicanálise Lacaniana (1998, 1999) têm contribuído para a compreensão ampliada dos distúrbios de linguagem.

Apesar de ter ocorrido uma mudança no enfoque dos estudos do grupo interacionista no Brasil nos últimos anos, a sua contribuição fulcral para a fonoaudiologia estará focada nos trabalhos de De Lemos (entre 1986 e 1992), cujas principais postulações são: 1) é *na/pela* interação que a criança é constituída enquanto sujeito; 2) a linguagem que ocorre através do diálogo e da interação é fundante e constitui o sujeito. Dessa forma, podemos pensar que a forma como a interação acontece instaura uma possibilidade discursiva de “*ser-falante*”, o outro-adulto, para a criança, tem forma estruturante, pois irá conferir sentido às suas expressões, sejam orais ou gestuais. Para o interacionismo que estamos considerando aqui, a criança, por sua vez, não é um sujeito passivo, mas, ao contrário, faz seus deslocamentos e ressignifica a fala do outro. O interacionismo construiu uma sustentação teórica que contribuiu de certa forma e, em um dado momento histórico da fonoaudiologia, com a possibilidade de se fazer ciência ampliando a dimensão empírica e afastando-se do dogmatismo positivista, mensurável e quantitativo.

Pressupostos sociointeracionistas (época em que se chamava sócio-interacionismo) auferidos dos jogos interativos entre mãe-criança, atualmente são rediscutidos incorporando as suas reflexões à ciência psicanalítica. Por meio da psicanálise torna-se possível pensar ciência e sujeito além das fronteiras de uma mente, um corpo e uma boca. Também nessa perspectiva, podemos pensar que a língua ultrapassa as questões normativas e gramaticais e os estudos

deixam de focalizar a experiência empírica voltada para o que é possível de ser “visto” (observado) e passa para o que se pode “escutar”. Contudo, convém assinalar que uma abordagem unicamente interacionista não nos basta, como iremos argumentar mais à frente, ao falarmos sobre a questão do real.

Tanto a Psicanálise lacaniana como o interacionismo retomam Saussure e Jakobson, ressignificando conceitos sobre o signo, a língua, os eixos da linguagem, a metáfora e a metonímia e aproximam-se das relações estabelecidas pela psicanálise em relação à noção de sujeito e suas relações com a linguagem e o outro/Outro<sup>(2)</sup>. O que se articula como significante, produzido em cadeia discursiva, é a materialização do próprio sujeito, aquele que emerge junto com seu desejo primordial.

*“No princípio era o verbo”, mãe e filho constituindo-se no dizer, nas identificações, no simbólico da linguagem, no desejo que ficou sem tornar-se, mas que retorna na e pela linguagem da mãe, no e pelo sintoma do filho.*

Para uma análise das questões propostas neste trabalho, optamos pela Análise de Discurso (AD) de filiação francesa, por tratar o discurso como o lugar de contato entre língua e ideologia, pois compreendemos que sujeito e a ideologia caminham juntos e, uma vez que, a ideologia atua sobre os sentidos historicamente possíveis, intervem em sua formulação e determina quais desses sentidos poderão circular em um dado contexto. Forma-se,

---

<sup>(2)</sup> Compreendemos o outro/Outro como o “lugar onde a psicanálise situa, além do parceiro imaginário, aquilo que, anterior e exterior ao sujeito, não obstante o determina. Para a psicanálise, a elaboração das instâncias intrapsíquicas é necessariamente acompanhada da atenção à relação do sujeito com o outro, ou com o Outro”. (Chemama, 1995:156). Podemos dizer que o outro é a alteridade expressa por um semelhante ou o que ele representa, já o Outro é virtual, é o Outro da linguagem, é o da ordem do discurso.

então, uma cadeia de significantes, os quais farão parte de uma trama do inconsciente que, por sua vez, encontra-se estruturado como linguagem.

Durante a coleta de dados do mestrado, foram realizadas três entrevistas com pais, as quais serão utilizadas neste trabalho de doutorado. A justificativa para esse fato é dar continuidade ao trabalho do mestrado, uma vez que os filhos foram representados como “falta”, “atraso”, “patológicos”. Fazemos uma pergunta no final da dissertação, que é a seguinte: “Que lugar essas crianças ocupam enquanto personagem nesta família?” O que pudemos constatar é que essas crianças ficavam na “falta” de tempo dos pais, de atenção para uma escuta ao falarem, sendo representadas como “incapazes” para a linguagem.

Uma questão surgiu por ocasião da proposta do doutorado: -Seria o retardo de linguagem uma manifestação metafórica/metonímica do desejo desses pais?

Tendo como ponto de partida que todo trabalho clínico faz parte de uma investigação mais ampla, que ultrapassa os limites de um sintoma de linguagem, acreditamos que ao realizar uma análise criteriosa do discurso, o retardo de linguagem aparecerá manifesto por meio de metáforas e metonímias nos discursos dos pais, os quais remetem o sentido a uma falta/incapacidade não só da linguagem, mas de todas as relações que um “falar errado” implica no âmbito social e das relações da criança.

É justamente essa problemática que está sendo posta em questão neste trabalho, qual seja, a manifestação metonímica e metafórica no retardo de linguagem, como condição de emergência do desejo dos pais, que para a criança é a alteridade, o Outro *da/na* linguagem.

# ***CAPÍTULO 1***

## **1. A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO**

*O indivíduo é determinado mas, para agir, deve ter a ilusão de ser livre.*

*(Claudine Haroche)*

### **1.1. ALÍNGUA**

Milner, ao introduzir o conceito de “alíngua” possibilitou um deslocamento das questões estruturalistas da língua enquanto sistema.

Para prefaciar suas idéias, ele próprio nos traz um primeiro conceito de língua (Milner, 1987:12):

“...trata-se de um núcleo que, em cada uma das línguas, suporta sua unicidade e sua distinção; ela não poderá representar-se ao lado da substância, indefinidamente sobrecarregada de acidentes diversos, mas somente como uma forma, invariante através de suas atualizações, visto que ela é definida em termos de relações.”

Sejam tais relações paradigmáticas e sintagmáticas ou pertencentes a outras regras gerais dentro das teorias lingüísticas,

com essa noção de língua, sua compreensão fica restrita à estrutura com regras, a qual é capaz de ser aprendida pelos falantes e analisada segundo princípios da fonologia, sintaxe e semântica.

Todavia, gostaríamos de ressaltar, que além dessa língua “perfeita”, temos alguns fenômenos que podem ser descritos pelos equívocos, lapsos, trocas de fonemas, trocadilhos, omissões, que compõem uma outra substância que na análise feita pelo viés da língua, consideram-se erros de pronúncia, escrita ou devaneios do falante. Milner (op. cit:14), diz que “...é preciso doravante admitir no éter da língua singularidades heterogêneas... sempre na série de lugares homogêneos levantam-se algumas singularidades”. Com isso, o autor quer dizer que ao considerarmos uma língua, temos, com certeza, que descartar algumas proposições: as línguas não formam uma classe consistente, são incomensuráveis e não idênticas; é uma substância isotópica e não estratificada. Desta feita, “não há designação unívoca para o lugar dos equívocos. Somente um semblante pode se prestar a isso, ela mesmo trabalhando pelo equívoco cujo real é aqui objetivado: compreende-se que seja apropriado o nome que Lacan forjou: alíngua” (op. cit:14-15). Essa alíngua está em toda língua onde mora o equívoco, um sujeito que produz o lapso e está, portanto, no lugar da singularidade.

Para Milner (op.cit:15), alíngua “se faz igualmente substância, matéria possível para os fantasmas, conjunto inconsistente de lugares para o desejo; alíngua é, então, o que o inconsciente pratica, prestando-se a todos os jogos imagináveis para que a verdade, no domínio das palavras, fale.”

Ainda segundo esse autor, compreender alíngua significa entender a impossibilidade de tudo se dizer; o signo lingüístico não deve ter outro mestre senão a si próprio, sendo que cada segmento da língua é representado de maneira unívoca; o real da língua está repleto de falhas, não é passível de ser redutível a cálculos ou

descrições positivistas, mas a língua deve ser concebida sob outra ótica. Milner (op. cit.), compactua com Lacan no sentido de ser a língua concebida como não representável pelo cálculo, aquela que não esboça transparência, sendo “os espaços onde o desejo se espelha e o gozo se deposita” (1987:8). Gadet e Pêcheux (1981:49) em *La Langue Introvable* comentam:

*“La thèse soutenue par Milner attache ainsi entièrement la possibilité de la linguistique à ce que la langue recèle de l'impossible, 'impossible de dire, impossible de ne pas dire d'une certaine manière'. L'Edipe linguistique correspond au fait que le tout de la langue ne peut être dit, dans quelque langue que ce soit.”*

Milner comenta ainda, que:

*“...é preciso doravante admitir no éter da língua singularidades heterogêneas... a língua é o que faz com que uma língua não seja comparável a nenhuma outra, enquanto que justamente ela não tem outra, enquanto, também, que o que a faz incomparável não saberia ser dito. A língua é, em toda língua, o registro que a consagra ao equívoco... ela se faz igualmente substância, matéria possível para os fantasmas, conjunto inconsistente de lugares para o desejo; a língua é, então, o que o inconsciente pratica, prestando-se a todos os jogos imagináveis para que a verdade, no domínio das palavras, fale.” (op. cit:15).*

O sujeito fala a língua e a língua; a linguagem só se concretiza pela língua de um sujeito impossibilitado de atingir o real da língua, pois o real existe, mas é impossível de ser dito - ele se traveste pelo simbólico, na cadeia significante, quando é dito não está mais lá. O real da língua se traduz pelos atos falhos, metáforas, metonímias, elipses, denegações e todas as outras subversões que a língua permite, é nesse momento que o sujeito irrompe e tenta

significar o porquê de sua existência. Nesse sentido a língua sabe, que por meio dela o desejo transborda e o sujeito é significado.

Tornar a língua audível é a possibilidade de compreensão do discurso do sujeito, mas esse discurso é construído singularmente ao longo da história individual de cada um. As histórias de cada sujeito são acontecimentos que fogem tanto da ótica temporal como da perspectiva espacial do mundo objetivo. Mas, a possibilidade de compreensão do sujeito também passa pela questão ideológica, que traduz as idéias, atitudes, costumes de um grupo, possibilitando um “sentido evidente” ou um “aceite” em relação aos padrões do grupo, ao qual esse sujeito está assujeitado.

A lingüística moderna, formulada a partir dos pressupostos saussureanos e, portanto, advinda da dicotomia língua/fala, não teve olhos para o sujeito da fala, mas somente para a língua, vista como algo homogêneo e regular. Porém, foi o Estruturalismo saussureano que possibilitou novos caminhos lingüísticos por meio da releitura de alguns de seus mais importantes pressupostos, como o valor do signo lingüístico e as relações sintagmáticas e paradigmáticas da linguagem. Posteriormente voltaremos a falar desses aspectos e correlacioná-los com a metáfora e a metonímia no discurso.

Segundo Indursky (1998:112), “...o mesmo gesto que institui a língua como objeto homogêneo e, portanto, científico da Lingüística, dele expulsa o sujeito para relegá-lo à fala, por ser externo à língua propriamente dita. Ou seja, na língua, objeto asséptico da Lingüística, não há lugar para o sujeito. Este foi o custo teórico para instituir a Lingüística como ciência”. No entanto, com Jakobson surge uma outra possibilidade de perceber a língua, que é justamente através da variabilidade fonética de produção da fala dos sujeitos. A fala aparece como possibilidade de apresentar-se externamente à língua, concedendo ao sujeito um certo espaço de liberdade.

Mas, segundo a autora, é com Benveniste (1988), ao realizar um estudo sobre a natureza dos pronomes, que as relações de subjetividade e intersubjetividade do sujeito irão aparecer, visto que, ao estudar o uso dos pronomes Eu (marcas de subjetividade) e Tu (marcas de intersubjetividade), o autor cria uma outra possibilidade de estudo lingüístico, que busca situar o sujeito numa instância discursiva. Segundo Benveniste (op.cit:279):

“*eu* é o ‘indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância lingüística *eu*’. Consequentemente, introduzindo-se a situação de ‘alocução’, obtém-se uma definição simétrica para *tu*, como o ‘indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância lingüística *tu*’. Essas definições visam *eu* e *tu* como uma categoria da linguagem e se relacionam com a sua posição na linguagem.”.

Mais adiante, no capítulo “*Da subjetividade na linguagem*”, Indursky comenta que:

“É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’. A ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’.”(op. cit:286).

Para Benveniste, o sujeito é concebido como uno, centrado em si, totalmente diferente do que veremos nos pressupostos teóricos sobre o sujeito postulado tanto pela Análise de Discurso, como pela Psicanálise Lacaniana.

A Análise de Discurso (AD) de filiação francesa, teorizada por Michel Pêcheux na década de 60, filia-se ao Materialismo Histórico, à Psicanálise e à Lingüística. Língua e história estão juntas na produção de sentidos e o que a AD vai realizar é um estudo da

forma material da língua e não abstrata como na lingüística. Tal materialidade lingüística se produz na história, sendo, portanto, lingüística/histórica. A língua, nesse sentido, não é compreendida somente como uma estrutura, mas antes de tudo como um acontecimento.

O sujeito do discurso encontra-se afetado tanto pelo real da língua, como pelo real da história, mas sem percebê-lo. Gadet e Pêcheux (op. cit.) discorrem sobre as relações do real da língua e da história e explicam o que chamam de real da língua:

*“la linguistique ne saurait se réduire à une conception du monde: elle comporte intrinsèquement une pratique théorique prenant la langue comme objet propre. Ce que nous appelons <le réel de la langue>”. (p.11).*

Os autores comentam ainda:

*“...l'équivoque apparaît dès lors comme le point où l'impossible (linguistique) vient se conjoindre à la contradiction (historique); le point où la langue touche à l'histoire. L'irruption de l'équivoque affecte le réel de l'histoire, ce qui se manifeste par le fait que tout processus révolutionnaire touche aussi à l'espace de la langue...”. (p.62).*

Segundo Pêcheux (1997), todo discurso marca uma desestruturação e possibilita uma reestruturação, visto que, está sempre filiado a determinações sociohistóricas de identificação, sendo um efeito dessas filiações e ao mesmo tempo atravessado pelo inconsciente do sujeito. Assim, se o equívoco afeta o real da história, é porque o sujeito funciona tanto na língua, como é atravessado pela língua; são as contradições e os equívocos que presentificam processos constitutivos do sujeito inserido em uma história.

## 1.2. O SUJEITO

Temos um sujeito que funciona pelo inconsciente, pela ideologia (falaremos a respeito no próximo item deste capítulo) e que não é mais uno e centrado, mas, ao contrário, é confuso e sofre uma grande descentração. O sujeito agora é uma posição e ocupa um lugar social definido, sendo, conseqüentemente, uma forma-sujeito, pois ao ser interpelado socialmente, identifica-se no imaginário com uma forma-sujeito de uma determinada formação discursiva dominante. Essa formação discursiva é o modo de se inscrever na linguagem, baseado em modelos ideológicos vigentes e no que pode e deve ser dito num determinado contexto. O sujeito ideológico funciona como alíngua, produz equívocos e contradições, atos falhos e denegações.

Para uma melhor compreensão do sujeito, dentro da proposição deste trabalho, faz-se necessário descrevermos o *estádio do espelho* (Lacan, 1998), momento que a criança pela primeira vez, confronta-se com sua imagem no espelho e se reconhece através da figura de um outro-eu que não é mais aquela confundida com o próprio mundo. A criança, antes fundida com o mundo, nesse momento, percebe a diferença entre ela e o mundo externo; identifica-se com o primeiro esboço do eu, que logo irá se constituir como eu ideal. Essa é uma fase de constituição do ser humano, na qual ele assume uma imagem.

No dizer de Lacan (op. cit: 97), este estádio representa “... a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito”. O estádio do espelho é que gera fantasias, determinando uma identidade alienante, que pode ser representada ao longo da vida do sujeito por imagens esquatejadas, retalhos de uma imago distorcida, representadas por metonímias.

Segundo Lacan “o drama do sujeito no verbo é que ele faz aí a experiência de sua falta-a-ser” no sentido do desejo, pois agora o sujeito é um desconhecido para si mesmo, a partir da ordem significante instalada. A alteridade está presente para o Eu, assim como seu imaginário, que vem “refletir’ algo distorcido, mas que toma valor de representação pelo outro. A criança só se identifica na imagem porque o outro já a representou num primeiro momento; por meio do olhar e da fala da mãe a criança nota a si mesma e passa a partir dessa fase a se constituir enquanto Eu, é a conquista da identidade.

Dor (1989:124), comenta que:

“Por ser a partir da imagem do outro que o sujeito acede à sua identidade, ele entrará num movimento subjetivo correlativo com relação ao outro. Assim, é sob a forma do outro especular (a própria imagem do sujeito no espelho) que o sujeito perceberá igualmente o outro, ou seja, seu semelhante... A relação que o sujeito mantém consigo mesmo é, pois, sempre mediada por uma linha de ficção... Pode-se falar, pois, *de uma dialética da identificação de si com o outro e do outro a si.*”

O sujeito é, no entanto, uma construção imaginária do Outro que o constituiu. De acordo com Lacan (1998), é a partir desse estágio que a criança, porque percebe sua própria imagem, inicia sua evolução psíquica, deslocando-se da mãe e iniciando sua subjetividade rumo ao simbólico, pelo qual conseguirá sair dessa relação especular. É pelo outro (mãe), que a criança pode ingressar nesse mundo simbólico<sup>(3)</sup>, sendo que, com a entrada no

---

(3) Segundo Lacan(1986), o sujeito é efeito dos três registros: real, simbólico e imaginário, sendo que o acesso ao simbólico ocorre através da linguagem, e a partir deste momento o sujeito constrói seu imaginário, o real, no entanto, é inacessível. O sujeito entra em contato com uma realidade através do simbólico, mas o real persiste em aparecer e o faz através da alingua, pelos atos falhos, equívocos, tropeços...

simbólico, o sujeito insere-se no imaginário, identificando-se com o Eu que ele passa a representar. Mas, essa imagem é um malogro, assim como o significado que o imaginário dá ao significante<sup>(4)</sup> que se apresenta em uma cadeia discursiva.

O sujeito tem acesso ao simbólico por meio da linguagem, não sendo possível um acesso direto à realidade, que está constantemente atravessada pelo significante. A realidade é organizada pela língua e esta é a única forma de acessá-la. Mas se o imaginário é criado pelo outro que significa, então os significantes não se dirigem ao sujeito, mas o sujeito é que os interpreta como fazendo parte de uma relação de valor entre si.

O real é inacessível e a realidade só é possível pelo simbólico que acessa ao imaginário. Para Pauli (2002:78) “o real é totalidade e incompletude cercado pelo simbólico”. Assim, o sujeito não é o eu, mas segundo Chemama (1995: 208):

“... é uma função que se desdobra na dimensão do imaginário. É a sensação de um corpo unificado, produzida pela assunção, pelo sujeito, de sua imagem no espelho,... Disso resulta que o que o eu se situa em um eixo imaginário em oposição a sua própria imagem (narcisismo) ou à de um semelhante (pequeno outro, de Lacan). Essa relação do eu com seu objeto imaginário faz obstáculo ao reconhecimento, pelo sujeito, de seu desejo.

Quanto ao desejo, esse se manifesta nas “formações do inconsciente”: sonhos, sintomas, enganos (esquecimentos, lapsos, atos falhos)... assim, para a psicanálise o sujeito não sabe o que diz, nem mesmo que o diz”.

(4) Significante deve ser entendido não como definido por Saussure(1995), mas de acordo com Lacan (1998,1999), que o designa como elemento do discurso (consciente ou inconsciente), que representa e determina o sujeito.

Até o presente momento, expusemos de que forma, neste trabalho, a lingüística e a Psicanálise estão implicadas. A primeira, pela retomada ao conceito de alíngua de Milner e a segunda pela compreensão do sujeito que escapa à ambição de uma ciência galileana-positivista, pois alíngua e o real não têm como ser reduzidos a “símbolos físico-matemáticos”.

Segundo Chemama (1995:184):

“... diz Lacan - verifica-se que, por serem diferentes, os círculos do real, do simbólico e do imaginário são mantidos juntos apenas pela materialidade “real” de seu enlace. Cortando-se um deles, todos se soltarão. Admitindo-se que esse enlace era o próprio princípio de desejo humano, é forçoso observar que nenhum dos três registros é redutível aos demais e que o real existe em relação ao simbólico, isto é, a seu lado, ligado a ele pelo imaginário. O que essa escrita borromeana tem de específico é permitir demonstrar materialmente a existência de uma estrutura que se sustenta de um real nunca redutível ao simbólico, mas a ele ligado. Ela, ao mesmo tempo, torna caduca a ambição de uma ciência exata, que cercaria o real em suas últimas trincheiras, tentando reduzi-lo, por exemplo, a um mero jogo de símbolos físico-matemáticos. Porém, ela dota a psicanálise de um instrumento mais exato para abordar o real, no tratamento de um paciente.”

Com o objetivo de articular a noção de língua e sujeito com as questões discutidas neste trabalho, faremos uma breve síntese de importantes pesquisas sobre a aquisição da linguagem e suas implicações na compreensão do real da língua e do real da história.

Alguns estudos relacionados à aquisição de linguagem assinalaram que tanto o adulto quanto a criança possuem um papel ativo no processo de construção da linguagem. Tais estudos

privilegiam o diálogo enquanto fenômeno de natureza discursiva e lugar de inserção da criança na linguagem, além da participação do outro nesse diálogo, como intérprete da criança. Apoiados em tais pressupostos, encontram-se os trabalhos de Rubino, 1989; Perroni, 1992; Freire, 1995; Tfouni, 1995 e Ferriolli, 2000, dentre outros.

Rubino (op.cit.) estudou a ação interpretativa da mãe sobre o comportamento espontâneo do bebê, partindo do pressuposto de que essa ação interpretativa é mediada pela imagem que a mãe faz do bebê enquanto interlocutor, as marcas da polifonia encontram-se presentes no discurso da mãe.

Já Perroni (op. cit.) inclui as narrativas de ficção em suas pesquisas por considerar que: “A capacidade de narrar pode ser vista (...) como se originando da interação da criança (...) com um adulto interlocutor básico.” (p. 50). Para a autora são as peculiaridades de cada matriz interacional (adulto/criança) que vão direcionar o percurso da criança pelo processo de aquisição da linguagem, incluindo-se o discurso narrativo.

O trabalho de Freire (op.cit.) é de grande interesse e aponta que a gênese dos “distúrbios da comunicação”, em especial do retardo de linguagem, encontra-se nas interações ineficazes, pois a construção da linguagem depende da atividade interpretativa da mãe e, quando essa mãe interpreta a criança como incapaz para a comunicação, fica estabelecido um “distúrbio”.

Para Tfouni (op. cit), o discurso narrativo não é definido apenas em seu nível estrutural, sendo que a narrativa é organizada por meio “... de nossas interações, conhecimentos e experiências sobre (no) mundo e com o Outro” (p.73).

Ferriolli (2000) destaca que tanto nos estudos sobre a construção da linguagem pela criança como nos “distúrbios de linguagem”, devemos considerar a fala não somente enquanto mecanismo articulatório e a língua não só como um sistema de regras, mas deve ser levado em consideração, também, o tipo de

interação que os pais mantêm com seus filhos e o tipo de representação do outro/Outro que ficou constituída para esse sujeito. Considerar o discurso narrativo enquanto lugar de significação do sujeito e de possibilidade de concretização de seus desejos representa uma possibilidade de ir além do real da língua, compreendendo também as instâncias do simbólico e imaginário.

Ainda no contexto dos trabalhos acima citados, temos em especial um artigo de De Lemos (1992), intitulado “Los procesos metafóricos y metonímicos como mecanismo de cambio”, que por tratar explicitamente do tema desta pesquisa (ou seja: metáfora e metonímia), será comentado brevemente.

A autora, inspirada pelo conceito de valor em Saussure (1995) e nos processos metafóricos e metonímicos sugeridos por Jakobson (1995), utiliza os dois eixos (paradigmático e sintagmático) para explicar as ocorrências lingüísticas da criança na fase da aquisição de linguagem. Ela abandona as explicações sobre aquisição de linguagem que se respaldam no construtivismo e passa a assinalar a importância de se compreender os “erros” de emissão da criança, a partir da relação estabelecida num espaço discursivo entre a criança e o adulto e sob o ponto de vista do funcionamento dos eixos metafóricos e metonímicos. Estabelece-se, neste momento, uma possibilidade de compreensão das emissões da criança a partir do que ela “subjetiva” da relação discursiva com o outro - criança e adulto estão submetidos ao funcionamento da língua, havendo uma associação entre a construção discursiva e os elementos estruturais desta língua.

A autora (2002:63-64) compreende que no lugar da criança enquanto indivíduo biológico “sob a égide da necessidade”, há um corpo pulsional, o qual “demanda interpretação”, ou seja, um “corpo que, ‘articulado na e pela linguagem’, se acha no regime da demanda e do desejo”. Parece que na fala da criança revelam-se

acontecimentos muito mais ligados à subjetivação do que à própria língua.

O que foi descrito acima aponta para a importância de compreendermos a língua não só como estrutura, mas também de forma discursiva, pois é a “alíngua” que oferece a “mobilidade” ao sujeito, mas não a “liberdade”, pois o sujeito encontra-se sobredeterminado pelo Outro. Rubino (op. cit.) fala das marcas polifônicas que podem ser notadas no discurso da mãe ao falar com seu bebê. Ferriolli (2000) destaca que somos falados mesmo antes de nascermos e somos constituídos por nossos pais, avós, ou seja, toda criança tem um lugar no desejo do outro. Esse fato encaminha nosso discurso não só para o real da língua, mas também para um real da história, pois mesmo antes de nascer, o sujeito-ideológico (histórico) já existe, pois tal qual aquele sujeito que se identificou com sua imago no espelho, ele irá também se identificar com um discurso ideológico dominante.

Ferriolli (op. cit.) pôde constatar por meio de análise no discurso dos pais de crianças com retardo de linguagem, que o eu “alienado” de Lacan irá identificar-se com o ideológico e é porque se identifica que pode constituir-se como tal. Retomaremos essa discussão ao longo do trabalho.

Tal qual Gadet (1981) postula, temos que considerar não só o real da língua, mas também o real da história. A teoria que efetua essa manobra teórica é a AD de filiação francesa.

Para a AD (Orlandi, 1999) o sujeito da modernidade é ao mesmo tempo livre e submisso, pode dizer tudo, porém, está irremediavelmente submetido à língua. Segundo Orlandi (op.cit) essa é a base do assujeitamento:

“Tomando em conta a relação da língua com a ideologia, podemos observar como, através da noção de determinação, o sujeito gramatical cria um ideal de completude, participando do

imaginário de um sujeito mestre de suas palavras: ele determina o que diz. No entanto, nem sempre ele se apresentou com essa sua característica, que é própria ao que chamamos sujeito-de-direito ou sujeito jurídico, que é o da modernidade. Não podemos reduzir pois, a questão da subjetividade ao lingüístico; fazemos entrar em conta também sua dimensão histórica e psicanalítica. Embora a subjetividade repouse na possibilidade de mecanismos lingüísticos específicos, não se pode explicá-la estritamente por eles”. (op. cit: 50).

Como o sujeito é discursivo, ele é pensado como uma “posição” (Foucault, 1969) e não tem acesso direto ao seu interdiscurso (que é a memória discursiva que o constitui), mas somente por meio da língua, que não é transparente, assim como o mundo não é diretamente apreensível. Tudo que é vivido pelo sujeito passa pela estrutura ideológica e, por isso, o sujeito é entendido como uma posição-sujeito. É pela ideologia que os sujeitos se constituem.

Para a AD o sujeito encontra-se afetado tanto pela linguagem do Outro como pela história. A AD está filiada à Psicanálise e compactua da compreensão de sujeito que sofre os efeitos do simbólico pela língua, tendo acesso somente a partes do que diz e significa pelo imaginário, pois está submetido à língua e à história e esta é a sua possibilidade de existência, assim, ele se constitui como sujeito *da* e *na* língua, *da* e *na* ideologia.

Tanto a imagem do sujeito refletida e percebida no espelho é importante para a sua constituição-separação da mãe, como a sua inserção em um discurso (simbólico) o transforma em sujeito determinado (histórico-ideológico), que nasce de uma representação imaginária, constituindo-o como um sujeito da enunciação, ou aquele impossível de ser por inteiro.

Na tentativa de compreender como o *sujeito é impossível de ser por inteiro*, é feita uma citação de Bairrão (1996:428) em relação ao “*impossível sujeito*”:

“... absurdo soa o inconsciente ao desejo que constrói a ficção da completude do saber em conhecer. Ecoa estranho aos olhos orientados no sentido de agarrar o permanente na transitoriedade, à boca ansiosa de dizer o definitivo sobre a contingência, aos ouvidos desesperados por ouvir o inefável”.

Na dissertação de mestrado, Ferriolli (2000:24) destaca:

“O indivíduo nas ciências de um modo geral, é aquele *uno*, porém como não somos unidade, mas sim dispersão, adotaremos o termo sujeito. O modelo biológico, que estuda o homem a partir de concepções sistêmicas, estudou dessa forma a criança, construindo teorias reducionistas, que podiam explicar o indivíduo, mas não o sujeito. Diante da negação deste paradigma e do entrave epistemológico que não respondia muitas das minhas questões relacionadas à linguagem, surgiu uma outra possibilidade com ênfase na Análise de Discurso, e daí a (re)significação do outro, como fundadora de uma nova relação nos estudos referentes à linguagem.”

A condução teórica deste capítulo ficou centrada, até o presente momento, na concepção de língua e sujeito. Mas, ao se falar em sujeito, a questão ideológica torna-se premente, já que sujeitos constituem-se *na* e *pela* ideologia. O próximo item discorre sobre esse tema.

### **1.3. A IDEOLOGIA**

Dando prosseguimento ao que foi discutido anteriormente sobre a língua e o sujeito, abordaremos neste momento a questão ideológica.

Na perspectiva da Análise de Discurso, a ideologia é ressignificada a partir da perspectiva lingüística, pois segundo Orlandi (1999: 45), não há sentido sem interpretação e esse fato já confirma a presença da ideologia. A autora diz que: "...diante de um objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer?".

Vemos que o sujeito, na verdade, pensa escolher determinadas posições e dizeres, e, todavia, encontra-se subordinado ideologicamente, mas não está consciente desse posicionamento, que funciona em nível inconsciente: há um esquecimento e o sujeito pensa ser livre para elaborar o discurso, como se fosse a sua origem (Esquecimento 1 de Pêcheux, 1997).

Além dessa primeira ilusão, os sujeitos compartilham de uma outra, a qual diz respeito ao controle do que é dito, pois o sujeito que enuncia pensa ter pleno domínio do que diz (Esquecimento 2 de Pêcheux, op.cit.).

Falar do sujeito remete às formações discursivas (FD), nas quais esse sujeito se instala e pelas quais se revela, estando assujeitado pela ideologia. A formação discursiva é um conceito fundamental em Análise de Discurso. Está ligada àquilo que o sujeito diz, pois tudo que é falado inscreve-se em uma posição determinada por uma conjuntura sociohistórica. Todo discurso está ligado a outros discursos e filiado a formações ideológicas dadas. Desse modo, as formações discursivas são os lugares que o interdiscurso aparece,

determinando o que pode e deve ser dito. Para um maior aprofundamento nos conceitos e na fundamentação teórica da AD, deve-se buscar as referências bibliográficas de Pêcheux e Orlandi no final do trabalho.

Segundo Gallo (1995:21), “o discurso, enquanto prática, é uma prática ideológica de um sujeito, da mesma forma determinado pela ideologia”. Para Pêcheux (1996), o sujeito vive uma dupla ilusão ao produzir um discurso, pois acredita não só que é a origem do seu dizer, mas que este é transparente, no sentido de não gerar dúvidas quanto a sua compreensão (Esquecimento número 1 e 2 de Pêcheux, relatados acima).

Para Indursky (1998:116):

“A um sujeito com tais características, não é mais possível atribuir intenções e estratégias discursivas, nem tampouco, pensá-lo como um ser onisciente e livre de quaisquer coerções. Descentrado, perde, pois, a onipotência que Benveniste lhe concedera e a liberdade de que Jakobson o dotara. Assim, por tudo quanto foi dito a propósito do sujeito da Análise do Discurso, percebe-se que ele é duplamente afetado: em seu funcionamento individualizado, pelo inconsciente e, em seu funcionamento social, pela ideologia. Vê-se, pois, que o sujeito da análise do Discurso encontra seus fundamentos, por um lado, em Marx e Althusser e, por outro, em Freud.

Para Pêcheux, a ideologia não afeta o sujeito, mas o constitui. O autor salienta: “à questão da *constituição do sentido* junta-se à da *constituição do sujeito*” (1997:154). Pêcheux diz que o sujeito não é interpelado pela ideologia, mas a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, o que significa:

“...que ‘o não-sujeito’ é interpelado/constituído em sujeito pela Ideologia. Ora, o paradoxo é,

precisamente, que a interpretação tem, por assim dizer, um efeito retroativo que faz com que todo indivíduo seja ‘sempre-já-sujeito’... trata-se da *evidência do sujeito* como único. Insubstituível e idêntico a si mesmo... é evidente que a única pessoa que poderia dizer ‘eu’ ao falar de mim mesmo”. (op. cit:155).

Há uma modalidade discursiva pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito, denominada de efeito do pré-construídos sua existência é garantida antes mesmo de o sujeito ser. Como já dissemos, todo indivíduo é falado, colocado em determinados lugares ideológicos antes mesmo de nascer. Segundo Lacan, o sujeito é preso em uma rede de “nomes comuns” e “nomes próprios” e o sujeito irá resultar disso como uma “causa de si”.

Para Orlandi (1999), não são os sujeitos físicos e seus lugares empíricos que funcionam na sociedade, mas suas imagens, as quais assumirão diferentes posições-sujeito. Nesse sentido, a alteridade está ligada a formações imaginárias, que levam o sujeito a assumir determinadas posições dentro do discurso. Há uma determinação sociohistórica tanto para o sujeito como para aquilo que está sendo falado por ele. São as formações imaginárias concebidas a partir da ideologia, que irão constituir as formações discursivas, ou seja, o discurso que eu produzo está previamente determinado pela ideologia e pelas formações imaginárias. Como diz a autora (op.cit: 40) “*é, pois todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras*”. As palavras irão receber sentidos a partir do “*efeito da determinação do interdiscurso*”, que vem a ser a memória do discurso, o já-dito.

A AD entende que os sentidos são sempre produzidos de forma diferente para cada sujeito, pois o processo sociohistórico, ou a memória histórica dos fatos na sociedade, aliado ao significante, constitui o simbólico. Assim, significante é aquilo que representa o sujeito e o determina, ligado a uma alteridade.

As questões do sujeito relacionadas à alteridade (outro) estão sempre atravessadas e, inevitavelmente, comprometidas pela formação ideológica na qual está inserido. Os sujeitos “funcionam” na linguagem como personagens, articulando o seu discurso de acordo com as formações discursivas em que se colocam, ou, melhor dizendo, que são possíveis de ocupar, de acordo com as formações ideológicas que representam.

Orlandi (1993:20), define:

“...as formações discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes. O dizível (interdiscurso) se parte em diferentes regiões (as diferentes formações discursivas) desigualmente acessíveis aos diferentes locutores.”

Já as formações ideológicas segundo Pêcheux (1997:146):

“(...) são subdivisões da ideologia que se entrecruzam nos limites de um todo ideológico complexo e que possuem ao mesmo tempo um caráter ‘regional’ e comportam posições de classe: os ‘objetos’ ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a ‘maneira de se servir deles’ – seu ‘sentido’, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem (...).”

De maneira semelhante, o sujeito para a AD é aquele que se produz no ato de enunciação, materializado pelos significantes e esse sujeito não pode ser considerado como um sujeito da linguagem, mas precisa ser entendido como um efeito-sujeito.

De acordo com Mariani (1998:89, apud Auroux, 1998:53):

“O sujeito está, desde sempre, determinado na rede de significantes que o antecede, o que, na psicanálise lacaniana, significa estar assujeitado ao campo do outro. E é na relação com um outro imaginário, enquanto objeto da identificação, que pode se dar a falha. Dito de outro modo, se, como sugere a psicanálise, é possível haver acesso ao sujeito, isso, nas palavras de Auroux, só é possível através da análise da ‘ordem simbólica [que constitui o sujeito] sob a forma da linguagem e na qual a determinação do significante faz valer o sujeito como dividido por seu próprio discurso” .

Ainda de acordo com Mariani (op.cit:90):

“...o sujeito, identificável e responsabilizado pela ordem jurídico-ideológica com relação ao que diz e faz, encontra-se atingido pelo inesperado, uma ‘identidade oculta’, simultânea e paradoxalmente absurda e familiar. Se de um lado, no teatro da consciência se organiza sócio-ideologicamente a relação imaginária do sujeito com a transparência dos sentidos, ou seja, com “as evidências da realidade” daquilo que lhe é dado falar, ver, ouvir, pensar, apagando o fato de que o sujeito resulta de um processo, por outro, instauram-se na ordem própria do significante as repetições (paráfrases, entendidas não como reprodução do idêntico) e deslocamentos (processos metafóricos) que tanto podem reinstaurar uma ilusão do “mesmo” como, dando suporte ao imprevisível, abrir para a multiplicidade (polissemia), desarticulando, deste modo, na realidade imaginária, a identificação com o outro.”

Dessa forma, Zizek (1996:314-316) diz que a ideologia consiste do fato de as pessoas ‘não saberem o que estão realmente fazendo’. O autor nos explica que as pessoas vivem uma representação e não se dão conta do fato de que a fantasia (inconsciente) estrutura a própria realidade social.

O sujeito é efeito dos três registros: real, imaginário e simbólico. Já, o sujeito empírico funciona no ideal constituído pelo imaginário e constitutivo pelo simbólico, mas o imaginário só pode ser pensado em suas relações com o real e o simbólico e deve ser entendido a partir da imagem, que é um registro do “engodo da identificação”. Esse é o registro do eu, com tudo que comporta de alienação, desconhecimento, agressividade e amor.

O eu ideal estará inscrito no sujeito, assim como seu primeiro nome, que para Zizek (1992: 107):

“... designa o eu ideal, o ponto de identificação imaginária, enquanto nome de família vem do pai, isto é, designa, como o Nome-do-Pai<sup>(5)</sup> o ponto de identificação simbólica, a instância através da qual nós nos observamos e nos julgamos... é a identificação simbólica (o ponto de onde somos observados) que domina e determina a imagem, a forma imaginária em que parecemos dignos de amor a nós mesmos...”

Assim, o eu ideal funciona como um “designador rígido”, que não desaparecerá jamais, tal qual os “designadores ideológicos” constitutivos do sujeito.

Em nossa sociedade, sabemos que no ideal do eu, relacionado à linguagem, circulam sentidos relacionados ao “bem falar” e a fonologia foi constituída enquanto ciência em um ambiente higienizador, que privilegia o patológico, sua identificação e tratamento de sintomas, porém, sem perceber que o sintoma é o que existe de real do sujeito, sendo a expressão de uma realização de

---

(5) Nome-do Pai segundo a definição de Chemama (1995:148), corresponde ao “produto da metáfora paterna que, designado primeiramente o que a religião nos ensinou a evocar, atribui a função paterna ao

efeito simbólico de um puro significante e que, em um segundo momento, designa aquilo que rege toda a dinâmica subjetiva, ao inscrever o desejo no registro da dívida simbólica. O pai é uma verdade sagrada...uma verdade inconsciente...”

desejo e de uma fantasia<sup>(6)</sup> inconsciente, que se presta a realizar tal desejo.

Tão importante quanto a questão do sintoma é a leitura que o fonoaudiólogo é capaz de fazer a respeito das queixas trazidas pelos pais. Verificamos que por trás das queixas relatadas, encontram-se demandas, relacionadas a conteúdos latentes, que irão estabelecer como os sintomas se manifestam e o que esse sintoma significa na dinâmica dessa família e do sujeito em questão.

Falar do sujeito e de sua família sob essa perspectiva é para nós, também considerar um contexto ideológico na formação do ideal do eu e do eu ideal.

Na tentativa de poder vislumbrar um outro sujeito que não está preso a uma forma determinada, cito o comentário de Teixeira (2000:91):

“Uma leitura do sujeito pelo viés da *forma-sujeito* induz então a AD a um certo pessimismo político, pois expulsar o desejo do sujeito é emudecer seu clamor potencialmente rebelde, condenando-o a um lugar “estável” de submissão a uma Ordem que o ultrapassa ... a proposição do sujeito como desejante pode abalar essa “estabilidade” do sujeito da interpelação, marcando aí duas impossibilidades: a de apreendermos o Sujeito e seu chamado como realmente são; a de sabermos se “verdadeiramente” respondemos a esse chamamento. Se, como diz Lacan, nunca podemos estar plenamente presentes como um “sujeito todo” em nenhuma de nossas respostas, como pode nossa anuência, quando interpelados, ser considerada “autêntica”?

---

(6) Segundo Roudinesco (1998:223), o termo fantasia (alem. Phantasie; esp. Fantasia; fr. Fantasme; ing. Fantasy ou phantasy), foi utilizado por S. Freud em um primeiro momento no sentido de fantasia ou imaginação (segundo a língua alemã); tornando-se um conceito a partir de 1897. “Designa a vida

imaginária do sujeito e a maneira como este representa para si mesmo sua história ou a história de suas origens: fala-se então de fantasia originária”. No Brasil, em muitas traduções do francês, encontramos comumente o termo fantasma.

Ainda segundo a autora, “O apelo de Pêcheux (1997:36) à psicanálise, nos termos em que é feito em 1975, desconheceu um aspecto fundamental das formulações lacanianas sobre o sujeito, o de que a pulsão exige permanentemente novas organizações subjetivas, de modo que o sujeito resulta como eterna construção, sempre *por vir*.” Retomando as relações entre *alíngua*, a ideologia e o sujeito, iniciadas neste capítulo, é pela Análise de Discurso, que compreendemos a língua inscrevendo-se na história por meio dos equívocos, atos falhos e os “sem sentidos aparentes”. Alíngua, contudo, estabelece uma relação com o simbólico, acarretando efeitos lingüísticos da ordem da discursividade, pois o sentido é determinado pelo sujeito afetado pela língua e história. Temos nesse momento, um sujeito interpelado pela ideologia. Concordamos com Leite (1994:151) quando ele fala da ideologia como sendo a verdadeira consciência, fazendo parte de uma ideologia:

“Todo e qualquer produto do funcionamento dos processos secundários de pensamento... Nesta abordagem a categoria do ideológico se reveste do estatuto de estruturalidade, constituindo-se na força material que constitui indivíduos em sujeitos. O sujeito do cogito cartesiano, assentando no pensamento a garantia de existência/ser, ilustra de forma exemplar o funcionamento da ilusão subjetiva, naquilo em que toma o efeito pela causa. A descoberta freudiana do inconsciente desnuda esta “evidência” ao afirmar que a garantia do ser se funda justamente lá onde o sujeito não pensa pensar.”

Para Pêcheux (1997) a materialidade da representação imaginária está na linguagem, visto que o discursivo se constitui como um dos elementos materiais do ideológico. A ideologia supõe

um sujeito, cujos atos devem necessariamente se constituir em consonância com suas idéias e representações. A estrutura que irá corresponder a esse funcionamento são as práticas materiais inscritas nos próprios atos materiais dos sujeitos, suas práticas sociais, seguindo suas crenças e rituais definidos em última instância por um aparelho ideológico; os atos de um sujeito são significados no interior dessa estrutura. O sujeito está, portanto, assujeitado pelo sistema.

Leite (op. cit:169, grifo meu), comenta:

“O funcionamento da ideologia é, portanto concebido como responsável pela constituição de sujeitos. Mas de que sujeito se trata aqui, em relação ao sujeito de que trata a Psicanálise? É neste ponto que a questão da estrutura determinante do funcionamento ideológico se encontra com a questão básica da constituição de uma subjetividade, tal como elaborada pela teoria psicanalítica. O que indicamos aqui é que para construir uma teoria materialista da ideologia, mobilizando um sujeito que age em desconhecimento de sua causa real, Althusser teve que fazer apelo a uma noção de sujeito dividido pela ação da linguagem, vale dizer, um sujeito afetado pelo inconsciente.”

Se o sujeito é afetado num primeiro momento e depois dividido pela linguagem, e se o real da língua é constituído por descontinuidades, tropeços, atos falhos, temos que esse sujeito é faltoso e impossível de ser dito. Se não é dito, o sujeito fica na falta e, conseqüentemente, na repetição do real, como única possibilidade de tentar dizer o indizível. Nesse movimento de repetição, o sujeito tenta tamponar o que falta e novos significantes aparecem, engendrando novos efeitos de sentido, mas o que fica apontado na repetição é sem dúvida, a falta. Essa repetição, apesar de ser atualizada com significantes diferentes, retorna ao mesmo sentido e ao mesmo

sintoma - ela é uma insistência do real pela via simbólica. Nesse momento do dizer, re-significando o mesmo, a cada re-significação do real e a cada repetição do sintoma ficam evidenciados diferentes lugares do imaginário.

Leite (op. cit.:196-197) define:

“o efeito de sentido como a incidência do Imaginário no Simbólico, indicando que na intersecção destes dois registros, incide a presença do terceiro, sob a forma do elemento que ocupa o buraco central da figura, sendo tal lugar configurado como a parte de não-senso. É por estar o sujeito na alíngua que ela é faltante; ao Outro também falta um significante, que vem responder à questão do desejo; é esta falta que o sujeito está forçado a responder pelo imaginário, sustentando sua posição de desejante. Conforme nos explica a autora: “A fantasia, construída como resposta à falta no Outro, tamponando sua inconsistência, constitui o contexto pelo qual se viabiliza perceber um mundo consistente e dotado de sentido. Há, entretanto, sempre um resto que dá margem ao desejo e torna o Outro inconsistente”.

A partir desses pontos, Leite considera importante incluir ao efeito ideológico o núcleo real de não-senso. Indica nesse contexto, o trabalho de Žižek (1992:147) que diz:

“Sobre a teoria das ideologias, na medida em que este autor denuncia a deficiência crucial das tentativas derivadas da teoria althusseriana da interpretação, naquilo que buscaram apreender a eficácia de uma ideologia exclusivamente através da consideração dos mecanismos de identificação imaginária e simbólica, sem levar em conta a dimensão do desejo e do gozo. Segundo o autor, ao método da análise discursiva da crítica da ideologia há que acrescentar um outro, aquele que visa articular como, além do campo da significação, mas

interior ainda a este campo, a ideologia implica e produz um gozo pré-ideológico, estruturado na fantasia. Complementar a análise do discurso com a lógica do gozo constituiria a possibilidade de abordar de forma profícua os efeitos de sentido, quer na vertente de sua (re)produção como retorno de signos, quer na referência ao núcleo de não-senso que como repetição real os condiciona”

Segundo Teixeira (op. cit:91-92):

Os últimos textos de Pêcheux “indicam uma necessidade de deslocamento... do simbólico para o real, da linguagem para a pulsão, e o que podemos compreender disto, de acordo com a autora, é que o sujeito ao retornar ao simbólico, é capaz de fazer um rearranjo de suas sobredeterminações, modificando, ainda que momentaneamente, a situação já dada, sendo esta a “liberdade” possível para ele.

Essa compreensão permite pensar numa dupla inscrição do sujeito, primeiro como falado e num segundo momento como falante. Reconhece-se que há algo que é da ordem da Lei e antecede o sujeito na sua existência. No entanto, mesmo que sejamos totalmente consumados e até consumidos nos efeitos da linguagem, há uma renovação lingüística sempre possível que pode reincidir sobre a linguagem legislada. E são exatamente essas marcas, maneiras próprias de falar, de se equivocar, que remetem ao postulado originário da inclusão efetiva do sujeito no universo de significantes, no universo das significações possíveis.

Parece que uma concepção como essa pode provocar novas enunciações no campo da AD pela possibilidade que abre no sentido de se pensar um sujeito discursivo que, embora falado, também fala e, ao falar, intervém nos sentidos já-dados”.

Como vimos acima, Pêcheux sugeriu o deslocamento de um *sujeito assujeitado*, produto de determinações que falam em seu

lugar, para um *efeito-sujeito*, que pela sua condição desejante torna-se inapreensível, indeterminado, sempre em produção.

Em função dessas reflexões, Pêcheux reelabora a relação da AD com a língua e a enunciação, a partir da noção de sujeito da psicanálise implicada nas abordagens de Milner (1987) e Authier-Revuz (1998). Voltaremos a falar do sujeito e de suas implicações com o desejo nos capítulos que se seguem.

Neste capítulo, tivemos como objetivo discutir as questões pertinentes à língua, enquanto subvertida à alíngua, o sujeito da ideologia, a relação do sujeito com o outro num jogo de sentidos e tudo isso sendo articulado com o inconsciente. A passagem que farei neste momento apontará uma direção para o funcionamento do inconsciente do sujeito no que se refere ao seu desejo e talvez compreendendo melhor o que Milner refere com: “*Le réel de la langue, c’est l’impossible*” (Gadet e Pêcheux, 1981:47).

# ***CAPÍTULO 2***

## **2. A LETRA, A METÁFORA E A METONÍMIA COMO MANIFESTAÇÃO DO DESEJO**

*“Também o sujeito, se pode parecer  
servo da linguagem, o é ainda mais de  
um discurso em cujo movimento  
universal seu lugar já está inscrito em  
seu nascimento, nem que seja sob a  
forma de seu nome próprio”.*

*(Lacan, Escritos)*

### **2.1. A METÁFORA DE SI E A METONÍMIA DO DESEJO**

Falar sobre o “sujeito *do/no* discurso” é compreender que: esse sujeito encontra-se atado a uma discursividade que envolve o outro/Outro, a uma historicidade em que está imerso e também à própria materialidade discursiva, que é o lugar onde o sujeito constrói seus significantes, revelando-se por meio deles. A cadeia discursiva é construída a partir de uma série de elementos que atados uns aos outros, trazem uma significação. Os elementos discursivos não poderão ser analisados isoladamente, mas em ressonância com os

demais. É pela relação e certa dialogia interna que os sentidos vão se formando e o sujeito se revelando.

O discurso é, dessa forma, movimento contínuo e sua interpretação também exige uma dialética, para que se perceba quais relações são estabelecidas e constitutivas do/no discurso.

Definiremos a seguir metáfora e metonímia, as quais passarão também a ser objetos deste estudo, na tentativa de compreender as manifestações do desejo dos pais em relação à criança com retardo de linguagem.

Historicamente, metáfora e metonímia são conceitos da retórica, que tem como objetivo estudar as propriedades do discurso, sendo que um desses campos é a compreensão das figuras ou tropos. Segundo Dubois (1999:411) “a metáfora consiste no emprego de todo termo substituído por um outro que lhe é assimilado após a supressão das palavras que introduzem a comparação”.

O mesmo autor descreve que “a metonímia é uma simples transferência de denominação. A palavra é reservada, todavia, para designar o fenômeno lingüístico pelo qual uma noção é designada por um termo diferente do que seria necessário, sendo as duas noções ligadas por uma relação de causa e efeito, por uma relação de matéria a objeto, de continente a conteúdo ou da parte pelo todo” (op.cit: 412).

No caso dos estudos da retórica, as figuras de estilo eram também chamadas de *tropo*, que em grego significa *desvio* do sentido da palavra. Isso quer dizer que as figuras de estilo eram estudadas à parte da gramática, como “palavras desviadas”.

Essa concepção clássica é retomada e rediscutida a partir do estruturalismo.

Saussure (1995) separou língua (*langue*) de fala (*parole*), sendo que, a língua está no campo da instituição social e a fala de suas práticas. Dentre tantas contribuições de Saussure pode-se considerar como fundamental, neste trabalho, a noção de valor do signo

lingüístico, ou seja, cada elemento da língua só adquire um valor no momento que se relaciona com outros elementos do todo que faz parte. Assim, o valor se opõe à significação definida pela referência ao mundo material. Saussure utilizou a imagem do jogo de xadrez para fazer compreender a noção de valor lingüístico; uma peça do jogo (o rei, por exemplo) é definida essencialmente pela posição nas regras do jogo ou pela relação de oposição com as demais peças e também da sua posição em relação ao todo. Acreditamos que a temática sobre o valor do signo lingüístico passa a ter uma relação com a metáfora e a metonímia, uma vez que, suas representações são atualizadas pelo significante na cadeia discursiva. No dizer de Saussure “*num estado de língua tudo se baseia em relações*” (Saussure, 1995:142).

Gadet ( 1981:45), comenta:

“La valeur, prise dans son aspect conceptuel, est sans doute un élément de la signification, et il est très difficile de savoir comment celle-ci s'en distingue tout en étant sous sa dépendance. Pourtant il est nécessaire de tirer au clair cette question, sous peine de réduire la langue à une simple nomenclature”.

Segundo Saussure todo signo lingüístico teria dois modos de arranjo, um que diz respeito à combinação e outro à seleção dos elementos lingüísticos. A combinação está na ordem do sintagma da língua, já a seleção diz respeito às entidades relativas ao código, ou seja, o que pode ser selecionado e agrupado para que as palavras sejam formadas diz respeito ao paradigma.

De acordo com Dubois (op. cit.) “Ferdinand de Saussure ressalta, sobretudo, o caráter virtual desses paradigmas. Com efeito, a realização de um termo exclui a realização concomitante dos outros termos. Ao lado das relações *in praesentia*, os fenômenos da língua implicam igualmente relações “*in absentia*, virtuais” (p. 452-453).

Jakobson (1995) esclarece em seu texto que Saussure estabeleceu que *in praesentia* representa dois ou vários termos igualmente presentes dentro de uma série efetiva, sendo que *in absentia* significa “a união de termos como membros de uma série mnemônica virtual. Isto quer dizer: a seleção concerne às entidades associadas no código, mas não na mensagem dada, ao passo que, no caso de combinação, as entidades estão associadas em ambos ou somente na mensagem efetiva” (p.40).

A partir dessas noções estabeleceram-se dois eixos nos quais a linguagem funcionaria, o paradigmático ou eixo da seleção e o sintagmático ou eixo da combinação. Partindo de tais noções, Jakobson (op.cit.) associou ainda o eixo do paradigma com a metáfora e o eixo do sintagma com a metonímia.

Jakobson associou o funcionamento dos eixos lingüísticos à afasia, que é um comprometimento por lesão cerebral, a qual acaba por afetar, em diferentes graus, a capacidade do sujeito selecionar e combinar as unidades lingüísticas. Dessa forma, pôde classificar dois tipos fundamentais de afasia, conforme a maior ou menor afecção nos eixos da seleção ou da combinação. O autor diz que a relação de similaridade suprimida está relacionada à metáfora, enquanto a supressão de contigüidade diz respeito à metonímia.

Como a metáfora está associada ao eixo da seleção e a metonímia ao da combinação (contigüidade), quando o eixo da seleção encontra-se mais comprometido, o sujeito com um quadro de afasia empregará muitas metonímias em seu discurso (“distúrbio da similaridade”). O contrário disso dar-se-á se o distúrbio for ao nível do eixo metonímico (“distúrbio da contigüidade”), então as metáforas aparecerão com maior freqüência.

Todavia, Jakobson referiu-se também a um outro tipo de discurso, que não o afásico, dizendo:

“Manipulando esses dois tipos de conexão (similaridade e contigüidade) em seus dois

aspectos (posicional e semântico) – por seleção, combinação e hierarquização – um indivíduo revela seu estilo pessoal, seus gostos e preferências verbais... pode-se notar a orientação manifestamente metonímica do Cubismo, que transforma o objeto numa série de sinédoques; os pintores surrealistas reagiram com uma concepção visivelmente metafórica. A partir das produções de D.W.Griffith, a arte do cinema, com sua capacidade altamente desenvolvida de variar o ângulo, a perspectiva e o foco das tomadas, rompeu com a tradição do teatro e empregou uma gama sem precedentes de grandes planos sinedóquicos e de montagens metonímicas em geral. Em filmes como os de Charlie Chaplin e Eisenstein, esses procedimentos foram implantados por um novo tipo metafórico de montagem, com suas ‘fusões superpostas’ – verdadeiras comparações filmicas” (1995:56-58).

Para Jakobson, a metáfora e a metonímia são da ordem de um processo simbólico, ligado tanto ao subjetivo, como ao social.

De acordo com De Lemos (1992), Jakobson elege os termos *metafórico* e *metonímico* para assinalar um maior alcance no funcionamento dos dois eixos da linguagem, pelos quais pretende dar conta do que parece “não ter sentido” (o sem sentido da linguagem) aqui ou acolá no funcionamento do discurso. A autora analisa os fragmentos de fala da criança e da mãe, em situação dialógica, e constata que, num primeiro momento, existe um predomínio do processo metonímico nas expressões da criança e, em um segundo momento, é a metáfora que surge “assinalando um afastamento (do enunciado da criança) do enunciado da mãe” (2002:53).

Objetivando dar continuidade ao percurso sobre a compreensão e aproximação da metáfora e metonímia, faz-se necessária uma articulação entre dois campos de estudo: a lingüística e a psicanálise lacaniana, naquilo que Lacan tomou de Jakobson e que inspirou, ao primeiro, o Seminário V (1999).

Para que as articulações da metáfora e da metonímia com o ensino lacaniano sejam realizadas, cabe neste momento um percurso que nos remete a Freud, o qual em seus relatos sobre o sonho dizia que estes deveriam ser interpretados ao “pé da letra”. Na verdade, o que vem a ser essa letra? É a própria estrutura fonemática que vai construindo o discurso e, também, é uma estrutura móvel, mutável, inconstante, não transparente, oscilatória. É justamente nesses elementos da “letra” (que falta, da incompletude, do ato falho, da substituição fonética), que o sujeito se revela. Dentro dessa concepção, o sujeito encontra-se “impresso” pela letra e o “inconsciente estruturado como linguagem”. Nesse sentido, faz-se necessária uma teoria que dê sustentação para uma análise criteriosa e científica dos acontecimentos que ocorrem entre os desejos manifestos (por meio da discursividade) dos pais e o atraso de linguagem dos filhos, por isso optamos por uma análise discursiva, a qual será descrita no capítulo 4.

Foi Freud quem falou pela primeira vez em condensação e deslocamento. Segundo Chemama (op.cit: 33-34, grifo meu):

“...esse mecanismo de condensação foi isolado primeiramente por S. Freud, no trabalho sobre sonho. Segundo ele, a condensação visa não apenas concentrar os pensamentos esparsos do sonho, formando unidades novas, mas também criar compromissos e meios-termos entre diversas séries de representações e pensamentos. Por seu trabalho criativo, a condensação parece mais adequada do que outros mecanismos, para fazer emergir o desejo inconsciente, frustrando a censura, mesmo que, por outro lado, torne mais difícil a leitura da narrativa manifesta no sonho... Na teoria lacaniana sobre as formações do inconsciente, a condensação é assimilada a uma superimposição de significantes, cujo mecanismo se compara ao da metáfora”.

Já a noção de deslocamento descrita em Chemama, diz ser a:

“...operação característica dos processos primários, por meio da qual uma quantidade de afetos se desprende da representação inconsciente, a qual está ligada, indo ligar-se a uma outra, cujos vínculos com a anterior são vínculos associativos pouco intensos ou, mesmo, contingentes. Esta última representação recebe, então, uma intensidade de interesse psíquico desproporcional, em relação àquela, que normalmente deveria comportar, enquanto que a primeira, desinvestida, fica como que recalçada. Encontra-se um processo desse tipo em todas as formações do inconsciente. J. Lacan, de acordo com as indicações de R. Jakobson, comparou o deslocamento com a metonímia” (p.46, grifo meu).

Como define Dor (1989), o termo “metonímico” significa: mudança de nome. Essa figura de estilo de linguagem é elaborada segundo um processo de “transferência de denominação”, por meio do qual um objeto é designado por um termo diferente daquele que lhe é habitualmente próprio. Isso é possível por haver algum tipo de ligação entre um termo e o outro.

Para Zizek (1996:298), “A constituição essencial do sonho, portanto, não é seu ‘pensamento latente’, mas sim esse trabalho (os mecanismos de deslocamento e condensação, a figuração dos conteúdos de palavras ou sílabas) que lhe confere a forma de um sonho”. Ainda segundo o autor, o desejo inconsciente é muito diferente do pensamento latente do sonho, não podendo ser reduzido a uma cadeia normal de pensamento expressa pela sintaxe da língua, pois desde o começo, o desejo já se encontra recalçado. Contudo, o único lugar do desejo inconsciente, encontra-se na *forma/matéria* do sonho, pois se articula na elaboração de seu conteúdo latente; o segredo do sonho não está atrás do sonho, mas nele próprio.

Para Freud (1900; 1901;1905), por meio dos sonhos, os sujeitos tentam realizar suas fantasias, ou desejos inconscientes, que não podem ser manifestos em sua vida cotidiana. A fantasia ou fantasma é um efeito de desejo arcaico inconsciente e matriz de desejos atuais, tanto conscientes, como inconscientes. A fantasia traz em cena um desejo de forma mais ou menos disfarçada, procura uma realização pelo menos parcial, transformando as percepções e recordações. Ela encontra sua concretização pelos sonhos, lapsos, atos falhos, devaneios diurnos, opções profissionais e relações interpessoais e afetivas do sujeito.

De acordo com Chemama (1995:70-71):

“Para S. Freud, fantasma ou fantasia é a representação, argumento imaginário, consciente (devaneio), pré-consciente ou inconsciente, implicando um ou mais personagens, que coloca em cena um desejo, de forma mais ou menos disfarçada. O fantasma é, ao mesmo tempo, efeito do desejo arcaico inconsciente e matriz dos desejos atuais, conscientes e inconscientes. Continuando Freud, J. Lacan destacou a natureza essencialmente de linguagem do fantasma. Também demonstrou que seus personagens valiam nele muito mais por certos elementos isolados (palavras, fonemas e objetos associados, partes do corpo, traços de comportamento, etc.) do que por sua totalidade. Irá propor o seguinte matema:  $\$$  punção a, que se lê “S barrado punção de a”. Este matema designa a relação particular de um sujeito do inconsciente, barrado e irredutivelmente dividido por sua entrada no universo dos significantes, com o objeto pequeno a, que constitui a causa inconsciente de seu desejo”.

*Alíngua* está no âmbito da deriva do que está subvertido pela língua e podemos dizer que é também um lugar de falta das regras. É justamente nesse lugar que a fantasia do sujeito aparece, para Chemama (1995:42), “o desejo do sujeito falante é o desejo do Outro. Constituir-se a partir dele é uma falta articulada na palavra e

é a linguagem que o sujeito não poderia ignorar, sem prejuízos. Como tal, é a margem que separa, devido à linguagem, o sujeito de um objeto supostamente perdido. Esse *objeto a* é a causa do desejo e o suporte do fantasma do sujeito”.

O *objeto a* (pequeno a) não é um objeto que tem sua representação no mundo, mas só pode ser presentificado por quatro fragmentos do corpo: o seio (sucção), as fezes, a voz e o olhar. Talvez possamos ampliar para além desses quatro fragmentos e pensarmos que o *objeto a* pode se presentificar em qualquer ponto, desde que manifesto pelo sujeito, pois o *objeto a* responde no lugar da verdade do sujeito, na constituição da fantasia, no ato de nascimento do desejo do sujeito. Lacan vai designar por *objeto a* o eu ou pequeno outro e temos, então, que distinguir a dimensão simbólica na qual todo sujeito falante está na dependência dos significantes, que é o lugar do grande Outro. O sujeito, conseqüentemente, só pode enxergar-se a partir das imagens fantasmáticas substanciadas pelos significantes da língua do Outro. Esse Outro é aquele primordial, ou dito de outra forma, a própria mãe, temos aqui um real da língua, que é ao mesmo tempo interior e exterior ao sujeito, pertence ao mundo das representações desse sujeito da linguagem. Esse real está tão perdido como é inacessível ao sujeito quando ele se depara com a linguagem, pois esta constitui uma falta por si só, pois o *objeto a* não é redutível à linguagem, mas é uma construção que destrói a representação no mesmo instante de sua configuração. Assim, o *objeto a* está perdido mesmo antes de existir. Esse objeto passa a ser a causa do desejo no sujeito e, como tal, é também causa da divisão desse sujeito.

Como vimos anteriormente, para Lacan existem três registros da subjetividade, quais sejam: o real, o simbólico e o imaginário, todos independentes uns dos outros, mas, só podem se manter juntos pela ordem do significante determinado pelo *objeto a*, pois este representa a letra. Enquanto o significante pertence ao

simbólico, a letra está no real e por isso permite o recalçamento, ou seja, o afastamento das pulsões, que passam a não ter acesso ao consciente. Estará, portanto, inscrito (letra) no sujeito, aquilo que se encontra reprimido.

Assim que o recalque e o inconsciente são correlatos, não são passíveis de emergirem numa cadeia significativa como os atos ou pensamentos conscientes. Dessa maneira, o que está recalçado, objeto real do desejo, só é passível de emergir na cadeia significativa pelos desvios, atos falhos, metáforas e metonímias.

A fantasia concretiza-se da *alíngua*. Como foi explanado, Milner nos esclarece que o real só é possível por meio da *alíngua* e para Lacan (Escritos, 1998), a fantasia recobre o campo do real (o indizível, aquilo que é impossível de encontrar e o que não cessa de retornar), pois para o autor, a fantasia está representada por uma superfície que inclui as várias representações do sujeito (o eu, o outro imaginário, a mãe originária, o ideal do eu e o objeto de seu desejo). Mas, a superfície da fantasia é também margeada pelo campo do imaginário e do simbólico. Na identificação imaginária temos o eu ideal e trata-se de uma identificação constituída, como aquela imagem na qual nos parece ser passível de sermos amados. Já na identificação simbólica temos o ideal do eu que é a identificação constitutiva.

Parece que há um fosso entre o eu ideal e o ideal do eu, e, portanto, um conflito fica estabelecido para o sujeito, dilema este, que pode ser percebido pelas imagens fantasmáticas (distorcidas e esquatejadas) desse sujeito, representadas também em seu discurso pelas metáforas, metonímias, atos falhos e denegações.

Há pertinência na analogia entre o sonho e o discurso, já que o primeiro também se revela por um discurso, seja este narrado para alguém ou para nós mesmos. Tendo a noção de posição-sujeito, do deslocamento e da condensação, podemos perceber que o sujeito também se desloca para diferentes posições, num determinado

contexto ideológico e, nesse contexto, há um lugar para os desejos serem manifestos de forma deslocada, pois conforme vimos em Žižek, o sujeito diz de outra forma o seu desejo que, primariamente já se encontra recalçado. Assim, os desejos se manifestam havendo um deslocamento, e, se há deslocamento, já existe sintoma.

O sintoma para a psicanálise refere-se à expressão de um conflito inconsciente e não é identificado como o sinal de uma doença. Para Lacan o sintoma é o efeito do simbólico no real, visto que o sintoma é o que as pessoas têm de mais real e é o que não pode ser eliminado, mas transformado, para que continue sendo possível o desejo do sujeito.

Lacan (1998), em seu texto “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud”, inverte o algoritmo saussureano, colocando o significante no numerador e o significado no denominador. A barra que os divide, funciona como a resistência à significação, a não possibilidade de relação biunívoca entre o significante e o significado. Sendo assim, é o significante que estabelece a diferença e o significado nunca está pronto - ele se constrói na cadeia discursiva, na qual os efeitos de sentido são produzidos.

A partir desse momento, as relações entre significante e significado serão estabelecidas pelas leis que organizam a linguagem por meio da metáfora e da metonímia, pois segundo Lacan (op.cit.), a fórmula da metáfora é: “Uma palavra por outra”, ou seja, a substituição de um significante pelo outro. Mas, é pela metonímia que o sujeito indica o seu lugar em seu desejo. A criança, que a princípio encontra-se estruturada pelo real e imaginário, a partir do momento que é falada e significada pelo outro, entra no simbólico, e, como sujeito, passa a ser um efeito dessa linguagem.

Lacan denomina a *estrutura - significante* como letra (definiremos “letra” no próximo item desse capítulo). Mas, esses significantes não se unem a qualquer outro significante num sistema sincrônico, eles compõem-se segundo a lei de uma ordem fechada.

Lacan utiliza uma metáfora para explicar a “cadeia significante”, a qual seria constituída por “anéis cujo colar se fecha no anel de um outro colar feito de anéis” (op. cit.: 505). Assim, é que somente a ordem de um significante com outro significante formará um sentido ou dará significado e não o contrário, pois o significante sempre antecipará o significado.

O significante está na ordem do simbólico para o sujeito, e, com isso, não existe linearidade de texto, mas deslocamentos e condensações, subvertendo o sentido explícito e linear do discurso.

Como apontado, não há sentido prévio, mas descoberto e revelado a cada enunciado, visto que o sujeito é singular e criador de um novo sentido a cada instante do dizer. Se há singularidade no sujeito e seu discurso é sempre a gênese de um novo sentido e desejo, a condensação e o deslocamento estão sempre presentes. A condensação é a estrutura de “sobreimposição” dos significantes, sendo o campo da metáfora. Já o deslocamento é um transporte da significação, demonstrado pela metonímia. De acordo com Freud esse seria o melhor meio do inconsciente para despistar a censura.

Relacionadas a tais aspectos algumas questões emergem: Qual seria a metonímia do retardo de linguagem? Quantos outros “*nomes*” são utilizados na tentativa de descrever “algo que falta”? Assim, se os pais se referem à “falta”, esse significante pode ocupar o lugar de um outro termo? O quanto o desejo do sujeito (pai/mãe) está implicado neste processo? A princípio, parece haver um paradoxo, pois é justamente na “falta” que o sintoma se instala.

Resta capturar no discurso dos pais, que trazem a queixa da “não linguagem”, as marcas metafóricas/metonímicas que acabam por transformar o seu desejo (de mãe/pai) inconsciente em um real (do filho). O desejo fica na falta, por isso ele é reprimido. Dessa maneira, o sujeito também é metonímico e metafórico, pois o Outro está perdido (para sempre) pelo “muro da linguagem” (Dor, op.cit:125). A mãe não sabe que é o seu desejo, enquanto objeto

primordial, que ela tenta resgatar na representação que faz do filho. Relacionar-se com o filho, brincar com ele, *estar e ser* com esse outro (filho), remete essa mãe à representação dela própria. Segundo Lacan: “O drama do sujeito no verbo é que ele faz aí a experiência de sua falta-a-ser” (apud: Dor, op.cit:126). Esta falta-a-ser deve ser tomada aqui no sentido do desejo, em função do desconhecimento em que este sujeito vê-se instalado em relação a si mesmo através da ordem significante. Lacan diz a respeito do sujeito: “penso onde não sou, logo sou onde não penso” (op. cit:521).

A problemática imaginária do Eu está diretamente ligada ao Outro, na medida que o Eu se constitui *pelo/no* Outro pela ordem simbólica dos significantes. Todavia, a linguagem passa irremediavelmente, a ser estruturante do sujeito.

Para Lacan (1998:505):

“o significante, por sua natureza, sempre se antecipa ao sentido, desdobrando como que adiante dele sua dimensão. É o que se vê, no nível da frase, quando ela é interrompida antes do termo significativo: Eu nunca..., A verdade é que..., Talvez, também... Nem por isso ela deixa de fazer sentido, e um sentido ainda mais opressivo na medida em que se basta ao se fazer esperar.”

Lacan afirma: “o sintoma é um retorno da verdade. Ele não se interpreta a não ser na ordem do significante, que só tem sentido em sua relação com outro significante” (apud.: Dor, 1989:67). Segundo Lacan “é na cadeia do significante que o sentido insiste, mas que nenhum dos elementos da cadeia consiste na significação de que ele é capaz nesse mesmo momento”. (1998:506).

O sujeito engaja-se, em seu discurso, num “discurso de semelhante em relação à verdade de seu desejo” (Dor, 1989:121), sendo que o eu do enunciado tende a ocultar cada vez mais o sujeito

do desejo, ao mesmo tempo em que tenta se “esconder” por meio do discurso. São as metáforas, as metonímias, as anáforas, hesitações e atos falhos, que revelam o sujeito do desejo. É, porém, pela ocultação que irá constituir-se uma objetivação imaginária no sujeito, assim, cada vez mais o sujeito irá se identificar com os lugares discursivos que lhe garantem, de certa forma, o seu equilíbrio.

O sentido não é transparente, nem há linearidade no discurso. O sujeito da enunciação, preso a uma ideologia, cairá nas amarras do inconsciente, e, na tentativa de despistar a censura, utiliza-se da metonímia e da metáfora, as quais encontram-se estreitamente ligadas a primeira imagem da criança, ainda no estágio do espelho, em que o sujeito está fragmentado pela separação da mãe e percebe-se inscrito de uma vez por todas no simbólico.

A alteridade está presente para o Eu, assim como seu imaginário, que vem “refletir” algo distorcido, mas que toma valor de representação pelo outro. A criança só se identifica na imagem porque o outro já a representou num primeiro momento: por meio do olhar e da fala da mãe, a criança nota a si mesma e passa, a partir dessa fase, a se constituir enquanto Eu, é a conquista da identidade.

Lacan descreve:

“Quando o sujeito fala com seus semelhantes, ele fala na linguagem comum que toma os eu (Moi) imaginários por coisas não simplesmente *ex-sistentes*, mas reais. Não podendo saber o que está no campo onde o diálogo concreto se passa, ele trata com certo número de personagens...Na medida em que os coloca em relação com sua própria imagem, estes a quem o sujeito fala são também estes aos quais ele se identifica.” (apud: Dor, op.cit:125).

O mesmo autor pergunta:

“Qual é, pois, esse outro a quem sou mais apegado do que a mim, já que, no seio mais consentido de minha identidade comigo mesmo, é ele que me agita?... Se eu disse que o inconsciente é o discurso do Outro com maiúscula, foi para apontar o para-além em que se ata o reconhecimento do desejo ao desejo de reconhecimento”. (1998:528).

É interessante ainda completar com uma citação do mesmo autor: “...se o sintoma é uma metáfora, dizê-lo não é uma metáfora, nem tampouco dizer que o desejo do homem é uma metonímia. Porque o sintoma é uma metáfora, quer se queira ou não dizê-lo a si mesmo, e o desejo é uma metonímia, mesmo que o homem zombe disso”.(op.cit.: 532).

No texto “Duas notas sobre a criança”, Lacan (1997) anuncia que o sintoma da criança corresponde ao que há de sintomático na estrutura familiar: o sintoma é a verdade que corresponde ao casal, a criança pode estar implicada tanto com a fantasia da mãe, como do pai, pois ser o objeto da fantasia desses pais torna-se condição necessária para sua sobrevivência. A criança precisa ter a mediação do adulto, ser falada e significada pelo outro para ocupar um lugar próprio e não ficar como uma fantasia da mãe. Tratando-se do lugar que essa criança ocupa para sua mãe, ela pode subjetivar a sua relação com a mãe de maneira completamente diferente e é justamente com isso que se conta no trabalho clínico.

Para compreendermos um pouco melhor as relações entre pai-mãe-criança, cabe falar sobre a *lei do significante*, que pode ser explicada pelas relações estabelecidas entre o sujeito, seu objeto de desejo e seu gozo <sup>(7)</sup>. A condição de que não há S<sup>1</sup> (sujeito

representado) sem  $S^2$  (é o que escapa à representação do sujeito), ambos regidos Pelo Nome-do-Pai, o *objeto a* ordena os rastros de gozo que ficam com o sujeito após seu primeiro contato com o Outro e são esses rastros que orientam o desejo do sujeito em direção ao tipo de objeto suscetível de restituir ao sujeito o gozo que ele perde ao falar.

Já que o real da língua é impossível, o sujeito perde o gozo ao falar e aquilo que era como princípio, fica para sempre perdido na impossibilidade. Lacan afirmava: “*Que se diga, fica esquecido atrás do que se diz, no que se ouve*”.

Vimos que Lacan associa “a metáfora à questão do ser, e a metonímia à sua falta” (op.cit:533). Da mesma forma que a linguagem funciona por dois eixos, o paradigmático e o sintagmático, o sintoma e o desejo também são articulados lingüisticamente e pela materialidade discursiva dos pais as metáforas e as metonímias emergem. Nesse sentido, o retardo de linguagem é resultado de uma condensação, pela qual emerge o desejo dos pais. Esse retardo, como sintoma, está ligado à possibilidade de ser desses pais e dessa criança.

## **2.2. A LETRA COMO EXPRESSÃO DO DESEJO**

Após o que foi dito anteriormente, cabe-nos prosseguir numa articulação entre a letra, expressão do desejo, e o retardo de linguagem manifesto na criança. Num primeiro momento, o termo letra em psicanálise, diz respeito ao suporte material do significante,

---

(7) “Gozo: Esse termo se distingue, pois, de seu emprego comum, que confunde o gozo com as diversas vicissitudes do prazer. O gozo refere-se ao desejo, e precisamente ao desejo inconsciente; isso mostra o quanto essa noção ultrapassa qualquer consideração sobre os afetos, emoções e sentimentos, e coloca a questão de uma relação com o objeto que passa pelos significantes inconscientes” (Chemama, 1995:90).

sendo ao mesmo tempo o que dele se distingue. O sintoma da criança é materializado, por meio da letra, no discurso dos pais pelo uso de metáforas e metonímias, que são a própria expressão do desejo dos pais, mas não o desejo em si.

Conforme dito anteriormente, “o sintoma da criança se situa de forma a corresponder ao que há de sintomático na estrutura familiar” (Lacan, op.cit. 1986). O desejo é, portanto, sempre dito em partes, porque no desejo aparece o que o sujeito está sendo naquele momento, apontando para objetos imaginários. O desejo está ligado à fantasia do sujeito e é metonímico porque é dito em partes. A estrutura da metonímia corresponde a uma parte do desejo “*semidito*” - é um sentido em latência, algo é dito, mas não é bem isto.

O desejo é o sentido interpretado por um lado e a falta de sentido por outro; assim, não pode significar plenamente, mas metonimicamente, ou seja, a castração está sempre presente. Podemos identificar o desejo pela sua presentificação no significante e é dito em palavras que, destacadas do discurso do sujeito, não é o desejo pleno, nem o “eu sou”. O desejo é dito metaforicamente numa estrutura metonímica e, sendo interpretado, passa a ser o seu sentido, cada interpretação não dará conta completamente do desejo em si.

Percebemos no trabalho clínico, que no retardo de linguagem a fala e a linguagem das crianças também se organizam de forma metonímica, pois as estruturas gramaticais aparecem no eixo sintagmático por partes, fragmentadas pelas idéias e ausências de nomes, preposições ou conjunções. Os elementos de ligação desse eixo encontram-se, em geral, ausentes, o que nos remete a uma fala fragmentada. Esse tipo de linguagem representa uma metáfora do dizer da criança, que ao nosso ver vai além dessas estruturas, as quais representam um sujeito dividido pelo desejo do outro, ou imagem fantasmática do Outro.

Seguindo esse raciocínio, verificamos que tal estrutura discursiva imprime significantes desordenados de um eixo de linearidade, confirmando que a língua realmente é real. Cabe neste momento compreendermos esse tipo de estrutura da linguagem como deflagrando um inconsciente, o que, segundo Lacan, é a própria manifestação da letra.

Para conceituarmos letra, nada melhor que pegar a própria definição de Lacan (1998: 498), que diz:

“Designamos por letra este suporte material que o discurso concreto toma emprestado da linguagem.” ... Essa definição simples supõe que a linguagem não se confunda com as diversas funções somáticas e psíquicas que a descrevem no sujeito falante. Pela razão primeira de que a linguagem, com sua estrutura, pré-existe à entrada de cada sujeito num momento de seu desenvolvimento mental.” Continuando no mesmo raciocínio, Lacan nos explica que: “Também o sujeito, se pode parecer servo da linguagem, o é ainda mais de um discurso em cujo movimento universal seu lugar já está inscrito em seu nascimento, nem que seja sob a forma de seu nome próprio”.

A constituição da criança ocorre a partir do discurso do outro e seus significantes incidem no inconsciente da criança, a qual se identifica de modo singular com as fantasias dos pais. A criança que é falada como “incapaz”, “lenta”, “aquela que não consegue falar direito”, reverbera esse discurso por meio de seu sintoma. As metáforas, as metonímias, os silêncios e outras manifestações desses pais refletem seus próprios conflitos, suas fantasias e seus desejos.

Para Lacan (1998: 504):

“...a estrutura do significante está, como se diz comumente da linguagem, em ele ser articulado”, tal articulação se dá através de elementos

diferenciais que são os fonemas, onde segundo Lacan: “não se deve buscar nenhuma constância fonética na variabilidade modulatória em que se aplica esse termo, e sim o sistema sincrônico dos pareamentos diferenciais necessários ao discernimento dos vocábulos numa dada língua... presentificam validamente aquilo a que chamamos letra, ou seja, a estrutura essencialmente localizada do significante”.

A cadeia significante que Lacan se remete é justamente aquela que fornece uma aproximação entre os vários signos em um determinado tempo e espaço, que não devem ser entendidos como o tempo/espaço comum, mas numa determinada linearidade<sup>(8)</sup> por aproximação.

Para Lacan (op. cit.: 505-506), “o significante, por sua natureza, sempre se antecipa ao sentido, desdobrando como que adiante dele sua dimensão... É na cadeia de significante que o sentido *insiste*, mas que nenhum dos elementos da cadeia *consiste* na significação de que ele é capaz nesse mesmo momento”. Assim, vemos que há um constante deslizamento do significado sob o significante.

Podemos pensar em relação à letra, não só como sons articulados e dispostos em uma cadeia significante, mas também que pertencem ao universo da letra os traços supra-segmentais, como as entonações, acentos e inflexões, ou ainda, os gestos, olhares, modo de vestir, construção do discurso por meio dos itens lexicais.

---

(8) A linearidade é entendida como fruto de uma seqüencialização em cadeia, que pode ser quebrada a qualquer momento, mas que será seguida por outra. À medida que no gesto de análise temos que prestar atenção à letra manifesta na cadeia discursiva, que por sua vez será expressa por uma sintaxe materializada pelos fonemas articulados, temos uma linearidade. Porém, o próprio Lacan remete-nos a que “a linearidade que F. de Saussure considera constitutiva da cadeia do discurso, em conformidade com sua emissão por uma só voz e na horizontal em que ela se inscreve em nossa escrita, ela não é suficiente”. (op. 1998:506).

Todos esses aspectos são sentidos que emanam do sujeito; a letra é o sentido dado pelo inconsciente, não é o significante, nem são as estruturas gramaticais. Precisamos, pela materialidade do discurso, descobrir o que está por trás de tal e qual significante, assim como o sintoma, se é que pode ser lido é porque já se encontra inscrito num *corpo/corpus*.

Para Lacan, “o sintoma é um retorno da verdade. Ele não se interpreta a não ser na ordem do significante, que só tem sentido em sua relação com outro significante” (apud.: Dor, 1989:67).

Na estrutura do retardo de linguagem, vemos a palavra que falta e a falta articulada na palavra. Isso é o desejo do outro que não se concretiza. Para falar do desejo é interessante lembrar de Freud ao comentar sobre o jogo do *fort-da*<sup>(9)</sup>, para exemplificar a metáfora do Nome-do-Pai no processo de acesso ao simbólico na criança (ou o controle simbólico do objeto perdido). Conforme comenta Dor (op.cit:90):

“o *fort-da* nos indica que a criança “consegue doravante controlar fundamentalmente o fato de não ser mais o único e exclusivo objeto do desejo da mãe, isto é, o objeto que preenche a falta do outro, ou seja, o falo. A criança pode então mobilizar o seu desejo, como desejo do sujeito, para objetos substitutivos ao objeto perdido. Mas, antes de mais nada, é o advento da linguagem (o acesso ao simbólico) que irá tornar-se signo incontestável do controle simbólico do objeto perdido, através da realização da metáfora do Nome-do-Pai, sustentada pelo recalque originário.”

---

(9) Freud (1977), relata o jogo do “Fort-da” em “Além do princípio do prazer”: A criança segurava um carretel preso a uma linha, jogava-o para além de sua vista, dizendo “fort” (que em alemão quer dizer “longe”, “foi”); logo em seguida, puxava-o e dizia “da” (que na língua germânica quer dizer “aqui”). Freud interpretou esse jogo como a possibilidade que a criança encontrou de lidar com a falta da mãe, o que representa uma dupla metáfora, pois o carretel substituiu a mãe e o jogo em si, representa a presença e a ausência da mãe.

O recalque originário aparece como processo fundamentalmente estruturante, que consiste numa metaforização. Essa metaforização não é outra senão o ato mesmo da simbolização primordial da Lei, que se efetua na substituição do significante fálico pelo significante “Nome-do Pai”.

O desejo é manifesto por meio da letra e não pode ser manifesto plenamente porque a castração está sempre presente, ao mesmo tempo em que o desejo é “sentido interpretado” por um lado, e é “falta de sentido” por outro. Assim, o desejo só pode significar metonimicamente.

Como vimos anteriormente, o sentido não é transparente e nem há linearidade no discurso, mas é na cadeia do significante que o sentido retorna e insiste, porém, que nenhum dos elementos significantes consegue chegar à significação de que ele é capaz nesse mesmo momento. Dessa forma, ao utilizarmos para análise aquilo que existe de mais material no discurso, qual seja, os próprios significantes representados por meio das metáforas e metonímias (aquilo que é dito de outra forma), alçamos a possibilidade de decifrar o sujeito que fala (mãe e pai) e como esse sujeito representa o outro (filho/filha).

Tentamos realizar uma articulação entre a psicanálise e o retardo de linguagem, na medida em que a ciência psicanalítica nos orienta na compreensão daquilo que a princípio parecia fenômeno, mas que aos poucos mostra-se como constituidor e materializa-se como significante produzido em cadeia discursiva, pelo qual o sujeito emerge junto ao seu desejo primordial.

O sentido, muitas vezes, não está explícito e jogos metafóricos podem ocorrer no discurso, sobredeterminando o acontecimento que não mostra uma transparência, mas é profundamente opaco. Repetidas vezes o enunciado encontra-se imerso em uma rede de associações não explícitas ou no dizer de Pêcheux, “rede de associações implícitas – paráfrases, implicações, comentários,

alusões, etc – isto é, em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável” (op. cit: 23).

Torna-se fundamental para a clínica fonoaudiológica redimensionar as questões relacionadas à língua e ao sujeito. Implicar os pais no processo de constituição da linguagem dos filhos é nos implicarmos também de outra forma, enquanto terapeutas.

Nosso objetivo neste capítulo foi o de compreender como a metáfora e a metonímia funcionam no discurso do sujeito no sentido de fazer emergir o seu desejo, aquilo que ficou recalcado e, em que medida o discurso dos pais assinala o lugar que o filho foi colocado enquanto sujeito *da* e *na* linguagem. Desta feita, instaura-se uma outra possibilidade de compreensão em relação ao retardo de linguagem e suas manifestações. Retardo que, conforme visto neste capítulo, é a letra inscrita na criança. A fim de continuarmos o raciocínio, propomos a leitura do próximo capítulo.

# ***CAPÍTULO 3***

## ***O SUJEITO APRISIONADO À LÍNGUA: O RETARDO DE LINGUAGEM COMO EFEITO DE INTERLOCUÇÃO***

*“Quando nasci, um anjo torto, desses  
que vivem nas sombras, disse: Vai,  
Carlos! ser gauche na vida”  
(Carlos Drummond de Andrade)*

Como foi dito na introdução, as conclusões da nossa dissertação de mestrado levaram-nos a aprofundar aquilo que nos pareceu uma injunção do discurso do outro/Outro sobre a criança, levando-a a apresentar um distúrbio de linguagem denominado na área fonoaudiológica como retardo de linguagem.

Dessa forma, podemos pensar no retardo de linguagem como tendo um fator de constituição prévio à sua manifestação, ou seja, antes de ser caracterizado como um distúrbio, já está instaurado pelo discurso do outro.

Primeiramente, definiremos o retardo de linguagem tal qual é relatado na fonoaudiologia (Basso, 1995) para que, posteriormente, possamos a compreendê-lo como injunção do discurso do outro.

Aguado (1992) diz que no retardo de linguagem há uma ausência de linguagem numa idade em que ela já deveria ter se manifestado e não existe uma causa patológica evidente. Relata ainda, tratar-se de “uma noção empírica, dentro da qual não se dão, de forma clara e contínua, as hierarquizações a que estamos habituados, baseadas nas relações entre causas, sintomas, formas clínicas e tratamento.”(p.232).

Esse retardo é chamado por Ajuriaguerra (1980) de imaturidade emocional. É comum dentre os autores que tratam desse tema falar dessas crianças, como sendo aquelas que não conseguem adquirir linguagem na idade esperada para sua idade, devido a dificuldades específicas em relação à aquisição da linguagem ou dificuldades globais de desenvolvimento. Nesses quadros não há uma ausência total de linguagem, mas uma defasagem na aquisição da linguagem, podendo estar relacionada tanto ao sistema fonológico, como morfosintático ou, ainda, relacionado à semântica e à possibilidade de combinar esses aspectos da lingüística em uma narrativa.

Após o término da dissertação de mestrado, constatamos que mãe e pai falam dessa criança como sendo incapaz, bem antes da fase acima mencionada pelos autores como sendo o período de normalidade para a aquisição e desenvolvimento da linguagem. Ficou constatado que os pais colocam seus filhos em lugares como o da incapacidade para falar, crescer, ser independente.

Os significantes utilizados por esses pais para denominar o(a) filho(a) (“*aparentemente normal*”, “*tem que amadurecer*”, “*tem dificuldade*”, “*tem que estimular*”, dentre outros) nos apontam qual é o lugar que essas crianças ocupam enquanto personagens nessas famílias.

O sujeito que é colocado como tendo “um retardo de linguagem” relaciona-se com o outro/Outro dentro dessa representação, ou seja, da “falta”, “atraso”, “incapacidade” para a fala.

A criança constitui-se pela identificação com o seu semelhante, pais, irmãos e pessoas mais próximas, numa relação de amor e rivalidade. É por meio das representações imaginárias, que a criança tem uma dimensão do outro como seu semelhante, o outro que se instaura como uma alteridade.

Todavia, foi definido por Lacan um Outro que não é o semelhante descrito acima, mas vai além das representações do eu e das identificações imaginárias, sendo que o sujeito depende e está determinado por uma ordem anterior e exterior a ele. Todo o conhecimento do mundo e do Outro é feito por meio da palavra. Com isso, o Outro se confunde com a ordem da linguagem, sendo no Outro da linguagem que o sujeito irá tentar se situar, retroagindo sempre neste significante – o Outro – pois nenhum significante consegue defini-lo. O Outro ocupa o lugar da Lei.

O sintoma não representa o sinal de uma doença, mas a expressão de um conflito (desejo) inconsciente, é segundo Freud, a expressão do recalçado<sup>(10)</sup>. É pelo sintoma que o desejo pode ser realizado. Assim, vemos o sintoma como um significante preso ao desejo. Mas o desejo do sujeito é também o desejo do que foi imaginado do Outro, e, dessa forma, metáfora e metonímia conjugam-se.

---

(10) Segundo Chemama (op.cit:185), “recalcado é o representante psíquico, traço mnésico ou lembrança que sofreu recalçamento no inconsciente... Segundo Freud, podemos admitir um recalçamento originário, uma fase do recalçamento, na qual o representante da pulsão, que irá fazer com que haja representação, vê rejeitado seu acesso ao consciente. Com ele é feita uma fixação; o representante envolvido continua, portanto, estabelecido de maneira invariável e a pulsão fica fixada a ele [...]. O segundo estágio do recalçamento propriamente dito, refere-se aos derivados psíquicos do representante recalçado ou então às cadeias de idéias que, vindas de outros ensaios, associam-se ao dito representante. “Não apenas essas representações têm o mesmo destino do recalçado originário, mas ‘o recalçamento propriamente dito é [...] um recalçamento *a posteriori*”.

Para Leite (2000:45-46):

“O sujeito depende do significante e este está, primeiro, no campo do Outro. Por isso podemos entender todo o processo de estruturação do sujeito como o da dialética da relação do sujeito ao Outro... O sujeito é, primeiro, aquele *de quem se fala* e isto dá a ele o estatuto de estar petrificado sob o significante, correspondendo ao que Lacan identificou como alienação. Antes, o sujeito não era nada; depois, quando o significante o chama, sob ele desaparece. O movimento parte, então, do Outro, o que significa que o sujeito depende do significante para se constituir e a ele retorna, uma vez que é aí que o sujeito fará sua morada, se lembramos que a fala é morada do ser. Com este retorno, fecha-se a circularidade em questão. Entretanto, esse retorno impõe uma torção essencial, pela qual o que o sujeito reencontra no retorno não é equivalente ao que anima o seu movimento de tornar a achar. Instala-se aí uma dissimetria entre o que põe o sujeito a buscar e o que ele pode reencontrar: sua falta. É esse processo que Lacan formalizará com auxílio das operações lógicas da reunião e da intersecção, para se referir, respectivamente, à alienação e à separação”.

O Outro está, conseqüentemente, representado em uma primeira instância como o significante primordial da criança, aquele cuja referência no simbólico irá acompanhá-la sempre (alienação); assim, o objeto de seu desejo é que esse Outro esteja junto a ela e não a abandone jamais. Todavia, a mãe busca o falo no pai, que é o objeto de desejo da mãe, e, a criança, percebendo que a mãe não possui o falo, transfere seu desejo para o pai, metaforicamente. Ou seja, o pai simbólico é uma metáfora.

Como sabemos, a metáfora é um significante que surge no lugar de outro significante, é inconsciente. Em contrapartida, o Outro nunca está inteiro para o sujeito, pois há fragmentos que o compõem.

Desse modo, podemos considerá-lo como uma metáfora-metonímia, pois as partes metonímicas compõem o todo metafórico.

Temos conhecimento de que a metonímia toma a parte pelo todo. Porém, o sentido não se encontra nessa parte, mas na relação de contigüidade no eixo sintagmático, ou seja, quando os significantes aparecem, o que se destaca e vai além do sentido é o termo a termo. Para Dor a metonímia do desejo funciona dentro dos seguintes princípios: “Obrigado a se tornar demanda para se fazer ouvir, o desejo se perde nos desfiladeiros do significante, aliena-se neles. De objeto em objeto, o todo desejado pela criança se fragmenta em partes ou metonímias que emergem na linguagem”. (op.cit:137).

Para Lacan (1999:186), “quando há um sujeito falante, não há como reduzir a um outro, simplesmente, a questão de suas relações como alguém que fala, mas há sempre um terceiro, o grande Outro, que é constitutivo da posição do sujeito enquanto alguém que fala...”. No caso do sujeito, as primeiras experiências com a realidade são instituídas pela mãe, que cuida, alimenta e fala com a criança. Essa relação está inserida em um real, mas por meio de uma relação simbólica, pois a criança só poderá inserir-se no mundo se fizer da relação um objeto, no sentido de algo que está fora e que pode ser examinado pelo sujeito.

Da mesma forma, o pai para o sujeito é real e o é porque as instituições assim lhe conferem tal estatuto. Vemos aqui instituída uma relação simbólica que não é da ordem sociológica ou cultural, mas uma ordem que se encontra ao nível do simbólico entre a criança, a mãe e o pai. Para Lacan (op.cit:187):

“ A posição do Nome-do-Pai como tal, a qualidade do pai como procriador, é uma questão que se situa no nível simbólico. Pode materializar-se sob as diversas formas culturais, mas não depende como tal da forma cultural, é uma necessidade da cadeia significante. Pelo simples fato de vocês instituírem uma ordem simbólica, alguma coisa

corresponde ou não à função definida pelo Nome-do-Pai, e no interior dessa função vocês colocam significações que podem ser diferentes conforme os casos, mas que de modo algum dependem de outra necessidade que não a necessidade da função paterna, à qual corresponde o Nome-do-Pai na cadeia significante... É isso, portanto, que podemos chamar de triângulo simbólico, como instituído no real a partir do momento em que há uma cadeia significante, a articulação de uma fala.”

Mas na verdade a grande questão posta para o sujeito é a de “Ser ou não ser o falo”<sup>(11)</sup>; contudo, esse escolher ser o falo ou não traz ao mesmo tempo uma passividade e uma atividade do sujeito, pois para Lacan (1999:192):

“...não é ele quem manipula as cordinhas do simbólico. A frase foi começada antes dele, foi começada por seus pais, e aquilo a que pretendo conduzi-los é precisamente a relação de cada um desses pais com essa frase começada, e a maneira como convém que a frase seja sustentada por uma certa posição recíproca dos pais em relação a ela.”

Ainda segundo o autor (op.cit:197):

“O essencial é que a mãe funde o pai como mediador daquilo que está para além da lei dela e de seu capricho, ou seja, pura e simplesmente, a lei como tal. Trata-se do pai, portanto, como Nome-do-Pai, estreitamente

---

(11) Para Lacan (1995), o falo é o objeto do recalçamento originário, ocupa um papel simbólico no inconsciente, assim como na ordem da linguagem. Segundo Chemama (op.cit.:70), “o falo está situado como ‘ex-sistência’ na última parte da obra de Lacan; trata-se então de situá-lo no espaço entre o círculo do Real e o do simbólico, no limite do gozo fálico que, no bordo do objeto a, se articula com o gozo do Outro, e com o sentido. O falo é, pois, uma noção central na psicanálise, desde que articulado e entendido em suas três dimensões, em uma abordagem tanto lógica como topológica que, de maneira diferente, mas não-contrária, permita que não se faça dele uma substância do gozo sexual, é o ponto onde se articulam as diferenças na relação com o corpo, com o objeto e com a linguagem.”

ligado à enunciação da lei, como todo o desenvolvimento da doutrina freudiana no-lo anuncia e promove. E é nisso que ele é ou não é aceito pela criança como aquele que priva ou não priva a mãe do objeto de seu desejo.”

Num primeiro momento, a criança vai tentar ser o objeto que satisfaz a mãe, pois ela se identifica especularmente com o que é o objeto do desejo da mãe; num segundo estágio, a criança percebe a mãe como dependente de um objeto, que já não é só o objeto de seu desejo, mas um objeto que pertence ou não ao Outro; Já num terceiro momento, o pai é percebido como a Lei, aquele que tem o falo e que está acima da cadeia significante. Na medida em que a mãe coloca o pai numa posição daquele que sanciona a Lei, o pai passa a ocupar uma posição metafórica, é a própria Lei.

Lacan postula que o falo é o eixo de toda a dialética subjetiva, é um objeto metonímico ao nível do significado e desempenha um papel primordial na estruturação subjetiva da mãe. E segundo esse autor, “é na medida em que a criança assume inicialmente o desejo da mãe – e ela só o assume como que de maneira bruta, na realidade desse discurso – que ela se abre para se inscrever no lugar da metonímia da mãe, isto é, para se transformar no que lhes designei,..., como seu assujeito” (op.cit:208).

A criança com retardo de linguagem torna-se assujeitada ao discurso de “incapacidade para falar” da mãe e do pai, pois a fala da criança deve ser entendida como essencialmente ligada à fala do outro (Lemos, op.cit.). Essa fala não é tomada como unidade de análise em si mesma, mas na interação com o outro. O bebê desde que nasce é interpretado pela mãe e por outras pessoas de seu convívio, não só suas vocalizações, às quais a mãe dá sentido, mas também seus olhares e movimentos. Desse modo, não há como analisar emissões isoladas, mas sim produções que são fruto de um

ato dialógico entre parceiros. Sendo assim, durante os primeiros anos de vida da criança, esta depende materialmente da fala do adulto.

Conforme descrito anteriormente, os trabalhos de Rubino (1989, 1997) assinalam que as ações não intencionais da criança são interpretadas pela mãe como sendo comunicativas. Dessa forma, coloca a criança em uma posição de interlocutor, construindo um diálogo ilusório e necessário.

Freitas (1999:113), em seu trabalho, ao analisar o discurso de mulheres grávidas, aponta que: quando a gestante fala com seu bebê “...já é instaurada a relação imaginarizada entre o eu e o outro, e que nesta relação o sujeito se dirige ao Outro e expressa a sua relação de desejo, enfim, apresenta a demanda de amor...”.

Conforme constatado em nossa dissertação de mestrado, a representação que os pais fazem de seus filhos é determinante de sua constituição enquanto sujeito. “Este sujeito passa a ser falado e interpretado ao longo de sua vida, não só pela mãe, mas pelos “outros” que convivem com ele. Como a criança é vista, e aqui usaremos o termo, representada, dará as primeiras noções dos lugares discursivos que ela poderá ocupar.” (Ferriolli, 2000:46).

Entretanto, ao longo de toda a vida do sujeito, esta voz ressoará incontinenti para ele, que nunca mais estará só, pois a partir de seu primeiro contato com a linguagem do outro, não existirão monólogos, mas a alteridade estará formada e o acompanhará para sempre. Nesse sentido, toda vez que o sujeito fala, há um interlocutor virtual que o interpela.

Ser sujeito nesse paradigma é, ser um sujeito protagonista e autor das transformações sociais, que vai além de uma determinação ambiental ou genético-constitucional, relacionadas à maturidade.

Acreditamos que o “retardo” de linguagem deva ser considerado como uma “manifestação” do sujeito da linguagem, por meio da materialidade da língua, e, como tal, é na língua que deve ser estudado. Acrescentamos que, nesses casos, os pais devam ser

implicados, tanto no momento do diagnóstico, como durante o processo terapêutico. A caracterização de como esses pais representam seus filhos é fundamental no processo.

Na dissertação de mestrado Ferriolli (2000) conclui-se que a alteridade estabelecida nos casos chamados de retardo de linguagem encontra-se vinculada a uma falta para a criança (falta de diálogo, falta de confiança de que pode falar, falta de autonomia). A parceria na dialogia não ficou estabelecida para a criança, pois ela se constituiu na possibilidade de *ser falta* pelo Outro. Foi realizada a seguinte colocação no término da dissertação (acerca de como a criança com retardo de linguagem é representada no discurso dos pais):

“No que diz respeito à representação que os pais fazem de seus filhos, concluo que representam o filho através da incapacidade, do distúrbio, do que é patológico e principalmente da falta. A esta falta podemos pensar no que a criança não é, e que os pais gostariam que fosse, a atenção que ela deveria ter tido e não teve, as vezes que não foi ouvida por falta de tempo dos pais. Na antecipação de sentidos que os pais dão ao silêncio da criança, os pais interditam o que deveria ser dito pela criança, ela fica na falta do sentido que queria dar e não pôde materializar pelo ato antecipatório do outro. Surge ainda uma questão: Que lugar essas crianças ocupam enquanto personagem nesta família?” (p.135).

Como podemos perceber, o retardo de linguagem tem implicações, que vão além de um rótulo e de características que se supõem dentro de um tradicionalismo nas ciências biológicas, internas ao sujeito. Nas entrevistas analisadas, os filhos são representados como “falta”, “atraso”, “dependência” e “incapacidade” para a fala” (op.cit:135).

Tfouni e Ferriolli (2001:65) apontam que:

“Os pais filiam-se a determinadas formações discursivas, que se apóiam em um pré-construído acerca da criança, que determina que só possam se referir a ela como alguém com problemas de linguagem. Ao resgatarem o passado, na tentativa de relacionar situação de vivência familiar e transtorno de linguagem, os pais acabam falando de si mesmos enquanto interpelados por uma determinada formação ideológica”.

Parece-me fundamental que a questão do discurso familiar assuma uma dimensão outra para a clínica fonoaudiológica, pois muitas vezes a compreensão do sintoma encontra-se nesse núcleo. Relacionado a isso, temos algumas autoras que também se colocam favoravelmente em relação a maior implicação da família no processo terapêutico fonoaudiológico.

Sobrinho (1996) destaca a importância de se “escutar” a família na clínica fonoaudiológica e o quanto os pais falam de si ao falarem de seus filhos. Ela descreve esse momento da entrevista com os pais como uma oportunidade de falarem deles e entre eles.

Passos (1996:54), comenta:

“No desafio de identificar e compreender os complicadores emocionais que dão sustentação ao sintoma, os fonoaudiólogos parecem ter descoberto, pouco a pouco, que por trás de um sintoma de linguagem há sempre um contexto familiar dando-lhe forma e sentido.”

Cunha (1997:82), considera que:

“... podemos realizar um *deslizamento* da concepção de linguagem atrelada a um sentido prévio e ao sistema da língua, ligada aos seus constituintes, para considerar o *discurso* como unidade de análise. Dentro de sua perspectiva clínica, o *diálogo* passou a ser uma alternativa como método clínico, em detrimento do termo *comunicação* e de toda a prática clínica atrelada à

teoria da comunicação. Afirma então, que os sentidos nem são fixados a priori (como se já estivessem “atrelados” às palavras) nem podem ser “quaisquer” (posto que constituídos em/por sujeitos particulares em contextos dialógicos específicos).”

Mais adiante, a autora pontua o que acontece com a prática clínica fonoaudiológica, quando deslizamos da perspectiva de paciente com distúrbio da comunicação para o sujeito do discurso: “caberia ao fonoaudiólogo tomar o seu cliente numa ordem discursiva ao invés de tentar ensiná-lo a falar direito. Assim, uma relação terapêutica entre locutores passaria a imperar sobre aquela entre mestre e aprendiz.” (p.82).

No que a autora nos traz de contribuições podemos citar, ainda, seu pensamento no que diz respeito à terapia fonoaudiológica, pois para Cunha (op.cit: 84-85):

“...a noção de cura *pela* fala é intrínseca ao método clínico psicanalítico, enquanto possibilidade de resolução de conflitos psíquicos – o foco dos processos de análise. Mas, a meu ver, é possível a cura *da* fala – foco da terapia fonoaudiológica – porque, mesmo quando a linguagem é o lugar do sintoma, ela também permanece sendo o lugar da sua resolução, e é nesse sentido que curar *a/pela* fala não equivaleria simplesmente a “ensinar a falar” corretamente.”

A autora afirma a impossibilidade de um método clínico hegemônico para a fonoaudiologia, pois considera que além de:

“... várias referências teóricas que migraram para o nosso campo, a teoria psicanalítica também permanecerá aqui convivendo com os seus contrários. Portanto, se tivermos a clareza de que o conhecimento também evolui pelo contínuo desenvolvimento desses contrários, com certeza a

teoria psicanalítica poderá vir a promover a conciliação entre *algumas das vertentes* que compõem a pluralidade desse método, de forma a transformar a nossa prática clínica e ampliar o universo das nossas formulações teóricas.” (op.cit:143-144).

Contudo, para que o fonoaudiólogo perceba os efeitos de sentido no discurso dos pais, é necessário que ele se coloque em outra formação discursiva e também em um outro paradigma. Tfouni, Ferriolli e Moraes (2002) relatam que a clínica fonoaudiológica tradicional centra-se em uma concepção de sujeito calcada na diferença, no déficit, ou seja, em última instância, na noção de falta de linguagem. Para que a clínica fonoaudiológica deslize dessa perspectiva para uma outra, calcada na discursividade do sujeito, é necessário que a noção de sujeito também seja rediscutida e, tal qual fica concluído neste trabalho pelas autoras:

“O sujeito é aqui entendido como irremediavelmente implicado em suas relações históricas, e, deste modo, constitui-se também na interação e relação com o outro-fonoaudiólogo”. Nesta clínica fonoaudiológica não há, portanto, possibilidade de um planejamento prévio rígido, já que o processo dialógico só ocorre no acontecimento; a terapia fonoaudiológica passa a ser concebida no dizer - fazer do outro (*sujeito/família/ terapeuta*)”. (op.cit:281).

Esses trabalhos têm nos mostrado diferentes possibilidades de compreender tanto a noção de sujeito quanto a dimensão patológica desse mesmo sujeito. Por meio dessas novas perspectivas, constatamos que os pressupostos lingüísticos e psicanalíticos constituem alicerces fundamentais na compreensão e possibilidade de um outro lugar para a fonoaudiologia.

A compreensão dos distúrbios, enquanto sintomas, passa incontestemente pela noção de sujeito psicanalítico, que está submetido à alíngua, ao inconsciente e ao desejo. Diante de todas as colocações acima e compreendendo que a criança não é uma tábula rasa, mas se constitui a partir da linguagem do Outro, é nessa perspectiva que os pais, para a clínica fonoaudiológica, passam a ter um papel fundamental, pois são o outro/Outro na linguagem da criança.

Com o intuito de situar o leitor em relação à importância de se escutar os pais, gostaríamos de citar Rosemberg (1994:26) quando diz:

“As crianças costumam fazer sintomas naqueles lugares que se tornam insuportáveis para seus pais. Frequentemente os sintomas estão a eles dirigidos porque é uma maneira de se fazer ouvir. O sintoma aparece em substituição a um desejo reprimido, podendo ser utilizado inconscientemente pelos pais para pedir análise.”

Na tentativa de situar melhor o papel dos pais, a autora alerta que devemos abrir um espaço na análise para que o inconsciente dos pais se manifeste, caso contrário, corre-se o risco de “ficar surdo à fala da criança” (p.31, grifo meu). O que significaria para a clínica fonoaudiológica, que ao avaliar um sintoma de fala, este pode esconder um outro sintoma de dimensões maiores, sendo que a dificuldade de fala e/ou linguagem aparecem como disfarce. No dizer de Rosemberg (op.cit:26-27):

“... pode aparecer no lugar de algo que ficou bloqueado no desenvolvimento de suas relações inconscientes com seus próprios pais... o sintoma é também a solução de compromisso entre a realização do desejo inconsciente e o insuportável do Eu para tolerar sua realização. No caso da criança, a intolerância da realização do desejo inconsciente que pulsa por se satisfazer está bloqueada por um Eu que tenta satisfazer o

desejo dos pais. Frente ao perigo da perda de amor, a criança se reprime para satisfazer o outro.”

É nessa perspectiva que compreendemos a importância do papel dos pais, pois ao oferecermos, na clínica fonoaudiológica, uma escuta, estamos permitindo (facilitando) o acesso às representações que esses pais fazem de seus filhos. Ou seja, podemos ter acesso ao simbólico que esse filho e seu sintoma ocupam na história desses pais.

Kupfer (apud Rosemberg, op. cit.) fala do sintoma analítico, que é aquele pelo qual a criança anuncia a “sua verdade” e justifica seu processo analítico. Por outro lado, temos os sintomas enquanto manifestações de uma organização parental inconsciente, que como diz Kupfer são “respostas da criança às neuroses nos Outros reais que são seus pais” (p.110). Isso seria a relação entre o Real do corpo da criança e o Imaginário e Simbólico dos pais (os Outros reais). Conforme dito anteriormente, Lacan em seus postulados fez referência a que o sintoma de uma criança pode representar a verdade do casal familiar.

Ainda segundo a autora, toda criança encontra-se “atada” a seus pais reais, no que se refere à dependência material e também em termos do imaginário social, que é alimentado por papéis designados pela cultura, sendo que as manifestações sintomáticas exibidas pela criança testemunham a verdade do casal. Todo sintoma é uma ação simbólica, tendo relação com a estrutura do sujeito e cabe-nos, enquanto profissionais, realizar a leitura, com o propósito de identificarmos qual desejo está oculto no sintoma.

Uma posição semelhante é adotada por Mannony (1987, 1999), para quem o sintoma se estabelece como uma falta a ser preenchida, falta esta que se origina nas díades iniciais da criança com o outro (tal qual Lacan postula). Mannony comenta:

“Distinguindo o real do imaginário e do simbólico, Lacan permitiu evitar o contra-senso no processo clínico – fazendo girar a cura em torno da maneira como o sujeito se situa em face do desejo do Outro; (...) o sintoma aparece como uma palavra pela qual o indivíduo designa (sob uma forma enigmática) a maneira como se situa em face de toda relação de desejo. Esta concepção do sintoma tal como se pode distinguir através dos trabalhos de Lacan põe em questão toda a nosografia clássica, fundada na separação do médico e do doente, assim como uma forma de terapêutica que teria sua fonte em certa experiência do paciente submetida ao julgamento seguro do médico. O que escapa ao médico nesta relação é justamente aquilo pelo qual o indivíduo tem de significar-se (elaborando-se por aí, no seu sintoma, o significante de um reconhecimento)...” (1987:50-51).

Nossa posição neste trabalho, no entanto, será articulada de forma diferente na medida em que não é somente o real da língua que determina a posição do sujeito no simbólico, mas também o modo de interpelação pela ideologia.

É a Análise de Discurso de filiação francesa que nos explica o papel da ideologia e para nós ele está relacionado ao imaginário social, que é alimentado por papéis designados pela cultura. Para a AD não há sentido sem interpretação, e, se há interpretação, há ideologia. Orlandi (1999) diz que toda vez que nos colocamos diante de um objeto simbólico, nossa tendência é de interpretá-lo, ou seja, buscamos o sentido sempre e não há como percebê-lo diferentemente de uma evidência. Essa naturalização do sentido leva o homem a acreditar que não há interpretação, mas que o sentido está ali, naquele objeto simbólico, como se fosse transparente e não houvesse opacidade. Há nessa dinâmica, uma relação estreita e incomensurável entre o histórico e o simbólico, mas que não é

percebida pelo homem devido à naturalização do sentido. Segundo Orlandi (1999:46), “este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência.”

Para o sujeito do qual falamos neste capítulo, que é constituído pelo *outro/Outro*, sendo esse *outro* material, físico e o *Outro* do âmbito do simbólico, a condição para a constituição desse sujeito é a ideologia, pois para Orlandi (op.cit) ideologia e inconsciente funcionam como estruturas interligadas. Ao sujeito será dado um sentido pelo *outro/Outro*, sentido esse que está perpassado pela história, pela memória do discurso, chamada de interdiscurso. Os pais ao falarem *de* e *com* seus filhos, trazem por meio de sua linguagem memórias discursivas que eles pensam ser de sua autoria - papéis que imaginam ser próprios, sem perceber que estão presos nas amarras da ideologia e que esse dizer já existia, fazendo parte de suas histórias, enquanto personagens de uma cultura e das formações discursivas em suas relações parentais.

Temos como intenção primeira no doutorado, analisar o discurso da mãe e do pai em relação ao seu filho, destacando aspectos de seus discursos que podem ser marcas indiciárias da constituição da criança enquanto objeto do desejo desses pais, que por sua vez “*trans-formam*” a criança em objeto de seu desejo. Assim, o retardo de linguagem passa de “distúrbio de linguagem” para efeito de sentido entre sujeitos: pai, mãe e filho.

# ***CAPÍTULO 4***

## **4. POR UMA ANÁLISE DISCURSIVA**

*“Quanto mais longe vou, mais estou  
voltando para casa”.*  
*(Cora Coralina)*

### **4.1. A ANÁLISE DE DISCURSO DE LINHA FRANCESA**

O objeto da AD (Análise de Discurso) é o discurso produzido pelo sujeito e que se encontra assujeitado pela ideologia.

Compreendemos por discurso aquilo que é representado por uma materialidade lingüística e produzido por um sujeito que funciona pelo inconsciente e pela ideologia. Assim, discurso passa a ser efeito de sentido entre locutores, pois quando o eu fala é para um outro/Outro que se representa e representar-se só é possível porque o sujeito também foi um dia representado. O discurso é, portanto,

efeito e acontecimento, um constante estado de mobilidade entre lugares possíveis e lugares interditados.

Segundo Orlandi (1987), “a AD assume a posição de que se deve pensar um objeto ao mesmo tempo social e histórico, em que se confrontam sujeito e sistema: o discurso” (p.12). Quando se pensa em realizar uma análise de dados segundo a teoria proposta pela AD, o objetivo não é o de executar uma descrição ou explicação dos dados coletados, mas assumir uma interpretação histórica dos processos de significação.

De acordo com Orlandi (1996:36-37):

“...devemos lembrar que a epistemologia que interessa à análise de discurso não se alinha no paradigma da epistemologia positivista mas no da história, e, em relação a esta, no da descontinuidade, suprimindo, com efeito, a separação entre objeto/sujeito, exterioridade/interioridade, concreto/abstrato, origem/filiação, evolução/produção, etc. É desse modo que a concepção de fato de linguagem, na análise de discurso, traz para a reflexão a questão da historicidade... Resta-nos lembrar que a análise de discurso trabalha com a materialidade da linguagem, considerando-a em seu duplo aspecto: o lingüístico e o histórico, enquanto indissociáveis no processo de produção do sujeito do discurso e dos sentidos que (o) significam. O que me permite dizer que o sujeito é um lugar de significação historicamente constituído”.

É desse modo que a concepção de linguagem na análise de discurso traz para reflexão a questão do sujeito e da historicidade. Historicidade e memória irão compor o que Pêcheux denomina de interdiscurso, o qual constitui-se como a memória do dizer. É no encontro entre língua e história que a AD se estrutura.

A historicidade em Pêcheux não se refere à memória do passado, mas irrompe no presente como possibilidade de ser dito o

que já falou antes, em um outro lugar, mas que é impossível de ser todo dito. O acontecimento em Pêcheux (*“Discurso: estrutura ou acontecimento”*, 1997) diz respeito à historicidade, pois de acordo com Teixeira (op.cit.):

“(...)se a memória, pela qual se atualiza o passado, pode ser desestruturada é porque há algo no acontecimento que escapa às redes de sentido já construídas, o que implica reconhecer que o *pré-construído* – efeito de evidência próprio ao interdiscurso – não se totaliza, pois há aí um resíduo não integrável no simbólico. Os pontos de ruptura no discurso presentificam então o que não cessa de não se escrever e, por isso, *convoca significações*” (Leite, 1994:177).

A proposta de Pêcheux é aqui também compatível com a teoria lacaniana, em que o registro do simbólico é pensado como uma ordem afetada pelo real e, por isso, *não-fechada, incompleta, não-toda* (Leite, op.cit:188). “O *acontecimento* é fundamentalmente uma interrupção e uma emergência na e pela fala. Pensar o *discurso como acontecimento* supõe entender que o discursivo pode parar um processo, romper uma repetição”. (p.181).

A lingüística estruturalista do século passado, desde as contribuições saussureanas, não é esquecida; no entanto, a maneira de pensar a língua pela AD é muito diferente de como os estruturalistas pensavam, conforme explanamos no capítulo sobre a língua em Milner.

Na noção de língua (como visto no primeiro capítulo), sujeito e processo histórico passam a ter uma outra compreensão nos estudos da AD. O discurso é entendido como um acontecimento, seu encaminhamento é imprevisível, pois depende de seu efeito sobre o interlocutor. De acordo com Guimarães (1998:115) “... como o sentido é também memória discursiva (interdiscurso), a identidade do sujeito não é de sua própria autoria, e nem lhe é completamente acessível”.

Vemos que Authier-Revuz (op.cit) fala sobre a heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva. A primeira apresenta-se, no texto descrita por meio do: discurso direto, indireto e uso de aspas. Já na heterogeneidade constitutiva não há inscrição na superfície lingüística, a heterogeneidade constitutiva é do sujeito e do discurso. A autora irá apoiar-se nos princípios do dialogismo bakhtiniano e na psicanálise para explicar o lugar que confere ao outro no discurso, explicando como funciona um sujeito constituído pela linguagem e no dizer de Authier-Revuz, “estruturalmente clivado pelo inconsciente” (op.cit:17). Isso se relaciona também à noção de alteridade, pois sabemos que mãe e pai representam para a criança o primeiro outro que a constitui.

Como os pais estão assujeitados a uma ideologia, ocupam determinados lugares discursivos em relação a si e também em relação a seus filhos. São desses lugares determinados que os pais falam *com* e *de* seus filhos, determinando-lhes, pelos seus discursos, quais lugares essas crianças podem ocupar e quais estão interditados.

Cabe neste trabalho, identificar por meio da materialidade discursiva, de que forma as metáforas e metonímias aparecem manifestando um desejo que está implicado no sintoma de retardo de linguagem. Para concretizar esse objetivo utilizaremos o dispositivo da Análise de Discurso de filiação francesa.

É Orlandi (1999:26) quem afirma que: “a AD visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido”.

De que real estamos falando? Podemos dizer que do mesmo registro descrito anteriormente e que segundo Lacan só pode ser definido em relação aos outros dois registros: o simbólico e o imaginário. O real, tal como explicado pela psicanálise, não é a

representação do mundo externo e não é a realidade que normalmente apontamos, porque é inacessível ao sujeito e dessa forma, não pode ser simbolizado totalmente por meio da linguagem. Tal impedimento faz com que o real tente se inscrever o tempo todo, pelas representações e pela palavra falada ou escrita.

Para Lacan o real é o que existe de mais primitivo, é inominável, mas está lá, no inconsciente do sujeito o tempo todo. Se esse real não é a realidade do mundo, nem consegue se manifestar pelas palavras, como ele se materializa? Teixeira (op. cit:176) nos explica:

“É pela intervenção do registro de real que o *fantasma da totalidade* encontra dificuldade em se manter. Em relação à lingüística, a configuração do objeto língua pela ótica milneriana e a retomada, sob a ótica de Authier-Revuz, da noção de enunciação como o lugar em que o *real* resiste e, ao mesmo tempo, não cessa em não querer se dizer...”

Estaremos em busca desse real que aparece inscrito na língua, justamente por meio do que Milner denomina de *alíngua* ou aquilo que escapa ao sujeito (atos falhos, lapsos, denegações, metáforas e metonímias, dentre outras manifestações). Ao compreendermos que o dizer não é propriedade do sujeito, mas que as palavras significam pela história e pela língua, havendo sempre um já-dito, entendemos que o sujeito é fruto de uma ideologia. A ideologia faz com que o sujeito pense não só que é a origem de seu dizer, mas que esse dizer lhe é natural, fazendo-o pensar que existe uma ordem natural entre a “palavra e a coisa” (Orlandi, 1999:35).

O sujeito está irremediavelmente determinado pela ordem do Outro ideológico, o que irá instituir o eu ideal (identificação constituída) e o ideal do eu (identificação constitutiva), conforme descrito anteriormente. Por meio da utilização dos dispositivos de

análise propostos pela AD, relacionaremos as questões da alíngua e do sujeito do inconsciente com as determinações ditas patológicas e, nesse caso específico, relacionadas com o retardo de linguagem.

Para concretizar o objetivo em direção a uma análise indiciária, optamos pelo procedimento descrito no próximo item.

#### **4.2. SOBRE O PROCEDIMENTO**

A coleta de dados ocorreu no período de maio a novembro de 1998. Esse corpus foi coletado durante o mestrado na clínica fonoaudiológica. Os sujeitos eram dois casais e uma mãe, cujos filhos freqüentavam a clínica, devido uma queixa de retardo de linguagem.

As crianças estavam em terapia por ocasião da pesquisa, sendo elas: duas meninas, uma de 5 anos e a outra de 3 anos e nove meses e um menino de 4 anos. Foram apresentadas queixas de um atraso na fala dessas crianças, caracterizado por trocas de fonemas, omissões e/ou reduções de vocábulos, alterações no ritmo da fala em função da não re-ocorrência do vocábulo, inversão de elementos gramaticais na frase e supressão de elementos de ligação, principalmente as preposições e conjunções. Todos os pais relataram que as crianças compreendiam melhor do que falavam.

O objetivo da pesquisa foi explicado aos pais, que aceitaram participar do trabalho.

As sessões com os casais foram marcadas individualmente e antes de serem entrevistados, os pais respondiam a um questionário semi-estruturado (Anexo A). Após responderem ao questionário, eram encaminhados à sala de atendimento, na qual a pesquisadora seguia o roteiro de entrevista, com o intuito de incitar os pais a falarem a respeito de pontos importantes relacionados à representação que faziam de seus filhos.

Mãe e pai foram entrevistados juntos. Cada casal teve o seu tempo de entrevista e uma mãe foi entrevistada sozinha porque

segundo seu relato, o marido não pôde comparecer. Essas entrevistas tiveram duração aproximada de 50 minutos. Foram gravadas e posteriormente, literalmente transcritas (Anexo B); os nomes das crianças foram mudados por uma questão ética. A entrevistadora é chamada de Bia (B) e os pais serão denominados por Pai (P) e Mãe (M).

# ***CAPÍTULO 5***

## **ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO**

*“Exprime-te como és, será o enigma.”*

*(Goethe)*

Por meio das entrevistas foi constatado que esse é um momento para mães e pais falarem não só a respeito de seus filhos, mas de si próprios.

Apesar das questões do questionário (Anexo A) serem as mesmas, cada casal direcionou suas respostas, no momento das entrevistas, para um sentido próprio que refletiu suas angústias, ansiedades e desejos em relação a si e aos filhos.

A ordem de análise das entrevistas não seguiu nenhum critério previamente estabelecido e dividimos este capítulo por itens, sendo que, em cada um deles analisaremos uma entrevista.

As entrevistas encontram-se na íntegra no Anexo B.

## 5.1. ANÁLISE DA PRIMEIRA ENTREVISTA

Esta entrevista foi realizada com os pais de Pedro (4 anos). Em determinados momentos os pais se referem à filha mais velha, que será, neste contexto, denominada por Silvia.

O que percebemos nos recortes abaixo é que tanto a mãe como o pai falam de algo que faltou para o filho, mas não usam esse termo (“falta”); falam por meio de metáforas:

*“... sou mais calado, em casa. **Eu eventualmente conversava com ele**, i... o ponto ponto principal que nós tivemos problema em casa, minha sogra morava com a gente, **tinha que tê uma dedicação a mais** porque ela não podia se locomover **e tudo mais**, e... **a dedicação que nós tínhamos que ter com o Pedro**. ... (pausa)”* (pai).

O pai faz alusão à dedicação que tinham com a sogra e logo em seguida utiliza o mesmo termo “dedicação” para falar “dos cuidados” que também tinham que ter com o filho. Conforme assinalamos no capítulo 2, Lacan afirma ser o sintoma um retorno da verdade e que só pode ser interpretado na cadeia significante. Conforme dissemos, o sujeito engaja-se em seu discurso e tende a ocultar cada vez mais o sujeito do desejo, tenta se “esconder” por meio do discurso, utilizando as metáforas, as metonímias, as anáforas, hesitações, engasgos e atos falhos, que revelam o sujeito do desejo. É, porém, pela ocultação, que irá constituir-se uma objetivação imaginária no sujeito, e, assim, cada vez mais o sujeito irá se identificar com os lugares discursivos que lhe garantem, de certa forma, o seu equilíbrio. Podemos perceber abaixo, a tentativa da mãe para confortar-se por ter feito tudo que

podia para seu filho. No entanto, contrapondo a esse “discurso racional”, vemos emergir um outro que nega e contradiz o que a mãe se esforçava para sustentar.

*“Eu acho que... (engasgou), deixou a desejar, eu fiz assim né, na época, **eu fiz tudo**, né, **eu sempre fui assim de conversá, muito amorosa né...**”*

*“...ou lê livro, conversava desde a minha gestação, mas eu tenho a impressão que **eu não fiz tudo** que ele precisa... necessitava, que a atenção tinha que sê dividida, **como se tivesse outra criança na casa.**”*

Como indiciado acima, encontramos uma contradição no discurso da mãe quando ela diz no primeiro turno em destaque “eu fiz tudo” e logo abaixo se desmente dizendo “eu não fiz tudo”.

Há um conflito do sujeito, a hesitação transcrita por meio das reticências aponta aquilo que quer emergir, mas que é censurado. Quando a mãe utiliza a metáfora “uma criança” e “um idoso”, ela não faz tal associação aleatoriamente, mas há um sentido não só metafórico, como também metonímico na cadeia discursiva, a qual revela a associação que o sujeito do inconsciente faz entre a avó e Pedro. Certamente a mãe quis referir que seria mais fácil cuidar de outro idoso doente do que responder à demanda de Pedro. Vejamos:

*“**Talvez até uma criança, um idoso que me desse mais trabalho do que as duas crianças né?** Eu tenho a impressão, isso só Deus vai podê falá né Bia? **Se foi, se não foi que eu... deveria ter feito mais pelo Pedro. Se fosse assim, uma outr... a Silvia(\*) por exemplo, talvez não...**”*

*mas eu tenho a impressão que **ele necessitava de alguma coisa, a mais, como eu tinha que dividir...***” (mãe).

(\*) Irmã mais velha de Pedro.

Prosseguindo nesse mesmo recorte, vemos que a mãe interrompe sua fala ao perceber que estava na eminência de fazer uma associação entre a filha e Pedro: “*Se fosse assim, uma outr... a Silvia, por exemplo, talvez não...*”. O uso do advérbio “talvez”, que indica possibilidade de dúvida, denota o quanto a mãe parece buscar justificativas para o retardo de fala do filho, pois se ele fosse uma menina, tal qual sua outra filha - a Silvia, talvez não tivesse todos esses problemas. Essa conduta de interdição da mãe não é deliberada, ela não tem consciência do que falou e a interdição ocorre de forma inconsciente. O que podemos perceber é que na metáfora do gênero feminino, não há uma associação com um distúrbio, o que não ocorre para o gênero masculino, no qual aparece uma representação do patológico.

A compreensão dos distúrbios, enquanto sintomas, passa incontestemente pela noção de sujeito psicanalítico que está submetido à alíngua, ao inconsciente e ao seu desejo. Dessa forma, podemos constatar que não há uma relação direta de causa e efeito entre o retardo de linguagem e um determinado aspecto orgânico e/ou familiar.

Na seqüência, a mãe continua trazendo elementos relacionados às suas atitudes que possam redimir sua culpa sobre a sua ausência em relação a Pedro. O uso dos verbos “conversava”, “contava” denota a tentativa de se mostrar presente, porém, a conjunção “mas”, que exprime uma oposição ou restrição, mostra que essas atitudes não foram suficientes para Pedro falar.

*“ ... sempre que **eu** tava junto **conversava, contava história... mas o Pedro demorou muito a falá”.***

Conforme diz Rosemberg (1994), os sintomas surgirão nos lugares em que são insuportáveis para seus pais e são sempre dirigidos a eles porque é uma maneira de se fazer ouvir. A autora comenta que: “No caso da criança, a intolerância da realização do desejo inconsciente que pulsa por se satisfazer está bloqueada por um Eu que tenta satisfazer o desejo dos pais. Frente ao perigo da perda de amor, a criança se reprime para satisfazer o outro.” (p.27).

Na seqüência, a mãe relata que eles não brincavam muito com o filho, pois não tinham tempo. O pai justificou-se pelo fato de viajar e ficar fora de casa mais tempo; a mãe, por outro lado, justifica sua ausência argumentando que tinha que cuidar da avó de Pedro, a qual se encontrava acamada e muito doente. Todavia, essa avó apesar de estar, na época, debilitada fisicamente, agia da seguinte forma:

**“Ela brincava...”** (mãe).

**“Brincava e conversava muito com o Pedro”** (O pai aqui tomou o turno da mãe, falou junto com ela).

**“É... contava histórias...”** (pai).

O discurso dos pais nos mostra que a avó parecia ocupar um lugar de interlocução importante na vida de Pedro, apesar da debilidade física, brincava, contava histórias e conversava muito com o neto. Nos turnos seguintes, podemos constatar o esforço dos pais em manter tal interlocução:

“Logo após de nós... eh... nos conscientizarmos da situação, depois de ter o **caso da minha sogra (tossiu), que acabou indo prum outro filho né? eh...nós nos conscientizarmos dessa dificuldade do Pedro**, daí nós nos suplantamos né, quando principalmente como eu viajo muito, a mãe tem sido a treinadora dele, conversa com ele, anda de bicicleta, eu sempre que posso estou conversando com ele... eh... agora a gente faz assim... nós fazemos um trabalho com ele, nós nos dedicamos...como se dizer, é organizado agora, tem um objetivo, que eh... tentar desenvolver o Pedro da melhor forma possível”. (pai).

“ Comigo não Bia. **Agora por exemplo eu tenho tempo disponível pro Pedro né? Eu tenho que talvez eu até quisesse tê tido há anos atrás, mas assim, me envolveu tanto a doença que eu, né, me passou despercebido.** Purque se eu tivesse essa consciência **há anos atrás**, eu não teria né, teria... (pai tenta falar, mas a mãe não cede e continua falando)... dividido a... (mãe).

“ Mesmo com as atividades..”. (pai).

“Eh...então foi uma coisa assim que **eu achava que eu daria conta de tudo** ( o pai tosse ). Aprendi (o pai tosse novamente) **que tudo a gente nunca dá conta**, que tá fazendo alguma

*coisa, outra tá ...*” (a mãe falou de forma inaudível, parece que engoliu as palavras).

Notamos uma afirmação da mãe em relação a ter tempo para o Pedro agora, pois a avó já havia falecido, contudo, o que nos chama atenção na cadeia significativa é quando ela diz: “...**talvez eu até quisesse** tê tido há anos atrás...”. Compreendemos, nesse momento, que a mãe apesar de se queixar da falta de tempo para estar com o Pedro, ela “*talvez quisesse*” ter tempo. Esse advérbio que indica possibilidade ou dúvida, em um turno anterior, também aparece expressando dúvida por existir um conflito da mãe em lidar com o filho Pedro, pois “**talvez se ele fosse um idoso ou uma filha**”, tudo poderia ser diferente.

No imaginário da mãe sobrevive uma questão relacionada ao fato de Pedro ser criança e, ainda mais, ser um menino e não uma menina. O lugar fantasmático que Pedro ocupa na constelação familiar parece já trazer uma determinação das possibilidades que ele tem, como sujeito constituído pelo discurso do outro.

A mãe utiliza uma metáfora quando diz “**me envolveu tanto a doença**”. Na verdade a doença não envolve, literalmente falando, além do que, quem estava doente era a mãe dela (avó do Pedro). Há um deslocamento da avó para a doença e da doença da avó para uma doença imaginária da mãe, pois a mãe não diz que ficou envolvida com os cuidados que a sua mãe exigia, mas sim com a doença que a mãe manifestava. Podemos dizer que ocorreu uma catacrese, que é uma forma de metonímia, deflagrando o equívoco da língua (alíngua agindo), pois esse enunciado também pode ser entendido como a mãe que ficou doente.

Numa ordem direta, entre a doença que a envolvia, está o filho que passou “*desapercebido*”. Quando a mãe fala “**me passou desapercebido**”, há uma ambigüidade e ficamos nos perguntando: O que teria passado despercebido? O tempo? O Pedro? Pelo

encadeamento dos significantes é bem provável que tenha sido o Pedro. Como poderia um filho passar “**des-percebido**” ou não percebido?

Logo em seguida, a mãe remete o turno discursivo ao fato de “**achar que daria conta de tudo, mas que aprendeu que de tudo a gente nunca dá conta, que se está fazendo uma coisa, tem outra que está...**” Nesse ponto, a mãe falou tão baixo que não consegui entender, ela parece ter engolido a palavra que ficou interdita e não completou seu dizer, faltou a “letra”. Com isso, podemos entender esse silenciamento como sendo a palavra, o som e a própria voz. Conforme dissemos no capítulo 2 é pela ocultação que o sujeito constrói um imaginário, o qual garante o seu equilíbrio.

Além disso, temos com o pronome indefinido “tudo” - uma indeterminação do que a mãe não dava conta (deu conta de cuidar da mãe, mas o filho passou “despercebido”).

Como vimos no capítulo 2 (sobre a metáfora e a metonímia como manifestação do desejo), é no âmbito da deriva, do que está subvertido pela língua, o lugar da falta das palavras (silenciamento) que a fantasia do sujeito aparece, colocando em cena, um desejo. Segundo Freud, a fantasia resgata ao mesmo tempo desejos antigos e matriz de desejos atuais. Lacan destacou que a fantasia aparece justamente por certos elementos isolados, tais como: palavras, fonemas, objetos associados, partes do corpo, traços de comportamento, dentre outros. Relacionado aos traços de comportamento veremos mais adiante um recorte do discurso do pai, o qual nos exemplifica tal aparição fantasmática.

Quando essa mãe fala “se fosse uma outr... a Silvia talvez não...” , ela não sabe que é o seu desejo, enquanto objeto primordial, que ela tenta resgatar na representação que faz do filho. Percebe-se nesse momento, quando a mãe fala o nome de Silvia (sua filha mais velha), que houve um deslocamento do sujeito Pedro para a Silvia,

manifestado por meio de uma metonímia (desejo da mãe). O desejo, nesse caso, está manifesto pela letra (nome da Silvia).

Se para Lacan (1998), “o significante, por sua natureza, sempre se antecipa ao sentido...”, é o que constatamos nos turnos da mãe ao nível da frase interrompida, um sentido iminente, que emerge e que no dizer de Lacan “se basta ao se fazer esperar”. (p.505). A relação entre os significantes, segundo o autor, traz um sintoma que é um retorno da verdade e só pode aparecer na ordem significante, pois só terá sentido numa relação entre outros significantes.

Percebemos que essa mãe, enquanto eu do enunciado, tenta ocultar o seu desejo (preferia ter um idoso para cuidar, ou uma outra filha e realmente não ter tempo para estar com o filho), mas o sujeito do desejo é revelado aqui pela metonímia, do silêncio e da denegação.

Na seqüência, evidenciaremos outros indícios que nos remetem à compreensão do funcionamento discursivo desses pais, no que se refere ao lugar de determinação de Pedro.

A mãe fala de sua conduta com Pedro:

*“Então eu encaro não, não como uma obrigação, naturalidade mesmo, é que agora eu já tenho o tempo também, eu não converso com ele porque, como eu tenho que conversá né? Então pode sê assim andá de bicicleta, chutá bola ! Seja meio obrigação né, porque ele é uma criança assim, ele não gosta de fazê isso, então é custoso você convencê né. Vamo pru treino! Que os priminhos vão vir! Então tem que ir contando, andá dois quarteirões com o Pedro é um... assim, é cansativo, porque ele grita, ele vai cá ele qué que eu seguro o guidão, ele não*

**sabe virar, ele cai, se eu deixo ele desce o degrau da sarjeta, né? Mas eu faço assim, com naturalidade, conversá, abraçá, beijá.** Agora tem a bicicleta, a bola, a corda, aí já **faço porque, tem que ser feito né”?**

O pai complementa:

“É, da minha parte eu... **eu faço com naturalidade...mas** (tossiu) eu tento sempre aproveitar uma oportunidade, certo? **Tudo é natural,** mas às vezes ele vem que falá alguma coisa, eu estou ... **com atenção em outra coisa, no meu trabalho ou até vendo televisão.** Tomado consciência daí eu paro e fico ouvindo ele, dou atenção prá ele quando ele que se expressar, é quando ele fala alguma palavra de maneira errada, eh... **eu repito** a palavra da maneira certa. **Ele que falá tal, eu falo não péra aí, vamu vamu vê, repete prá mim** quando eu não... quando eu não entendo. Eh... eu comecei a ver que, nós de certa forma , começamos nos acostumar com aquela maneira dele, falar. Então eu vi que nós estávamos nos acostumando e, e isso estava incorrendo em erros. Então eu, a partir disso eu pá... **a hora que ele fala, não mais repete prá mim, como é que é? Eu não entendi bem... eh, eu repito a palavra da maneira certa. Então isso é natural** só que, quando a gen... a gente fica mais desperto prá alguns detalhes. É a maneira que eu encaro”.

Tanto a mãe como o pai falam em naturalidade para lidar com Pedro, mas percebemos, pelo encadeamento discursivo, que nada ocorre de forma natural. O que parece se contrapor ao uso desta metáfora “ser natural”, nesse contexto, é não ser forçado. O próprio uso do advérbio “assim” (“*Pedro é um... assim*”, ou “*Eu faço assim, com naturalidade*”), cuja amplitude de sentido abre-se em um leque de abrangência, não especifica muita coisa, mas instaura ao mesmo tempo a possibilidade de explicação sobre o sujeito.

Isso pode ser percebido nas qualidades atribuídas a Pedro quando a mãe diz:

***Pedro é um... assim, é cansativo, porque ele grita, ele vai cá ele qué que eu seguro o guidão, ele não sabe virar, ele cai, ...”.***

Pai e mãe falam do fazer com naturalidade (“*Tudo é natural*”). É Orlandi quem nos explica o papel da ideologia relacionada ao imaginário social, que é alimentado por papéis designados pela cultura. Para a Análise de Discurso, existe sempre a interpretação e, por havê-la, a ideologia aparece. Os pais tentam explicar o comportamento deles em função do que Pedro não é - para eles, tudo isso é natural. Na AD, segundo Orlandi, quando estamos diante de um objeto simbólico buscamos seu sentido sempre, pois não há como não interpretá-lo e o sentido que dele emana para o sujeito parece ser natural, como se essa fosse a única possibilidade de compreensão do objeto. No caso em análise, vemos que os pais de Pedro “sentem” uma naturalidade no agir com ele, como se essa fosse a única possibilidade de interlocução possível entre eles e Pedro; é como se o sentido de Pedro fosse este, não houvesse opacidade.

A insistência em relação ao significante metafórico “natural”, leva-nos a desconfiar que por necessitarem do estatuto “naturalidade”, há o acobertamento do “não-natural”, “forçado”,

“desconfortável”. Segundo a autora, há nessa dinâmica, uma relação estreita e incomensurável entre o histórico e o simbólico, mas que não é percebida pelo homem devido à naturalização do sentido. Isso é possível devido à ideologia e para a AD, ideologia e inconsciente funcionam como estruturas interligadas.

Os sentidos que circulam no discurso dos pais de Pedro a respeito dele estão perpassados pela história pessoal tanto do pai quanto da mãe, visto que cada um deles se coloca em um determinado lugar e essa determinação, que é histórica e constitutiva, incide sobre a relação que estabelecem com Pedro ou o lugar que essa criança pode ocupar dentro da dinâmica discursiva do casal. Toda essa relação de posição do sujeito no discurso e seu compromisso com o dito ou o não-dito são a memória discursiva.

Sempre que a criança se aproxima para falar com o pai, parece haver uma interrupção no fluxo de fala do Pedro, pois o pai solicita freqüentemente que ele repita a palavra ou repita o que o pai disse. Podemos perceber, nesse momento, o sujeito interrompido pelo outro e é o próprio pai que no turno abaixo vai dizer: **“parece que o Pedro é retirado da comunicação”**. Há uma relação de contigüidade nesse contexto metonímico, no qual Pedro é interdito e logo em seguida ele tem que repetir como a Lei (o Nome-do-Pai) ordena. Vejamos:

*“Existem dois pontos aí... que... nós... eh... não tínhamos orientação como agir e é claro que a gente sabe a diferença de qual é o certo, qual é o errado. Mas depois de orientado a gente sabe como lidar, a partir dessa orientação **às vezes escapa**, numa situação, **não que a gente queira, nós acabamos, facilitando as coisas** se pode se dizer assim, né? E em outras, as próprias pessoas nos perguntam, e isso, e aí fica é uma situação tão assim: eh... ele fala com um adulto,*

*eu vi com o dentista. Nós estávamos aqui (mostrou a posição que o casal estava na sala do dentista), (pigarreou), daí o, o dentista falou eu não entendi , ele vira prá nós e pergunta , fica como se, é o seguinte: numa comunicação é o Pedro que está se comunicando com o dentista, daí o dentista nos coloca no meio dessa comunicação . Eh, eh uma situação difícil de você lidar. Então são três pontos: um, que foi nós sermos orientados; outro, que às vezes escapa isso, mas nós estamos diminuindo isso ao máximo, certo? Por estarmos consciente e a terceira, o terceiro ponto é, que **as pessoas da comunicação, de uma comunicação elas nos jogam no meio**, parece que é o seguinte, sabe como eu visualizo ( **sorri**) isso? Eh... (pigarreou) **que parece que...** o Pedro conversa com o dentista daí o, o dentista nos pergunta parece que **ele é, retirado\_da comunicação** , assim na minha cabeça eu tenho essa visualização. Eh, eh algo... difícil de você lidar assim . Então nós estamos tentando... **eh, então, Pedro repete aí como que é ...**". (pai).*

O outro é o lugar do parceiro imaginário (Lacan,1998), aquele que determina o sujeito. A criança constitui-se a partir da identificação com seus pais, irmãos e demais pessoas que são representativas para ela. É por meio das representações imaginárias, que a criança tem uma dimensão do outro como seu semelhante, o outro que se instaura como uma alteridade. No entanto, como vimos anteriormente no corpo do texto, segundo Lacan há um Outro que está na ordem da linguagem e por ser constitutivo da linguagem, antecede ao próprio sujeito que é por ele determinado. A tendência do

sujeito será sempre a de retroagir na ordem desse significante, deste Outro, que ocupa o lugar da Lei.

O sintoma de linguagem de Pedro parece corresponder ao lugar determinado a ele pelos pais. Sabemos que o sintoma não representa o sinal de uma doença, mas a expressão de um conflito (desejo) inconsciente: para Freud, o sintoma é a expressão do recalcado. É por meio do sintoma de Pedro que o desejo dos pais pode ser realizado. Mas o desejo do sujeito é também o desejo do que foi imaginado do Outro, assim, metáfora e metonímia conjugam, pois o Outro é uma metáfora e o desejo é uma metonímia.

*“ De novo é, mas exis... o adulto isola, tira ele da, do meio da comunicação, antes nós acabávamos respondendo, hoje nós tentamo então: **-Pedro, repete!** Nem sempre dá para que isso seja feito, **você precisa ter de certa forma tempo, uma certa frieza**, da minha parte eu... **eu coloco como até uma, uma frieza prá lidá com isso**, lidá da maneira certa, **quando ele vem correndo querendo falá, eu me\_seguro, falo eu vô tê paciência** eh... eh... prá que ele se expresse”. (pai).*

*“ Não...não só sê tolerante como também tê a frieza prá num dexá a sua atitude assim, imediata, **privalizá, passa na frente dele**, não ele falou isso e isso. **Com relação ao todo, uma certa frieza** prá você, **um auto controle**, num é frieza, um auto controle prá que eu não dê as respostas que ele deve dá . Eh... não antecipá, de repente eu estou com... uma outra coisa, daí ele chega tal, querendo falá comigo, daí eu me conscientizo não, o que é? Ah! vem aqui , ou é isso, isso. Então o que*

**sai do natural**, é esse momento... assim, que **é natural**, você brinca, eh... outra coisa, ainda esse final de semana eu vi; que ele qué uma coisa na hora tal, daí eu tam, eu também vejo **a Pedro**, eu ó, **espera** um pouquinho, **a hora que eu terminá isso, você vai tê**. Porque, ele qué sê atendido na hora. Então ele, então eu acho que ele tem que tê uma, consciência que ele também olha, eu vô fazê depois que eu terminá aqui. Então existe toda a **situação natural**, mas sempre quando há uma oportunidade nós vamos nos treinando isso, na comunicação, não interferindo numa comunicação dele, eh... quando alguém o tira da comunicação, é colocá-lo. Então é uma série de situações que, a gente trabalha com isso”. (pai).

Na seqüência, parece que o pai traz um novo tópico que a princípio não tem referência com o que foi falado sobre o Pedro até o momento, uma vez que para o pai, são qualidades inerentes ao Pedro e que o transformam em alguém “carismático”. Vejamos:

“ Agora esse ponto dele ser carismá... (riu e olhou para mãe.) Eu tô monopolizando tudo aqui heim bem? É... **dele ser carismático é em todo lugar**, eu acho que até ...**que isso até prejudica um pouco a situação dele**, porque... nós estávamos sexta-feira num aniversário, e... e daí tem **uma mocinha**, tem **uma senhora** que tem **duas filhas**, uma já casada e uma mocinha, deve tê...”  
(pai).

O uso do feminino sinaliza um gênero que se repete, como podemos verificar nos turnos que se seguem:

*“Uns dezoito anos. Ele se encantô com a moça... e ele chegava e olha, você é linda, eh... (olhou para a mãe e falou baixinho) **“eu vô te comprá uma roupa de princesa”**.”*“Você é linda eu vô te comprá uma roupa de princesa (riu). **Ficou galantiando a menina, daí elas se derreteram lá por ele né?** Daí quem ouvia do lado, chegava eh...então não sei **se ele se utiliza disso ou é natural dele, eu acho até que é natural**, mas de certa forma **ele tira proveito, que com essa dificuldade na comunicação as pessoas passam por cima disso e ficam bajulando ele**, vieram me perguntar quantos anos ele tinha, eu falei: “ele tem quatro anos”. Ficaram espantadas assim, com essa atitude dele, de como ele lidava, que era a menina não sei o quê. Outro dia também eu fui pegá na porta da escola, nós sentamos num banco e tinham **duas mães com duas meninas** da classe dele, e eu achei que ele lidou tanto assim, com a situação, que ele falou assim com a menina: “olha você é lin...(engasgou) tal né, uma menininha que está na classe dele estava fora e a outra estava do lado ,ele falou: “você é uma princesa!”. Ele se preocupô, percebeu num piscar de olhos que ele falou de uma menina ele, quis falar da outra, as mães ficaram assim, tinha uma senhora que não tinha nada à ver, ficou: - Nossa! esse mundo tá perdido, então **ele tem essa, esse poder que cativa, mas todo mundo fica**

***bajulando ele e...e...minimiza é... essa situação de comunicação, essa falta de maturidade dele, de uma maneira geral***.

(pai).

***“ De ser o centro das atenções.”*** (pai).

O pai olha para a mãe e reproduz a fala de Pedro com exagerada acentuação de traços supra-segmentais (curva melódica), o que nos remete a pensar que o pai, de certa forma, traveste-se do personagem Pedro e, por meio do filho, pode realizar o seu desejo de sedutor. Fala por meio de metáforas e metonímias, pois “*comprar uma roupa de princesa*” pode estar no lugar de “***eu te quero como minha princesa***”, pois na contigüidade do discurso o pai irá falar: “***ficou galantiando a menina, daí elas se derreteram lá por ele né?***” Aparece novamente uma metáfora no uso do verbo “*derreter*”, que nesse contexto não é usado em seu sentido literal, mas sim, quando uma pessoa cede aos encantos do outro e “se derrete toda”, perdendo suas resistências.

O termo “ser natural” retorna nesse contexto, como se para uma criança de 4 anos fosse natural ela ser galanteadora e conquistar as meninas a ponto delas se derreterem. Segundo Pêcheux (1997:163), “o idealismo ... é o funcionamento espontâneo da forma-sujeito<sup>(12)</sup>, por meio do qual se dá como essência do real aquilo que constitui seu efeito representado por um sujeito. Somos, assim, levados a examinar as propriedades discursivas da forma-sujeito, do ‘ego-imaginário’, como ‘sujeito do discurso’ ”.

Seguindo nessa discussão, o sujeito se constitui pelo esquecimento “daquilo que o determina” (Pêcheux, op.cit). O sujeito se identifica com a formação discursiva que o domina, o que significa

---

(12) O termo “forma-sujeito” é introduzido por Althusser (em ‘Resposta a John Lewis’, 1978, p.67), e designa “todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da forma sujeito. A ‘forma-sujeito’, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais”.

para nós, que o pai de Pedro fala de si ao retratar o filho como galanteador. Os traços que determinam o pai de Pedro são re-inscritos em seu próprio discurso.

A mãe parece incomodar-se com a naturalidade com que o pai explica o comportamento de Pedro e, de certa forma, protesta introduzindo uma pergunta:

“ Ô Bia, mas isso, (pigarreou) a gente acha que é... o jeito e tal, mas isso daí **será que não é o Pedro que qué suplantá alguma dificuldade dele? .... Que não é tão normal...**” (mãe).

O pai demonstra não compartilhar do mesmo ponto de vista e diz:

“ **Ele é um sonhador assim... ele se utiliza das fantasias. É... essa característica de ser carismático, e eu tive esse tipo de situação sempre, sempre fui assim, quando pequeno era engraçadinho. Mas eu acho que com o Pedro é... é a mesma coisa, uma criança, ela desenvolve naquilo que ela é estimulada, a característica é dele é própria dele, mas ele viu que ele pode se utilizar disso, percebeu, captou que ele pode se utilizar disso, que ele pode manipular de certa forma isso, prá não se senti de lado, ele já tem essa característica , mas ele, eu acho que ele manipula isso, chega num lugar tal, aí ele (riu) qué**

*iniciá uma comunicação, e daí vai **as pessoas desmancham, porque ele é pequeno, já já não vai sê tão natural, que... não vai sê tão engraçadinho né?** (riu). **Porque ele vai estar maior tal... Eu tenho uma dúvida se ele sabe distinguir a realidade da fantasia, se a coisa aconteceu mesmo ou não...**” . (pai).*

Quando destacamos alguns significantes do texto, tais como: olhar para a mãe e mudar a tonalidade da voz (torna-se mais melódica) e no momento em que o pai repete a mesma expressão do filho: “*Você é uma princesa! ... Vou te comprar um vestido de princesa!... Você é linda!*”, ele fala como se encarnasse o próprio filho, por meio de um conjunto de significantes, tais como: o olhar, a voz e a expressão lingüística. Isso nos desloca para o conceito de *objeto a* (pequeno a) que responde no lugar da verdade do sujeito na constituição da fantasia e no ato de nascimento do desejo do sujeito. Esse objeto passa a ser a causa do desejo no sujeito e, como tal, é também causa da divisão desse sujeito.

Os três registros da subjetividade: o real, o simbólico e o imaginário, apesar de serem independentes uns dos outros, só podem se manter juntos pela ordem do significante, determinado pelo objeto a, pois ele representa a letra. Enquanto o significante pertence ao simbólico, a letra está no real e, por isso, permite o recalçamento, ou seja, o afastamento das pulsões, que passam a não ter acesso ao consciente. Assim, um desejo recalçado do pai aparece em seu discurso como se fosse o do filho.

Recalque e inconsciente são correlatos e não são passíveis de emergir numa cadeia significante como os atos ou pensamentos conscientes. Com tudo, o que está recalçado - objeto real do desejo - só é passível de emergir na cadeia significante pelos desvios, atos falhos, metáforas e metonímias.

O pai de Pedro faz uma associação entre ele e o filho quando diz: “ **Ele é um sonhador assim... ele se utiliza das fantasias. É... essa característica de ser carismático, e eu tive esse tipo de situação sempre, sempre fui assim, quando pequeno era engraçadinho. Mas eu acho que com o Pedro é... é a mesma coisa,...**”

Como podemos constatar, Pedro está implicado na fantasia do pai; ele está sendo falado pelo pai como “carismático”, “galanteador” e “quando pequeno era engraçadinho”. Todavia, Pedro só tem 4 anos e fica indiciado nesse contexto, que o pai de Pedro fala de si próprio. Segundo Lacan (1997), “o sintoma da criança corresponde ao que há de sintomático na estrutura familiar...”. O objeto da fantasia desses pais torna-se condição necessária para a sobrevivência da criança. Entendemos que Pedro precisa ter a mediação dos pais, ser falado e significado de forma diferente por eles, só assim poderá ocupar um outro lugar discursivo e não ficar como um fantasma desses pais.

Gostaríamos, ainda, de apresentar um comentário que consideramos fundamental na conclusão deste fragmento em análise, quando o pai de Pedro diz:

“ *É que ele consiga e, porque ele tem a individualidade dele prá lidá com isso, com essas dificuldades todas, **que ele não precise do pai e da mãe prá falá o que ele não ...não se comunique ... de forma que as outras pessoas entendam, certo? Basicamente é isso.***

... *É, **com as próprias pernas***”.

Analisando esse último turno, verificamos que na superfície da textualidade o pai parece manifestar o desejo de independência

de Pedro; no entanto, por meio da metáfora paterna e materna (“*que ele não precise do pai e da mãe prá falá o que ele não... não se comunique...*”), percebe-se que no que depender de pai e mãe, ele não se comunicará.

No dito popular “*caminhar com as próprias pernas*”, vemos a metáfora da independência. Porém, para Pedro esse desejo do pai parece, em função do que ficou evidenciado até o presente momento, que eles não querem mais “carregar” o Pedro, “ter tempo” ou “estar disponível” para uma interlocução.

## **5.2. ANÁLISE DA SEGUNDA ENTREVISTA**

Nesta segunda entrevista, falaremos sobre Ana, que tem 4 anos e é filha única. A mãe compareceu sozinha à entrevista, disse, a princípio, que o marido estava trabalhando, mas havíamos combinado previamente um horário que desse certo para os dois. Quando terminamos a entrevista, eu desliguei o gravador e já estávamos próximas à porta para sair, quando ela contou-me que o casal estava em vias de uma separação e que foi esse o motivo pelo qual ele não compareceu.

Esse comentário torna-se um fato relevante, na medida em que durante todo o discurso a mãe usa o substantivo “a gente”, o qual refere-se a mais que uma pessoa com um certo índice de indeterminação. Parece que “a gente” surge como uma metáfora de nós: a mãe e o pai. Um outro uso pronominal constante e ambíguo aparece com o dêitico “ela”, pois ao longo do discurso, vemos que a mãe se funde com a filha pelo uso desse pronome. Destacaremos esse fato ao longo da análise proposta.

Como afirmado anteriormente, o retardo de linguagem parece ter sua gênese anterior à sua constatação, por volta dos 4 anos de

idade. Vejamos no recorte abaixo, como a mãe manifesta o atraso de fala da filha:

*“A gente acha a Ana uma pessoa assim, achávamos a Ana uma pessoa assim, fechada, **ela era muito fechada** assim, **na hora de comunicar**, parece que **ela tinha medo de comunicá**. Eu não sei se é também, a fono me comentô que a gente via ela fechada, a gente queria que ela se comunicasse, então a gente começô ah, ah conversá, dialogá, tentando, dando espaço prá que ela (não compreendí)... eu acho que a gente chegô a atrapalhá um pouco nesse sentido. Porque **a gente começô a falá por ela, e ela... parô de uma vez**, entendeu ?*

Quando a mãe fala: “era (a filha) *muito fechada, parece que tinha medo de se comunicar*” e, **como consequência** os pais **começaram a falar por ela** e, então, **a filha parou de uma vez de falar**. Na contigüidade discursiva, identificamos qual é o lugar (ser fechada e ter medo) que os pais colocam sua filha. Nesse lugar, ocupado pela criança, ela não pode falar e os pais acabam falando por ela que fica na “falta” da linguagem. Para Orlandi (1997:81), “Se o sentimento de ‘unidade’ permite ao sujeito identificar-se, por outro lado, sem a incompletude e o consequente movimento haveria asfixia do sujeito e do sentido, pois o sujeito não poderia atravessar, e não seria atravessado, pelos diferentes discursos já que não poderia percorrer os deslocamentos (os limites) das diferentes formações discursivas. O Outro (e os outros) é o limite, mas também é o possível.”

De acordo com Lacan, o inconsciente é o discurso do Outro e, assim, há uma “asfixia” da criança, pois está interdito para esse

sujeito circular em outros lugares e essa decisão vem do discurso formador e constitutivo do Outro (outros). Segundo Pêcheux (1997), ao falar X, deixo de dizer Y, o que já instaura o sujeito em um “lugar possível” de ser e ao mesmo tempo, em “um lugar proibido” de circular. No caso dessa criança, o seu lugar de circulação discursiva parece ser o silêncio para a fala.

Na continuidade a mãe diz:

*“É, e a própria escola também, que ela estudava. ‘- Oh Ana, você não quer isso?’. Quer dizê, **ela não falava nem sim nem não, ela falava:** ‘-Ah, mas **a tia dá prá você.**’ Então foi aquela...”*

Os sentidos nos levam a interpretar que a mãe refere-se também à escola (tia, professora) como um lugar que coloca a criança em uma posição discursiva de não possibilidade de dizer o que deseja. Quando a mãe diz que a professora pergunta o que a criança quer e “*ela não falava nem sim, nem não*”, está colocando essa criança novamente no lugar de alguém que foi silenciado. Na contigüidade discursiva a mãe utiliza-se da conjunção “mas”, e instaura nesse momento, uma oposição ao que foi enunciado anteriormente; é como se dissesse para a filha: “*não tem importância se você não fala, pois mesmo assim a tia dá o que você deseja*”.

Essa análise nos leva a compreender como essa criança é atravessada por um discurso de silenciamento. Segundo Orlandi (op.cit:81), “No autoritarismo, não há reversibilidade possível no discurso, isto é, o sujeito não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o ‘lugar’ que lhe é destinado, para produzir os sentidos que não lhe são proibidos. A censura afeta, de imediato, a identidade do sujeito.” No caso dessa criança com retardo de linguagem, verificamos que o discurso da mãe traz uma lei que funciona para a filha como sua possibilidade de ser. O ponto de identificação

imaginária (que é o lugar de onde somos observados) corresponde ao eu ideal, que determina a forma imaginária na qual seremos amados. Para essa criança, ficar calada corresponde à demanda da mãe. Mas, por quê?

**“...A gente quis ajudá, num momento que a gente achava, que ela se queixava muito, porque quando eu quis colocá numa...acabô minha licença gestante que eu fui colocá numa escola prá trabalhá, eh... a gente... aquilo de mudá de professora, aquela insegurança de tá levando, prá não deixá com a babá, que já não tinha dado certo, a gente procurô uma escolinha e ela se chocô nessa, porque a idade que ela foi prá escola, foi uma idade com oito meses só...”**

Quando a mãe diz: “quisemos ajudar numa época em que ela se queixava muito... acabou a licença gestante... ela só tinha oito meses...”, remete-nos a uma questão metonímica, na medida em que, por meio de retalhos discursivos, a mãe revela qual a sua real angústia. Ao dizer “ela se queixava muito... ela só tinha oito meses...”, podemos identificar que são dois personagens diferentes: a mãe e a filha. Como a metonímia indica-nos o lugar do desejo, a análise indiciária nos indicará quais significantes devem ser destacados e articulados entre si para identificarmos qual o desejo dessa mãe, em relação a essa filha e quais as conseqüências dessa relação dialógica constitutiva com o retardo de linguagem, manifesto pela criança.

Voltando ao turno anteriormente citado, identificamos que a demanda (“ela se queixava”) era da mãe (e não da criança, que na época tinha só oito meses) porque tinha que deixar a filha após o

término da licença gestante. Assim, quando continuamos ouvindo essa mãe, identificamos como ela representou essa separação:

*“... ela ficava com a babá ou comigo e de repente a gente teve assim, que **desmanchá**, porque a gente levava ela na escolinha. E lá, ela queria assim, ela **a gente largava ela** em frente. Então **a gente ficava** ... “ - Ah! **será** que ela vai ficá bem ? **Será** que ela vai.. ?”. Sabe ? **Dá insegurança**. Depois ela se deu bem, mas continuou assim, muito tempo...”*

A mãe fala metaforicamente em “*desmanchar*”, referindo-se ao rompimento da relação que mantinha até aquele momento com a filha. Em seu dizer “*largava a filha*” e ficava na dúvida, com muitas interrogações sobre como a criança estaria. A criança como objeto do desejo da mãe, vem representar o que está recalcado para a mãe e que aparece na estrutura lingüística como metáforas e metonímias. Segundo Lacan (1998), é inconsciente para a mãe que na relação com o filho ela faz sua “falta-a-ser”.

Por meio do uso do dêitico “ela”, o discurso da mãe traz uma obscuridade em relação ao personagem que demanda (a filha ou a mãe). O discurso dessa mãe parece uma colcha de retalhos, pois pelas metonímias ela traz seu desejo que parece ser o da filha continuar sendo um bebê, já que crescer é ruim. O drama vivido por ocasião da entrada da filha na escola parece trazer um drama pessoal da mãe, a separação de seu objeto de desejo, que para Lacan, é o objeto causa do desejo.

Como vimos no capítulo 2, o sintoma é a verdade que corresponde ao casal (Lacan,1997). A criança, personagem dessa análise, aparece como sendo o objeto da fantasia da mãe. A maneira como a mãe representa sua filha vem nos mostrar de que forma ela

tenta resgatar seu objeto de desejo primordial. Ainda segundo o autor (1969), o desejo é dito em partes e por isso é metonímico. A estrutura da metonímia corresponde a uma parte do desejo semidito, é um sentido em latência, algo é dito, mas não é bem isso. Identificamos que todo o discurso dessa mãe é metonímico, pois é interrompido e recortado por hesitações, silenciamentos, uso de dêiticos e anafóricos. A mãe encadeia o seu discurso de forma a falar do retardo de linguagem da filha relacionado a um não querer crescer. Vejamos:

*“...foi...quando ela começô a falá... praticamente assim... porque a criança tem uma idade que **ela fala errado**, que **você acha bonito**, e acha gracinha tudo passa. Aí depois tem a hora que você qué que sua filha, fala corretamente... É aquele momento que você corrige, aí volta prá escola, convive no meio de bebê volta falá, teve uma fase que ela queria chupeta de novo, paninho de novo, **“dá, dá, dá”**, **começô falá que nem bebê**. Então será **que isso foi carência?**... Ou ela não queria crescê porque ela falava muito prá mim assim: “- Eu não quero crescê, eu quero ficá muito piquinininha.” (a mãe falou isso sorrindo). Eu falo: “-Por que cê num qué crescê?”. Ela fala assim: “- Ah mãe, eu quero ficá criança, eu num quero crescê, porque eu quero brinca.”. Porque ela adora brincá, montá quebra cabeça, sabe ? **Então, ela é uma u uma verdadeira criança**. Então ela tem medo de ficá adulta (riu). **Então eu acho bonitinho que ela fala: “- Mãe eu num quero crescê, eu quero ficá criança.”**. **Então** a gente fica falando assim: “Meu Deus do céu! Será que eu*

*coloquei ela cedo na escola? Foi bom, foi por necessidade*

Nesse momento, por meio de metáfora (“*verdadeira criança*”) e do uso do advérbio “*então*”, que normalmente encadeia uma narrativa, a mãe traz para uma mesma formação discursiva o fato da criança ser uma verdadeira criança porque ela não quer crescer. Mas, a mãe insiste em recorrer à escola como provável causadora dos transtornos na criança. Mas, sabemos que o rompimento no vínculo mãe-criança por ocasião do término da licença maternidade da mãe, significou para ela uma perda real e, que, para não perder a filha, esta precisa manter-se como um bebê, falar errado ou não falar.

A expressão “*Meu Deus do céu!*” carrega um certo espanto, uma surpresa, seguida da dúvida. Por meio da “*alíngua*”, manifestação do real, identificamos um acontecimento discursivo circunscrito pela metonímia, pois conforme visto, o desejo é o sentido por um lado e não-sentido por outro; por isso não se pode significar plenamente - a mãe representa seu desejo metonimicamente porque a castração está sempre presente.

No recorte abaixo, a mãe fala sobre a esterilidade do marido e na continuidade diz:

*“... Ele tomô hormônio muito tempo, então, ela veio uma filha assim, sabe? Muito, muito esperada, então a gente **quis vivê tudo**, quis vivê o momento dela crescê, **de tá falando errado**, de tudo né? (a voz ficou trêmula, a mãe se emocionou com o que estava contando). Então eu acho que a gen... que **ela foi muito protegida** e esquecido um pouquinho dessa parte mais, assim mais social né? de de tá criando uma filha prá assim... mais **a gente***

***achô que nunca queria querê vê-la mo  
moça, sempre querê tê uma criança em  
casa por não tê outra né?***

A metonímia funciona na alíngua também pela subversão à ordem da língua, na medida em que, pela sintaxe, traz pouca organização e coerência, mas é pelo acontecimento discursivo que a compreensão se dá. É pela dialética entre metáfora e metonímia que se percebe nesse último fragmento discursivo, como a mãe representa seus receios (o casal não terá mais filhos), identificando a filha em uma formação discursiva da “falta de linguagem”, porque, assim, a criança fica sempre sendo representada como um bebê e a mãe, por sua vez, não fica na “falta de”.

### **5.3. ANÁLISE DA TERCEIRA ENTREVISTA**

A filha deste casal será chamada de Lia e o irmão de Carlos.

Logo no início da entrevista os pais falaram sobre a dificuldade da filha em relação à fala, a mãe utiliza-se de uma metáfora dizendo:

*“Ela...Uhn uhn...(mãe emite um ruído, tentando mostrar como a criança faz quando fica irritada). - Fala o que você qué. Uhn uhn(outro ruído). Aí de vez em quando ela fala: “Oh papai num sei quê ”. Mas, é duro, **ela fica ruminando** uhn uhn (outro ruído)”.*

Quando a mãe enuncia: “...*ela fica ruminando*”, movimenta os lábios e emite um ruído onomatopaico como se fosse de um animal ruminante. Em outros momentos da entrevista a mãe imita a criança repetindo o mesmo ruído. A metáfora usada pela mãe aproxima a criança a um animal que ruma, no entanto, a criança sabe falar e se comunica, mas há uma emissão ininteligível da criança e a mãe faz a comparação com um ruminante. O lugar de sentido que essa mãe encontra para falar de sua filha é provavelmente um lugar de pouca inteligência.

Tanto o pai quanto a mãe falam sobre a falta de espaço para a criança:

*“a gente não percebe, mas realmente **ela não tem espaço**, eh...eh uma coisa óbvia que você também não percebe, mais **realmente ela não tem espaço...**”*

No uso da metonímia “ela não tem espaço”, percebemos que não se trata de um espaço físico, mas sim um espaço de interlocução. Se a filha não tem espaço para falar, de alguma forma os pais percebem que esse aspecto está relacionado à fala e suas implicações. Logo em seguida a mãe fala das dificuldades que enfrenta no relacionamento com a filha, demonstrando um certo desconforto quando brinca, parece haver um contra-senso, pois ao mesmo tempo em que a mãe acha que muita televisão e vídeo não são saudáveis para a filha, traz um sentido de ser “forçoso” ter que brincar com a filha. Se pensarmos nas atividades relacionadas a assistir TV e vídeo e o brincar, temos também uma metáfora do tempo, ou seja, “o tempo” ou a “falta de tempo para”. Vejamos no turno abaixo:

*“É difícil você **competir com a televisão ou com o vídeo**, com o vídeo cassete, com, com o que seja,*

*com o vídeo game, é difícil você competir. **Às vezes eu consigo arrastá ela prá brincá de panelinha, põe arroizinho tal...***

Na metáfora “**competir** com a TV ou vídeo”, temos a consciência e preocupação da mãe em relação a uma sobrecarga dessas máquinas da modernidade contemporânea, por outro lado, a mãe não parece nada confortável em brincar com a filha e já começa se desculpando no início da frase, quando faz o uso da metáfora. Atentamos ainda, para o fato da mãe utilizar uma outra metáfora, “conseguir **arrastar** a filha para brincar”, o que nos remete a ter que usar a “força” e compreendemos o não dito pelo que está enunciado no significante “arrastar”.

O pai fala da filha:

*“...Eu sinto que ela é mais ligada em mim do que ele, do que ele sempre foi. **É assim que eu me lembro, dela como nenê**”.*

O pai se lembra da filha como um nenê, que é a persistência em uma imagem. O significante sempre antecipa um sentido, se o pai tem como lembrança da sua filha, ela como um nenê, provavelmente o lugar discursivo que essa criança irá ocupar é de um bebê, com todas as suas limitações de fala. O imaginário do pai, simbolizado pelo significante “nenê”, mostra um sujeito da enunciação que antecipa um sentido para a filha, o qual se identifica no eu ideal e constituído pelo pai/mãe e que, a criança por si, não consegue subverter. Dessa forma, falar como nenê (fala infantilizada) ou apresentar comportamentos de apontar, “resmungar” são compatíveis a uma representação que esses pais fazem da filha.

Na representação que a mãe faz de sua filha, temos:

*“... minha preocupação é de um **problema neurológico**, dela tê uma **dificuldade mesmo de raciocínio...**”*

O pai interrompe o discurso da mãe e diz:

*“Capacidades, eu vô dizê **ela é mais esperta que o irmão**. O irmão ele, ele é muito intelectual prá idade dele, eh...(pigarreou) ele é muito prá dentro, tá ? Dele.*

*.... Então **ele é** assim, **ele é** muito inteligente, mas **ele não é** esperto, **ele é** uma pessoa introvertida, **ele tem** os amigos dele, **ele tem** dificuldade de fazê novos relacionamentos. Ela não, **ela é extremamente extrovertida, ela é muito esperta, tem muito mais coordenação motora do que ele. Ela é mais atirada, mais destemida...muito mais ativa do que ele, né? E ela tem uma...uma...**”*

O pai continua:

*“Pois é... outra coisa, ela liga o computador sozinha, ela põe o disqui... o CD ROM que ela qué, ela entra nos joguinhos, **qué dizê eu não acredito que ela tenha uma... um problema neurológico ou um retardo**”.*

Por meio das metonímias, a comparação de Carlos com a Lia, fica estabelecida uma relação termo a termo, própria da metonímia.

No intradiscurso do pai está dito todo o seu temor sobre a possibilidade da filha ter um “problema neurológico ou retardo”. Esse é um sintoma que surge nesse momento como uma metáfora. O pai fala das habilidades e inabilidades do filho (Carlos), querendo mostrar que Lia também é competente, porém, por meio das metonímias identificamos o lugar que Lia ocupa enquanto sujeito para os pais, qual seja, o sujeito da falta. Vimos que os significantes que retratam Lia no discurso do pai, ao mesmo tempo, refratam o que Lia não é, ou seja, a sua “falta a ser”.

A mãe logo em seguida nos fala:

*“Isso porque **ela não vai dá prá sê, física nuclear...** talvez não (sentí uma certa ironia nesta fala)”.*

Quando a mãe fala “*ela (a filha) não vai dar prá ser física nuclear*” (ideal do eu; Lacan, 1986) e, logo em seguida faz a denegação, é porque a própria mãe percebeu a relação estabelecida nessa metáfora, ou seja, “minha filha tem uma capacidade intelectual restrita”. Se retomarmos o início da análise dessa entrevista, veremos que a mãe ao se referir à filha, já o fazia com uma metáfora animal “uhn uhn”, como se a filha ruminasse. Estabelecemos naquele parágrafo uma correlação entre o animal e a pouca capacidade intelectual que provavelmente sobrevive no imaginário dessa mãe. Contudo, como é na contigüidade discursiva que percebemos o valor dos significantes, pudemos constatar neste último turno, que essa mãe representa sua filha em um lugar de incapacidade.

Ao término da entrevista a mãe diz:

*“Bom, eu tenho que me redimir que parte do, do, do aspecto **dela se, se achar como nenê e se***

***tratar como nenê é minha culpa (riu), né?***  
*Porque eu sempre falo prá ela: “- Quem que é o meu nenê?” Eu tenho que falá então quem é a minha menininha.”*

Conforme descrito na fundamentação teórica, o sujeito é uma construção imaginária do Outro que o constituiu, e, para Lacan (1998), é no estágio do espelho que a criança inicia sua evolução psíquica - o bebê vai se deslocar da mãe e iniciar sua subjetividade rumo ao simbólico por meio do discurso da mãe/pai. Com a entrada no simbólico, a criança marca sua inserção no imaginário identificando-se com uma imagem de Eu que passará a representar como própria de si. A criança está, portanto, irremediavelmente atada ao discurso do outro e ao que de real existe no discurso da mãe/pai.

No imaginário dessa mãe, Lia foi identificada e posta no lugar de nenê e houve um deslocamento da menina para o nenê, o que implica que esses pais filiaram-se a um imaginário, no qual o nenê possivelmente seja o eu ideal, pois é nessa imagem que Lia pode ser amada por seus pais. Temos em nossa memória ou interdiscurso que o nenê é aquele sujeito que é falado e representado dentro das expectativas e desejos dos outros. O desejo só pode significar metonimicamente e parece que esses pais desejam que sua filha continue sendo um nenê; falar da criança como sendo incapaz e representá-la nesse lugar, poderá garantir-lhes esse estatuto.

Como objeto real do desejo para esses pais, surge a filha como “bebê”, significante que emerge na cadeia discursiva, entrelaçado a outros sentidos que os pais tentam dar ao seu discurso, na medida em que comparam a filha com o irmão e trazem à tona o medo dessa criança ter um problema neurológico. Parece que a posição que um bebê ocupa é menos exigente do que a de uma criança maior, que já fala, pergunta, solicita tempo e se nega a realizar certas solicitações dos pais. As fantasias de preservar o bebê podem surgir como

demanda do inconsciente, só que, ao mesmo tempo, a dificuldade de linguagem aparece e a criança começa a mostrar-se diferente. Pois à medida que esse sujeito cresce, ganha certa autonomia de gestos, espaços e discurso. O sujeito em sua formação discursiva (FD; Orlandi, 1999) tanto é afetado, como afeta esta mesma FD e esse é, para o sujeito, um espaço de submissão e de expressão. Ao mesmo tempo em que esse sujeito reproduz, ele interpreta mostrando sua subjetividade.

As repercussões desse tipo de análise para a clínica fonoaudiológica serão discutidas no próximo capítulo.

# CAPÍTULO 6

## CONCLUSÕES

*“O indivíduo é interpelado como sujeito  
(livre) para livremente submeter-se às  
ordens do sujeito, para aceitar, portanto  
(livremente) sua submissão...”  
(Herbert)*

Conforme exposto no capítulo 1 sobre a constituição do sujeito, situamos três noções fundamentais para a compreensão do funcionamento discursivo: a língua, o sujeito e a ideologia. Tomando como egi de os pressupostos saussureanos e o postulado de Jakobson sobre o funcionamento da língua, a partir dos eixos da metáfora e metonímia, no capítulo 2 foram descritas as noções de letra, metonímia e metáfora, como expressões do desejo e como forma de sintoma. Já no capítulo 3, delineamos o sujeito que aprisionado à língua é representado na perspectiva discursiva como “falta”, “atraso”, “retardo”, constrói seu imaginário e seu eu ideal a partir do discurso do outro/Outro. Nessa perspectiva, o sujeito com retardo de linguagem passa a ser compreendido como um efeito de interlocução.

A Análise de Discurso de filiação francesa pelo seu engajamento, tanto em um real da língua, como em um real da história (ideologia), oferece possibilidades amplas de análise dos

discursos dos pais. É possível por meio de seus procedimentos, destacar indícios discursivos relacionados ao objeto do desejo do sujeito, manifestado pelas metonímias e que desencadeiam sintomas.

As entrevistas foram analisadas com destaque para o que de singular havia em cada uma delas, em relação à representação que os pais fazem de seus filhos. Os sentidos desses discursos são ricos em metáforas e metonímias e direcionam a falta da criança para um sintoma particular, qual seja, o retardo de linguagem.

Conforme ficou constatado na análise e discussão dos dados, o retardo de linguagem está ligado a uma construção discursiva que vive no imaginário dos pais bem antes da idade dos 4 anos. Identificamos que os pais mantêm com seus filhos uma relação dialógica patologizante e há marcas lingüístico-discursivas do retardo de linguagem da criança que estão indiciadas no discurso dos pais.

Baseado nesses achados, acreditamos que a grande questão posta para o sujeito é a de “ser ou não ser o falo”, no entanto, esse escolher ser o falo ou não, traz ao mesmo tempo uma passividade e uma atividade do sujeito, pois para Lacan (1999), não é o sujeito que irá conduzir-se, mas é, de certa forma, manipulado por seus pais por meio das “cordinhas do simbólico”. Pode-se concluir, que os pais das crianças com retardo de linguagem sustentam a dificuldade de seus filhos no que se refere à linguagem, por questões relacionadas as suas próprias fantasias e a um “eu ideal”, que emerge em seus discursos (real da língua). As metáforas e metonímias materializadas no discurso desses pais “falam” de crianças incapazes para a linguagem, por estarem presas a um eu ideal (“ser bebê”).

Essa é a maneira que o inconsciente dos pais pode mostrar-se, por meio de uma demanda inscrita nos significantes e somente dessa forma o desejo pode se fazer ouvir pelo simbólico, pois não há acesso direto à realidade, mas somente pela língua. As metonímias são como pequenos objetos que refletem o todo desejado e a metáfora é o traço (letra) sintomático do sujeito.

A criança não é de todo passiva, ela dá o seu grito, vive um drama entre o eu ideal, identificação constituída - lugar possível de amor; e o ideal do eu, identificação constitutiva - transformadora pela subjetividade do sujeito, pela sua inserção na história e pelo espaço dialógico possível na alingua, entre o malogro do Eu (“retardo de linguagem”) e sua subversão.

Quando utilizo na análise dos dados a metáfora e a metonímia, não estou só supondo o funcionamento dos eixos da linguagem a partir da história interacional do sujeito (construída na díade mãe/criança), mas recuperando a história de produção de sentido produzida no discurso desses sujeitos. Quando o pai fala do filho como alguém “galanteador”, este termo mostra ideologicamente o que no imaginário deste pai sobrevive, pois ser galanteador está relacionado a um valor social – lugar de interpelação do que é ser masculino em nossa cultura. O pai ao se referir ao filho utilizando este termo, faz uma projeção do lugar que ele deseja que o filho ocupe.

A questão do desejo está ligada à fantasia (o que não cessa de retornar) e que está no campo do real (Lacan, 1998) e só pode ser concretizada através da alingua (Milner, 1987). A fantasia desses pais inclui suas representações enquanto sujeitos, tais como o eu/outro imaginário, a mãe originária, o ideal do eu e o objeto de seus desejos. Mas a superfície da fantasia é também margeada pelo campo do imaginário e do simbólico.

Quando os pais dizem “X”, deixam de dizer “Y” e esse é o lugar da ideologia. Como vimos nos discursos dos pais, cada um coloca seu filho em determinado lugar e quando o pai diz “galanteador”, ele deixa de dizer “intelectual”, “físico nuclear”, “bonzinho” dentre outros adjetivos. A metáfora utilizada pelos pais está ligada ao processo histórico de constituição de cada um deles.

Ao analisar os processos metafóricos e metonímicos nos discursos desses pais, verificamos que o sujeito, ao ser determinado

pelo discurso dos pais, também é silenciado no seu dizer, pois há uma proibição do sujeito circular em lugares que não sejam aqueles apontados pelo discurso dos pais.

A forma como os sentidos circulam traz uma certa naturalidade, como se a criança só pudesse ser dessa forma devido a uma contingência pessoal e intrínseca a ela. Nessa perspectiva, o retardo de linguagem só pode ser compreendido, assim como outros “distúrbios” da comunicação, como tendo sua origem em algo interno ao sujeito.

Tendo em vista a concepção de sujeito, língua (alíngua), ideologia que descrevemos anteriormente e utilizando a AD de filiação francesa para analisar o discurso, os “distúrbios” de comunicação podem ser abordados de outra forma. A clínica fonoaudiológica amplia-se na medida em que compreende o “sintoma”, não só como um “quadro clínico” a ser reabilitado, mas como a metáfora de um desejo do outro/Outro.

Essa clínica sobrevive à custa de um imaginário centrado em práticas reabilitadoras e higienizadoras e em sua hegemonia apóia-se em pressupostos médicos e nosológicos, aspectos esses que se encontram centrados no patológico. Assim, a fonoaudiologia permanece centrada na patologia, testes e avaliações, com procedimentos clínicos voltados para técnicas reabilitadoras. Há, portanto, um silenciamento do sujeito e também de suas famílias, que ficam à margem do processo terapêutico. O predomínio e a contaminação da fonoaudiologia pelo discurso médico levam os fonoaudiólogos a um não ouvir a demanda da família e nem do sujeito. Esse silenciamento à demanda faz com que a clínica esqueça o singular, parafraseando condutas com todos os sujeitos e famílias que trazem como queixa o retardo de linguagem.

Pauli (2002) faz uma crítica aos testes psicológicos dizendo:

“...Outro aspecto silenciado no tratamento aos testes psicológicos é o fato de que desde seu primeiro choro indiferenciado, o bebê humano, por meio de projeções interpretativas, do fornecimento do funcionamento deste aparato simbólico estruturante realizado pelos adultos que o cercam, vai paulatinamente se transformando em um ser simbólico. É exatamente essa entrada no simbólico que garante a cada ser humano uma especificidade, uma heterogeneidade, uma diversidade: cada filhote humano incorpora não livremente, mas a sua maneira, estes símbolos que lhe são transmitidos.

Tal fato promove a construção singular de sua biografia e de seu psiquismo – assim como proporciona dinamismo à cultura – singularidade a qual não é tratada, que se escoa, se perde quando se aplica aos dizeres de um sujeito, a chave interpretativa proposta pelo manual de uma técnica de avaliação diagnóstica como o teste das fábulas.” (p.178).

Trabalhar na não-singularidade representa negar também a subjetividade e funcionamento inconsciente do sujeito. Esses dois aspectos podem representar dificuldades para o fonoaudiólogo que está habituado a olhar para o indivíduo e sua patologia. Nossa proposta é a de trabalhar com uma escuta clínica voltada para os erros e tropeços das crianças e de sua família, permitindo o polissêmico e o singular.

É certo que a clínica fonoaudiológica precisa estabelecer uma compreensão do que vem a ser a singularidade das falas por trás dos sintomas de linguagem. Quem fala é o sujeito, não o retardo, a surdez ou a afasia. Compreender tais aspectos significa estruturar todo o processo clínico no acontecimento discursivo do sujeito e não na patologia de fala e linguagem.

Dentro dos mesmos quadros, ditos patológicos, tais como a afasia, dislexia, gagueira ou retardo de linguagem (para não citar os

demais), não há como padronizar, pois cada sujeito guarda sua singularidade.

Também nessa mesma perspectiva, a importância do papel dos pais para a clínica fonoaudiológica, está no fato de ao oferecermos uma escuta para eles, estamos permitindo (facilitando) o acesso às representações que fazem de seus filhos e às implicações dessas determinações para a comunicação dessa criança. O acesso ao simbólico que esse filho e seu sintoma ocupam na história desses pais, pode auxiliar o fonoaudiólogo na melhor conduta clínica em relação aos sujeitos com “distúrbios” de linguagem.

É tempo de se adotar na Fonoaudiologia uma nova perspectiva, pois o fonoaudiólogo, enquanto terapeuta, precisa filiar-se às questões da linguagem enquanto acontecimento discursivo, necessitando, além de uma formação voltada para a técnica reabilitadora, de um currículo engajado em disciplinas que instalem uma possibilidade discursiva entre a fonoaudiologia e a psicanálise, adotando a Análise de Discurso em sua prática clínica.

# **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AGUADO,G. Retardo de Linguagem. In: Juan Peña Casanova. **Manual de Fonoaudiologia**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1992, cap. 14, p. 232-253.

AJURIAGUERRA, J. **Manual de Psiquiatria Infantil**. Rio de Janeiro: Masson do Brasil Ltda. 1980, cap.10, p. 289-336.

AUROUX, S. **A filosofia da linguagem**. Campinas: Unicamp, 1998.

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas: Editora da UNICAMP,1998.

BAIRRÃO, J,F,M,H. **O impossível sujeito**. Tese de Doutorado. UNICAMP, 1996.

BASSO, R.B. Retardo de Linguagem: o fonoaudiólogo e seu paciente. **Tese de Mestrado**. Campinas: IEL – UNICAMP, 1995.

BENVENISTE, E. **Problemas de Lingüística Geral I**. Campinas: Pontes, 1988.

CHEMAMA, R. **Dicionário de Psicanálise**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CUNHA, M.C. **Fonoaudiologia e psicanálise: a fronteira como território**. São Paulo: Plexus, 1997.

De LEMOS, C. Sobre aquisição de linguagem e seu dilema (pecado) original. In: **Boletim da Abralim**, n. 3. p.97-125, 1982.

\_\_\_\_\_ Interacionismo e aquisição de linguagem. **DELTA**, 1986<sup>a</sup>, v.2, n. 2, p. 231-248.

\_\_\_\_\_ A sintaxe do espelho. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, 1986b, nº10, p.5-15.

\_\_\_\_\_ Los procesos metafóricos y metonímicos como mecanismo de cambio. **Substratum**, 1992, v. I, n. I, p. 121-135.

\_\_\_\_\_ Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, n.42, p. 41-69, jan./jun. 2002.

DOR, J. **Introdução à leitura de Lacan : o inconsciente estruturado como linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

DUBOIS, J. et. al. **Dicionário de Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1999.

FERRIOLLI, B. H. V. M. **Como as crianças com retardo de linguagem são representadas no discurso familiar**. Ribeirão Preto – SP. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia , Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2000, 203 p.

FOUCAULT, M. (1969). **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro:Forense Universitária, 1986.

FREIRE, R.M. **A linguagem como processo terapêutico**. São Paulo: Plexus, 1995.

FREITAS e SILVA, G. de. **A materialidade do Desejo: análise do discurso de mulheres grávidas**. Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP, 1999, 163p.

FREUD, S. **A Interpretação dos sonhos I e II** (1900 e 1901). Rio de Janeiro: Imago, 1977, vol. IV e V.

\_\_\_\_\_ **Um caso de Histeria, três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos** (1901-1905). Rio de Janeiro: Imago, 1977, vol.VII.

\_\_\_\_\_ **Além do princípio do prazer**. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

GADET, F. e PÊCHEUX, M. **La langue introuvable**. Paris: François Maspero, 1981.

GALLO, S. L. **Discurso da escrita e ensino**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

GUIMARÃES, E. História, sujeito, enunciação. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas: Unicamp, n. 35, p. 109-116, jul./dez. 1998.

INDURSKY, F. O sujeito e as feridas narcísicas dos lingüistas. **Gragoatá**. Niterói, n.5, p.111-120, 2. sem.1998.

JAKOBSON, R. (s/d). Dois Aspectos da Linguagem e dois tipos de Afasia. In: I. Blikstein, (org). **Lingüística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix. 1995, p.34-62.

LACAN, J. Duas Notas sobre a Criança. In: **Ornicar? Revista do Campo Freudiano**. Traduzido para uso interno da “Escrita Freudiana Associação Psicanalítica”, por Sílvia Sobreira. N.37, p. 13-14. 1986.

\_\_\_\_\_ **O mito individual do neurótico**. Lisboa: Assírio e Alvim, 1987.

\_\_\_\_\_ Duas notas sobre a criança. In: Marie-Jean Sauret: **Conferências em São Paulo**. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise. 1997, p.86-94.

\_\_\_\_\_ O estádio do espelho como formador da função do eu. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., cap.II, 1998 a. p. 96- 103.

\_\_\_\_\_ A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: Jacques Lacan, **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., cap. IV, 1998 b, p.496- 533.

\_\_\_\_\_ Subversão do Sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: Jacques Lacan, **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998c, p. 807-842.

\_\_\_\_\_ A metáfora Paterna. In: Jaques Lacan. **O Seminário: as formações do inconsciente, livro 5**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999a, p.166-184.

\_\_\_\_\_ Os três tempos do Édipo. In: Jaques Lacan. **O Seminário: as formações do inconsciente, livro 5**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999b, p.185-220.

LEITE, N. **Psicanálise e análise do discurso: o acontecimento na estrutura**. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.

\_\_\_\_\_ Sobre a Singularidade. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas: Unicamp, n. 38, p.39-49, jan./jun. 2000.

MANNONI, M. **Criança, sua “doença” e os outros: o sistema e a palavra**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

\_\_\_\_\_ **A criança retardada e a mãe**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MARIANI, B. Ideologia e inconsciente na constituição do sujeito. Niterói; **Gragoatá**, n.5, p. 87-95, 2. Sem. 1998.

MILNER, J.C. **O amor da língua**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas, Ed. Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_ Tipologia do discurso e regras conversacionais. In: Eni P. Orlandi. **A linguagem e seu funcionamento – as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1987, p.149-176.

\_\_\_\_\_ **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_ Discurso: Fato, Dado, Exterioridade. In: Eni P. Orlandi. **Interpretação**. Campinas: Vozes, p. 36-44, 1996.

\_\_\_\_\_ **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas – Pontes, 1999.

PASSOS, M. C. Família e clínica fonoaudiológica, em tese. In: Maria Consuelo Passos (org): **Fonoaudiologia: Recriando seus sentidos**. Plexus Editora, p. 53 – 67, 1996.

PAULI, S.C. de. **O sujeito e o sentido em deriva e o espaço da alteridade**. Ribeirão Preto [Tese – doutorado. USP:Faculdade Filosofia Ciências e Letras ] – SP, 2002. 207p.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Orlandi. Campinas, Pontes, 1997.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp,1997.

PERRONI, M.C. **Desenvolvimento do Discurso Narrativo**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ROCHA, F. Sobre os afetos: impressões e imagens. Os afetos nas estruturas psíquicas e no fenômeno psicossomático. In: **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 32 , n.4, p. 845 – 863, 1998.

ROSENBERG, A.M.S. de. **O lugar dos pais na psicanálise de crianças**. São Paulo: Editora Escuta, 1994.

RUBINO, R. **Representando o Interlocutor no Período Pré-Linguístico**. Dissertação de Mestrado. PUC-SP,1989.

\_\_\_\_\_ Entre ver e ler: o olhar do fonoaudiólogo em questão. In: Maria Francisca Lier-De Vitto (org.): **Fonoaudiologia: no sentido da linguagem**. São Paulo: Cortez, p. 69-90, 1997.

ROUDINESCO, E. & Plon, M. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zorge Zahar Ed., 1998.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**.(1970). São Paulo: Cultrix, 1995.

SAURET, M.J. Comentário sobre o texto de Jacques Lacan: Duas notas sobre a criança. **Conferências em São Paulo**. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise, p.86-104, 1997.

SOBRINHO, A. Dizer o dito – a questão da interpretação na fonoaudiologia. In: **Revista Distúrbios da Comunicação**. Vol. 8, nº 1. Editora da PUC-SP, p. 23 – 39, 1996.

TEIXEIRA M. **Análise de Discurso e Psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

TFOUNI, L.V. Letramento e atividade discursiva. In: L.V. Tfouni. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, p. 64-85, 1995.

TFOUNI, L.V. e FERRIOLLI, B.H.V.M. O Discurso pais e a gênese do retardo de linguagem na criança. **Revista de atualização científica: Pró-Fono**. Carapicuíba: S.P., vol. 13, nº 1, p.62-66, 2001.

TFOUNI, L.V.; FERRIOLLI, B.H.V.M. e MORAES, J. A concepção de sujeito na clínica fonoaudiológica: a proposta de um novo paradigma. **Revista de atualização científica: Pró-Fono**. Carapicuíba: S.P., vol.14, nº 2, p. 275-281, 2002.

ZIZEK,S. **Eles não sabem o que fazem – o sublime objeto da ideologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

ZIZEK,S. Como Marx inventou o sintoma? In: THEODOR,W. ADORNO et. al . (Slavoj. Zizek org.). **Um mapa da ideologia**. R.J.: Contraponto. 1996, p.297-331.